

conjuntura brasileira

récepissé n° 43 089
 directeur de la publication :
 trefeu roger

ISS 0518550

tiragem : 950 exemplares

assinatura

6 meses : US\$ 8 (35f)
 1 ano : US\$ 16 (70 f)

assinatura de apoio

6 meses : US\$ 20 (100f)
 1 ano : US\$ 40 (200f)

pagamento

cheque bancário ou postal
 CCP 10 822 83 A paris
 via aérea mais US\$ 3 (15f)
 números atrasados US\$ 2 (10f)

endereços

bp 322
 75 122 paris cedex 03
 france

c/o michel thery
 29, rue meslay
 75 003 paris
 france

distribuição

librairie portugaise et brésilienne
 33, rue gay-lussac - 75005 paris

le tiers-mythe
 21, rue cujas - 75 005 paris

librairie « que faire »
 1, place des grottes - 1201 geneve

librairie l'œil sauvage
 221, chaussée d'ixelles - 1050 bruxelles

livraria opinião
 rua nova trindade, 24-lisboa

publicações consultadas

jornais

TRIBUNA METALÚRGICA
 FOLHA DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DA TARDE

O GLOBO

GAZETA MERCANTIL

FOLHA DA TARDE

TRIBUNA DA IMPRENSA

Opinião

MOVIMENTO

Brasil Mulher

O SAO PAULO

DE FATO

revistas

DIRIGENTE INDUSTRIAL

Conjuntura Econômica

DIRIGENTE RURAL

Visão

EXAME

BANAS

VEJA

boletins

DIAL

LATIN AMERICA

publicações latino-americanas

índice

guia de leitura	2
economia	7
agricultura	10
política e comércio exterior	14
política nacional	16
militares	21
política salarial	23
movimentos sociais	24
censura	43
repressão	45

os títulos seguidos da indicação cb
 não correspondem ao título original

guia de leitura

A Crise e os Ideólogos do Capital

Poucos minutos antes de um dos jogos mais importantes da copa do mundo de 1958, o técnico da seleção brasileira, Feola, chamou Garrincha para orientá-lo. Disse: "Voce pega os lançamentos do Nilton Santos, passa pelos dois adversários que vão estar te marcando, passa também pelos dois outros beques que vão vir em socorro e em seguida dá para o Vavá chutar em gol". A reação de Garrincha foi imediata: "O senhor já falou com eles (os adversários) sobre este plano?"

O grande capital já está disposto a ceder?

Toda uma gama de políticos do MDB e da ARENA, de juristas, escritores e professores, politicólogos e ideólogos do capital pensam que sim, ou pelo menos querem fazer crer que sim. A situação de crise da atual forma de dominação política do capital os estimula a produção de projetos e modelos buscando saídas. Inspirados nas palavras do próprio ditador que uma vez fez apelo à imaginação criadora dos políticos e compelidos pelos avanços do movimento de oposição democrático e popular, formulam suas propostas nos limites do que chamam "democracia possível". Seguem a lógica do "permitido", do que dizem ser "alcançável" e "responsável". E a maior parte dos projetos postos a venda por estes senhores ideólogos, embora sejam apresentados como a solução ideal no momento para os problemas de toda a sociedade, se dirigem à um só comprador: a um setor da grande burguesia brasileira, os Bardellas, os Villares, os Severos e outros. Querem estimular a "auto-confiança" deste setor das classes dominantes, para engajá-los na empreitada política que propõem. Querem fazer crer a todos e, principalmente as próprias classes dominantes, que a sociedade colocada sob a direção desse setor da grande burguesia atingirá a estabilidade política, a prosperidade econômica e o bem estar social.

Calcados no que intuem sobre a crise de dominação que atravessa a dita-

dura e que tende a aprofundar-se, os ideólogos do capital vem possível à este setor da grande burguesia impor seus interesses como política de governo. Embalados pelas potencialidades do capitalismo brasileiro preveem um aúreo e próspero futuro democrático para o país, assentado num capitalismo em expansão, distributivista - pelo menos o suficiente para fazer face às reivindicações mais imediatas das grandes massas exploradas - e garantidor da paz burguesa. Aos explorados e oprimidos caberia contentar-se com esse futuro, o único "possível", o único "responsável". Apressam-se os ideólogos. Acaso estamos dispostos a engulir tal pílula?

Não há porque pensar que reprovamos os senhores ideólogos pelos serviços que querem prestar ao capital. Evidentemente não podemos insurgir-nos contra o processo objetivo que se impõe sempre que a sociedade entra em crise: as classes sociais e parcelas dessas classes mobilizam seus pensadores para dotarem-se dos instrumentos necessários aos combates que se avizinham. Mas se não nos inquieta o fato dos ideólogos da "democracia possível" exporem seus projetos e modelos, outra coisa se passa quando no campo do movimento de oposição democrático e popular aparecem defensores dessas mesmas idéias, propondo que o caminho está em depositarmos nossas esperanças na luta por uma pretensa Assembléia Constituinte Popular. Vejamos esta questão com a atenção que ela merece.

A Proposta da Constituinte Popular

Se para os ideólogos do capital é chegada a hora de remodelar a ditadura, para os que hoje defendem a Constituinte Popular estão dadas as condições para substituí-la. Enquanto os primeiros se pautam pelo "possível" e "aceitável" às classes dominantes, os segundos se batem sob uma bandeira ilusória assentada numa força irreal. Ou será que eles acreditam nas virtudes democráticas da burguesia?

Podem ser dois os pressupostos dos defensores da Constituinte Popu-

lar. Ou bem eles imaginam que está dada uma situação de impasse tal que a burguesia só tem como alternativa sentar-se a mesa com os explorados e oprimidos para negociar um modus vivendi para os tempos seguintes - e a Constituinte Popular seria a legalização desse acordo, formalizando toda uma série de reivindicações dos explorados e oprimidos, impostas ao capital como condição para a superação do impasse - o que seria uma superestimação da força do movimento de oposição; ou então eles supõem que das disputas inter-burguesas, que criam possibilidades de negociações dentro das classes dominantes com vista a definir uma nova partilha do poder, decorrerá a abertura de condições para que alguns interesses das classes dominadas sejam contemplados. Evidentemente, que nas propostas dos ideólogos do capital considera-se a existência hoje de um movimento de oposição ao qual se terá que fazer frente de uma forma ou de outra. Se é deste segundo pressuposto que partem os defensores da Constituinte Popular, o caminho que eles propõem para a exploração das divergências inter-burguesas outra coisa não significa que emprestar as forças ainda dispersas e fragmentadas do movimento de oposição democrático e popular aos objetivos de um setor das classes dominantes em troca de promessas de algumas concessões políticas e econômicas. Concessões essas de todo imprecisas.

Vejamos como apresentam sua proposta.

A Assembléia Constituinte Popular pressupõe, segundo seus diferentes formuladores, a conquista das seguintes reivindicações:

- eleições livres e diretas
- voto para o analfabeto
- garantia dos direitos humanos
- anistia geral
- fim da censura
- liberdade de organização e manifestação
- liberdade sindical
- contra a dominação do capital estrangeiro

A primeira questão à ser colocada

é que a conquista real dessas reivindicações pelas massas populares passa pela mobilização, organização e unificação das lutas das massas em torno dessas e de outras reivindicações democráticas, conquistando-as na prática da luta de classes.

Os defensores da Constituinte Popular tendem a ignorar este fato elementar. Pensam poder descartar-se dessa questão simplesmente pela afirmação formal destas reivindicações como pressupostos à convocação da Constituinte, em torno a qual passam a concentrar sua propaganda e sua ação. Mas em que força real se assentariam para assegurar estas reivindicações? Na realidade, os que hoje propõem a Constituinte Popular cometem um duplo erro: superestimam as forças do movimento de oposição democrático e popular crendo que elas já são suficientes para fazer passar algumas reivindicações democráticas; subestimam as imensas tarefas que temos pela frente no sentido da mobilização, organização e unificação da classe operária e das massas em torno às lutas por liberdades democráticas. Antecipam a forma ao conteúdo. Abandonam o caminho que tem que percorrer a classe operária e as massas na luta pela conquista das liberdades democráticas, na pressa de dar uma solução definitiva a um processo que apenas se inicia. Que esperam então negociar com as classes dominantes, em nome das massas, os que propõem a Constituinte Popular? Pois a Constituinte é poder e poder que expressa uma determinada correlação de forças. Ou querem apenas fazer propaganda? Seguir por este caminho resulta no mesmo que ficar sujeito às concessões do possível. Significa transformar a Constituinte Popular, que num outro contexto pode ser o resultado de uma correlação de forças onde a classe operária e o povo instabilizam o poder da burguesia, numa panacéia.

O negócio que propõem que façamos com o capital é desastroso.

Querem que coloquemos hoje como palavra de ordem central a questão da Constituinte, isto é, que negociemos formalmente algumas reivindicações quando ainda não somos capazes

de assegurá-las na prática. Querem o direito de greve quando ainda não estamos organizados para fazê-la; querem o respeito aos direitos humanos, quando não estamos ainda capacitados para impedir sua violação; querem a liberdade sindical, quando a classe operária e os trabalhadores de um modo geral não dispõem de forças para impor um verdadeiro sindicato livre; querem a liberdade de imprensa quando a classe operária e os trabalhadores não tem condições para assegurá-la; etc, etc...

A Constituinte Popular, hoje, é, portanto, uma proposta que não contribui nem para a mobilização, nem para a organização e nem para a unificação da classe operária e das massas. É uma proposta que se circunscreve aos estreitos limites dos sonhos da pequena burguesia democrática. Desvia o movimento de oposição democrático e popular das lutas pela conquista real de liberdades democráticas para acenar-lhe com a ilusão de que seus "representantes" podem assegurar-lhe a "democracia", sem luta, na mesa das negociações.

O Caminho para a Acumulação de Forças

O caminho da conquista real de liberdades democráticas. Isto significa um processo de lutas onde a classe operária e as massas vão forjando as bases de sua organização, se capacitando cada vez mais para a prática da defesa dos seus interesses e aprofundando sua consciência democrática e socialista.

A classe operária tem que avançar muito mais em sua mobilização, organização e unificação para poder resistir a toda forma de opressão política e às arbitrariedades cometidas pelo Estado capitalista, contra si e seus aliados. E isso se conquista na prática diária da luta contra a ditadura. Não em torno a um projeto abstrato, mas em torno a reivindicações concretas. Não contra alvos ilusórios, mas contra alvos reais.



Por isso contrapomos à proposta da Constituinte Popular o programa pela conquista das liberdades democráticas, em torno ao qual o movimento de oposição democrático e popular deve concentrar sua propaganda e sua ação:

- Fim do AI-5
- Liberdade de Organização e Manifestação (Partidária, Sindical, de Associação, Direito de Greve, etc.)
- Contra a Censura
- Contra as Torturas e todas as formas de Repressão e Arbitrio
- Contra o 477
- Anistia Ampla e Irrestrita a Todos os Prisioneiros Políticos, Banidos e Exilados

É com esse programa que se pode generalizar e dar condução política as diferentes reivindicações que se multiplicam nas frentes de lutas das massas. É tarefa dos revolucionários e dos democratas consequentes fazer com que a luta pela conquista dos objetivos que esse programa preconiza se generalize a todos os setores sociais capazes de levar a frente uma luta consequente pela derrubada da ditadura.

As Oposições Sindicais devem adotar esse programa, clarificando politicamente os objetivos de sua luta avançando e consolidando a organização independente dos trabalhadores, enfrentando as investidas da burguesia e dos dirigentes sindicais "combativos" que hoje concentram suas forças em tentar dividir o nascente e já ameaçador movimento de oposição sindical.

O Capitalismo no Campo: Violência e Miséria

Seja a intensificação dos conflitos pela posse da terra, sejam as publicações dos "especialistas", o que traduzem são mudanças profundas no campo. As razões dessas mudanças tem que ser procuradas na atuação conjunta do capital (qualquer que seja sua origem) e do Estado. Citemos o atual ministro da Agricultura, Paulinelli:

" O governo vai procurar o aperfeiçoamento da empresa agrícola, buscando eliminar a chamada agricultura de subsistência, ineficiente e improdutiva. E tenciona estimular a vinda de recursos estrangeiros para fortalecer a empresa agrícola nacional".

Essa transformação realiza-se gerando novas formas de produção e de comercialização. Essas formas, capitalistas, levam à valorização da terra e promoção dos produtos mais rentáveis no mercado externo (soja, carne, etc.). Elas não podem implementar-se sem despojar os trabalhadores dos meios de produção, expulsando-os de suas terras e tirando-lhes qualquer garantia de sobrevivência à fim de constituir uma mão de obra migrante, de reserva, totalmente submetida ao mercado de trabalho.

As expulsões da terra, a proletarianização dos posseiros, seguem uma dinâmica que se entrelaça com a dinâmica de valorização e de apropriação da terra pelo grande capital com o estímulo e a caução política e econômica do Estado. Na base desse processo de capitalização no campo estão os conflitos pela posse da terra entre as grandes empresas agrícolas (em grande parte multinacionais) e os posseiros e pequenos proprietários.

É importante destacar que a expansão da atividade agrícola tem se realizado horizontalmente, mantendo-se o alto grau de extensividade em que a agricultura é praticada - grandes

extensões de terras férteis são toda via mantidas inexploradas. Da área explorada, a maior parte segue sendo ocupada pela pastagem ou florestas. Pesquisas recentes mostram que de 1967 a 1972 a área de lavoura cresceu de 10 milhões de hectares (31%) enquanto que a de pastagem aumentou em 67 milhões de ha (76%).

Prossegue num ritmo acelerado o processo de concentração da propriedade da terra. Numa área global cadastrada de 370 milhões de ha, dos quais 296 milhões de terras aproveitáveis, as propriedades de mais de 1.000 ha representam 1% do total de propriedades e ocupam 51,5% da área total. Com efeito, a penetração do capitalismo no campo vem combinando a concentração da propriedade e a valorização da terra através de projetos agro-industriais-pastoris e de exploração intensiva do subsolo, com a manutenção de pequenas áreas de cultura de subsistência.

Não é somente o fenômeno de migração do trabalhador do campo que se segue à implantação das grandes empresas agrícolas; ao se instalar, a empresa cria um número escasso de empregos (projetos aprovados pela SUDAM prevêm uma média de 1 emprego para 500 ha), ao mesmo tempo que expulsa os posseiros e pequenos proprietários de suas terras, obrigando-os a buscar novas fronteiras agrícolas, onde reproduzirão suas lavouras de subsistência - longe da empresa com a qual não podem competir.

O exemplo da Amazônia legal é hoje o mais ilustrativo deste processo de valorização e apropriação da terra pelo grande capital. Nesta imensa região o Estado multiplica iniciativas através de órgãos como o INCRA, a SUDAM e outros no sentido de estimular o desenvolvimento da grande empresa agrícola, que se constitui com várias finalidades econômicas - seja puramente especulativas, seja pecuária e agro-indústria, seja agro-mineração (exemplo significativo é o da Mineração do Vale do Rio Norte, que já possuindo mais de 500 mil ha, pediu ao INCRA uma doação de quase 90 mil ha para desenvolver vários projetos: agricultura, pecuária, reflorestamento e celulose).

A constituição destes "impérios" provoca o escorraçamento dos posseiros, sejam antigos ou colonos recém instalados, os quais buscarão outras áreas para desmatar, abrir picadas, plantar ... e ser expulsos de novo! O trabalho realizado pelos posseiros, valorizando a terra, atrai os grileiros. E bastará a violência de alguns capangas para que os grileiros se apropriem da terra já com um primeiro "investimento".

Assim criam-se os corredores de migrações - Pindaré, Imperatriz, Marabá, Mato Grosso - e as "áreas de conflito", hoje localizados principalmente nesta região, mas também existentes no Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, etc.

A mesma violência que despoja o trabalhador de sua terra lhe impõe e o sujeita à novas relações de produção, onde nada mais lhe resta que a força de trabalho. A CPI da Terra, de alguma forma vem contribuindo para colocar a público o conluio dos velhos coronéis e verdadeiros generais (ver depoimento de D. Casaldáliga - cb 18), dos órgãos estatais, da justiça, das polícias pública e privada, para todo tipo de manipulações que levem a assegurar este processo deflagrado no campo. Ali onde a violência do Estado já não é suficiente, o próprio capitalista intervém com sua força para-militar que utiliza expedientes sumários: tortura de crianças, mutilações (Santana do Araguaia), envenenamento da água do poço que serve às famílias dos posseiros (caso de Teodoro Sampaio), massacre de posseiros.

São também atingidos por essa violência aqueles que lutam pelos direitos do homem no campo, entre eles religiosos, alguns dos quais foram assassinados no ano passado. Mais recentemente foi assassinado o advogado Eugênio Lyra, que trabalhava com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória (Bahia) e que tinha sido convidado para depor na CPI da Terra. Sua morte provocou uma ação de solidariedade ativa entre os trabalhadores da região, que protestaram durante toda uma semana, exigindo a demissão do delegado local e o julgamento dos assassinos.

VEJA, 28 DE SETEMBRO, 1977

EMPRESAS

Melhores e maiores

"Fica claro que os riscos do desaquecimento, para as empresas, são bem maiores que seus possíveis benefícios." Talvez seja essa a principal conclusão extraída das análises dos balanços de quase 2 000 empresas, levadas a efeito para compor a quarta edição de *Melhores e Maiores*, publicação anual da revista *Exame* da Abril-Tec.

De acordo com os dados levantados por *Melhores e Maiores* — que também analisou o desempenho das cinquenta maiores empresas estatais e dos cinquenta maiores bancos —, em 1976, pela primeira vez em muitos anos, a média de crescimento real das 500 maiores empresas que operam no Brasil (4,1%) ficou abaixo daquela do Produto Interno Bruto (PIB), com 9,2%. Considerando que as vendas globais dessas empresas, somadas às das cinquenta maiores estatais — 820 bilhões de cruzeiros —, equivalem à metade do PIB e que elas respondem por cerca de um terço do produto interno, tal conclusão não deixa de ser significativa.

Além disso, como observa o professor Stephen Charles Kanitz, da Universidade de São Paulo e coordenador técnico de *Melhores e Maiores*, o desaquecimento não foi equânime. "Ele afetou mais as médias empresas de cada setor, reduziu bastante o endividamento, mas não para a maioria, o mesmo acontecendo com a liquidez", diz Kanitz. "O custo do desaquecimento pode ser medido, por exemplo, pelo fato de que os prejuízos absorveram 7% de todo o lucro gerado pelas 500 maiores."

Eis algumas das outras conclusões de *Melhores e Maiores*:

- Desde 1973 vem se reduzindo o número de empresas que aumentam, a cada ano, suas vendas. No ano passado, 68,6% delas conseguiram elevar o volume de vendas, em relação ao ano anterior. Para 1977, a expectativa é de que somente 56,6% consigam fazê-lo. Em 1976, as vendas das 500 maiores cresceram, em termos reais, apenas 4,1%.
- Embora em 1976 a empresa brasileira tenha aumentado sua rentabilidade, o número de empresas com prejuízo — 56 entre as 500 maiores — atingiu um nível recorde nos últimos quatro anos.

ISTOÉ 5/10/1977

Anamércia Vainsencher

O tripé em que, teoricamente, se apoiaria o "modelo" econômico brasileiro apresenta claros sintomas de desequilíbrio. Ou seja, os pesos respectivos das empresas privadas nacionais, empresas privadas estrangeiras e empresas estatais estão bastante longe da harmonia preconizada pelas au-

toridades econômicas. E são dados do mercado que mostram isso: entre as vinte maiores empresas de cada um dos setores de atividades econômicas, a participação relativa nas vendas indica o domínio praticamente absoluto das empresas estrangeiras nas áreas de ponta.

Segundo pesquisa feita pela *Exame/Maiores e Melhores* (cuja edição

● A liquidez financeira melhorou. Mas nunca foi tão grande o número de empresas a operarem com capital de giro negativo — 159 no ano passado, contra 150 em 1975 e 137 em 1973.

● O endividamento médio caiu de 56,7% em 1975 para 56,3% em 1976. No entanto, 55% entre as 500 maiores continuaram a apresentar um aumento no endividamento.

● A comparação entre os resultados das duas maiores e das duas menores empresas que figuram nas listas dos 32 setores analisados revela que, em 1976, a maioria das pequenas e médias empresas reduziu, em termos reais, sua produção. Entre as maiores, 30% seguiram o mesmo caminho.

● Ainda com base nessa comparação, verifica-se que as maiores são mais rentáveis com relação ao retorno do capital, o que compensa sua menor rentabilidade sobre vendas, no cotejo com as menores empresas.

● Após dedução do imposto de renda e da manutenção do capital de giro, a grande empresa fica, em média, com um lucro disponível equivalente a 3,7% de suas vendas, enquanto as pequenas e médias retiram, na forma de lucro, 3,3% das vendas. De modo geral, os lucros melhoraram, em 1976, com aumento de 10,7% em relação ao ano anterior.

● Reflexo do maior poder de barganha das maiores empresas junto aos bancos é que, apesar de mais endividadas, elas mantêm uma relação entre despesas financeiras e vendas de 4,7%, enquanto as menores pagam 5,7 de despesas financeiras para cada 100 de vendas.

● Houve, no ano passado, uma redistribuição da renda empresarial da indústria e comércio para o setor bancário. As despesas financeiras respondem pela principal diferença entre as empresas mais rentáveis e as menos rentáveis da lista das 500 maiores.

● Entre 1975 e 1976, o número de empresas localizadas em São Paulo que entram na lista das 500 maiores caiu de 321 para 309. Paraná e Pernambuco (mais quatro empresas cada um); Minas Gerais (mais duas); Rio de Janeiro e Bahia (mais uma cada) aumentaram sua participação. Rio Grande do Sul e Santa Catarina permaneceram com o mesmo número do ano anterior e, nos demais Estados, verificou-se uma redução de seis para cinco empresas.

● O número de multinacionais entre as 500 maiores empresas do país aumentou de 163 em 1973 para 184 no ano passado. Embora representem 36% desse conjunto, foram responsáveis, em 1976, por 52,6% das vendas totais do grupo.

O balanço das 500 maiores

(em Cr\$ milhões de 1976)

	1976	1975	1974	1973
Vendas das 500	621 880	597 305	525 571	460 148
Crescimento das verbas	4,1%	13,6%	14,2%	—
Rentabilidade das vendas das 500	6,9%	6,5%	7,6%	8,5%
N.º de empresas que aumentaram as vendas	343	391	423	457
Lucro das 500	42 843	38 714	40 296	38 968
Crescimento dos lucros	10,7%	-3,9%	3,4%	—
N.º de empresas com prejuízo	56	44	31	16
Rentabilidade do patrimônio das 500	20,5%	19,6%	22,3%	20,2%
Endividamento das 500	56,3%	56,7%	55,8%	51,0%
Crescimento das dívidas	4,2%	13,4%	13,7%	—
N.º de empresas que aumentaram seu endividamento	276	253	320	—

Fonte: "Melhores e Maiores"/1977.

É A DESNACIONALIZAÇÃO

toridades econômicas. E são dados do mercado que mostram isso: entre as vinte maiores empresas de cada um dos setores de atividades econômicas, a participação relativa nas vendas indica o domínio praticamente absoluto das empresas estrangeiras nas áreas de ponta.

Segundo pesquisa feita pela *Exame/Maiores e Melhores* (cuja edição

de 1977 foi lançada na quinta-feira passada), enquanto as empresas nacionais lideram as vendas dos chamados setores tradicionais da economia (agricultura, construção civil, madeira e móveis, entre outros), as multinacionais praticamente dominam o mercado do chamado setor moderno da economia.

Já as empresas estrangeiras detêm

a maior fatia do mercado dos setores farmacêutico (100%), automobilístico (99,8%), material de escritório (84,4%), eletroeletrônico (77,9%), higiene e limpeza (75,4%), plásticos e borracha (74,1%), têxtil (70,1%), bebidas e fumo (63,8%), autopeças (63,7%), distribuição de petróleo (61,1%), máquinas e equipamentos (59,4%) e material de transporte (58,8%).

Ainda segundo a *Ex.ime*, entre as cem maiores empresas do país, 54 são multinacionais, que têm 68,7% das vendas do grupo e 64,4% de seu lucro.

Dados irretorquíveis. Pelo menos duas conclusões podem ser facilmente tiradas daqueles dados. Em primeiro lugar, o peso que têm as empresas estrangeiras na economia brasileira, seja por sua participação nas vendas ou nos lucros, seja principalmente pelas áreas estratégicas em que se localizam. Depois, em consequência, que mesmo o mercado das indústrias de base (máquinas e equipamentos) já não está com as empresas nacionais. Um mercado, aliás, a respeito do qual se tem discutido muito, ultimamente.

De um lado, os ministros da área econômica afirmando (em resposta aos empresários da indústria de bens de capital) que o governo não admite a formação de monopólios. De outro, entidades empresariais como a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB), defendendo veementemente a adoção de uma política de reserva de mercado para o setor, ao lado de uma reavaliação do papel que exercem as empresas multinacionais no desenvolvimento econômico do país.

Em palestra aos estagiários da Escola Superior de Guerra na primeira quinzena do mês passado, Carlos Ramos Villares, presidente da ABDIB, afirmava que "nós precisamos considerar nosso mercado como se fosse um recurso natural do país. E, dessa forma, temos que preservá-lo e utilizá-lo como um instrumento para o nosso desenvolvimento global. Para isso, teríamos que ter como ponto de partida uma política seletiva para o investimento estrangeiro. Isto é, apenas permitir e mesmo incentivar a instalação no país daquelas empresas que interessem ao Brasil e não de todas aquelas que se interessem pelo Brasil e pelas oportunidades que lhe são oferecidas".

O possível e o improvável. A esta altura do campeonato, conviria perguntar o que ainda seria possível fazer para evitar avanço ainda mais rápido da desnacionalização da indústria de máquinas e equipamentos. Em 1974, época em que a atual administração federal tomou posse, foram defini-

dos como pontos fundamentais da política econômica a substituição de importações de bens de capital e o fortalecimento da empresa privada brasileira, escolhida para liderar os investimentos naquele setor e eventualmente recuperar o terreno perdido em outras paragens.

O que ocorreu, na prática, desde então? Segundo Carlos Ramos Villares, se com o programa de substituição de importações o Brasil deixou de importar um grande número de produtos, "ainda estamos pagando por sua tecnologia, na grande maioria dos casos". Ou seja, a dependência existe, o que nem sempre fica claro na ótica do chamado *controle* das empresas, que pode ser mais facilmente exercido, na opinião do presidente da ABDIB, através da tecnologia que ela utiliza do que através da propriedade da maioria de seu capital com direito a voto.

"Atualmente", disse Villares na ESG, "ainda existem mais empresas nacionais que multinacionais no setor. Mas este não é um dado significativo, pois, em faturamento e em domínio de tecnologia, a predominância é das empresas multinacionais".

A frieza desses números. E Villares tem razão. Ou o levantamento feito pela empresa de consultoria Hidrobrasileira para a Secretaria de Planejamento de São Paulo. Tomando o grupo de empresas cujos equipamentos financiados pela Finame (Agência Especial de Financiamento, subsidiária do BNDE) somaram 30 milhões de cruzeiros em 1973, 40 milhões em 1974 e 50 milhões em 1975, o estudo procurou ver quem eram elas. Concluiu que as empresas estrangeiras representavam 48% da amostra, as nacionais 34% e a estatais 18%.

Quem é nacional? Paralelamente, técnicos do BNDE acreditam que em 1978/79 as empresas nacionais do setor de máquinas e equipamentos vão faturar mais que as estrangeiras. É possível, uma vez que o investimento médio da empresa nacional de bens de capital, cujo projeto foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) em 1976, superou em 34% as inversões médias previstas pela estrangeira.

Mas deve-se considerar nacional uma empresa que só existe porque um fabricante estrangeiro cedeu-lhe a tecnologia em troca de uma participação minoritária no seu capital?

Alguns técnicos governamentais consideram que, se no início da próxima década as empresas nacionais de máquinas e equipamentos não estiverem em condições de dar seus próprios passos em matéria de tecnologia, o parque de bens de capital será uma grande indústria automobilística, controlado pelo capital estrangeiro, seja, efetivamente, através de participação

majoritária dentro do controle acionário, seja pela via de "assistência técnica".

As multís e o mal. Se, para o setor de bens de capital ainda são possíveis algumas previsões quanto ao futuro, o mesmo não se pode dizer da indústria eletroeletrônica, há algumas décadas totalmente dominada pelo capital estrangeiro.

Eugênio Staub, diretor das Indústrias Gradiente Brasileiras (IGB), tem 35 anos, mas trabalha há 21, o que segundo ele, lhe deu uma boa vivência do processo de desnacionalização da indústria eletroeletrônica. Para analisar esse processo, divide o setor em quatro áreas: eletrônica de entretenimento (rádio, vitrola e televisão), computação, telecomunicações e eletrônica industrial.

"Há vinte anos", diz Staub, "80% das empresas da área de entretenimento eram nacionais, existindo indústrias da expressão de uma Semp, ABC, Invictus, entre outras". Mas as estrangeiras não demoraram a chegar. Primeiro, foram as norte-americanas, como a GE, ITT, RCA. Agora, é a vez da verdadeira "invasão" das japonesas que, na área de televisores, aproveitaram-se da introdução do sistema a cores, do qual têm grande domínio tecnológico.

E a grande vantagem que as estrangeiras levam sobre as nacionais concentra-se em três pontos, segundo Staub: a disposição e a possibilidade de perderem dinheiro durante longo período, até que suas marcas se firmem no mercado e a concorrência seja enfraquecida; o domínio das tecnologias mais avançadas dentro de cada setor; e sua capacidade gerencial (ou de *management*), fator muito importante para o desenvolvimento de uma empresa, com o qual as nacionais também não contam, de acordo com o empresário.

Aqui, não há ética. A primeira das vantagens das multinacionais em relação às empresas brasileiras citadas por Eugênio Staub, ou seja, a capacidade de suportar prejuízos, é fartamente documentada pelo economista norte-americano Richard S. Newfarmer em pesquisa feita em 1975/76 (*Conglomerados Multinacionais e a Economia de Desenvolvimento Dependente — Um Estudo de Caso do Oligopólio Elétrico Internacional e a Indústria Elétrica do Brasil*) e publicada em grande parte no *Jornal do Brasil* de 25/9.

Segundo levantamento de Newfarmer, a Fios e Cabos Plásticos — Ficap (Ericsson) — conseguiu suportar seis anos de prejuízos, no total acumulado de 2,4 milhões de cruzeiros. A Brown Boveri agüentou sete anos (perdas de 5,1 milhões), enquanto a Standard Elétrica (ITT) perdeu 122 milhões em seis anos e

a Union Carbide, 94 milhões de cruzeiros em cinco anos.

Quanto à tecnologia e capacidade gerencial, por certo importantes, não terão surtidos tantos (e tão rápidos) efeitos como outros expedientes utilizados pelas grandes multinacionais eletroeletrônicas para ganharem polpudas fatias do mercado brasileiro. Richard Newfarmer mostra, em sua pesquisa, que de 1960 a 1974 a participação estrangeira no setor aumentou de 66 para 77%. Os caminhos para uma ascensão tão rápida? Durante um período de oito anos (1964/72), os grandes conglomerados multinacionais do setor eletroeletrônico se organizaram em cartel no Brasil; compraram dezenas de empresas brasileiras; venderam, por anos a fio, a preços abaixo de custo (*dumping*); dividiram o mercado entre si e ditaram preços.

Sua atuação foi facilitada pelo decurso à interligação de diretorias (ligação entre as diretorias de empresas que aparentemente são concorrentes) e à convocação, para seus quadros, de ex-ministros, políticos e burocratas em geral, com o que ganharam influência política.

O resultado disso tudo foi a gran-

de concentração da indústria e sua adiantada desnacionalização. As doze empresas brasileiras que produziam tevês desapareceram. As 36 principais empresas brasileiras de todo o setor foram compradas por cerca de 2 bilhões de cruzeiros. E não eram empresas insignificantes, uma vez que 24 delas estavam entre as cem maiores do setor. Eram, portanto, economicamente sólidas, embora financeiramente débeis.

Suave invasão. . . Pesquisando há quase uma década a presença das empresas multinacionais no Brasil, o economista Jean Bernet, editor do *Guia Interinvest* (cuja quarta edição será lançada em breve), não se espanta muito com a penetração do capital estrangeiro nas indústrias eletroeletrônica e de bens de capital brasileiras.

"Em princípio", diz, "isso poderia ser surpreendente, porque, apesar da crise mundial, não houve retração na entrada de grupos estrangeiros no Brasil. Notamos que surgem, em média, de duas a três novas empresas estrangeiras por dia no país, incluindo aquelas em que a participação do capital de fora é minoritário".

Mas o espanto maior do economista é o fato de a Imprensa apenas dar

destaque a "casos", como o da recente desnacionalização da Semp (que passou para o controle da Toshiba), uma vez que não tem cessado o *take-over* (tomada de capital) de empresas nacionais nos setores de serviços, mercado imobiliário, construção, processamento de dados, transporte e em outros.

"Ultimamente", diz Bernet, "esses setores e o de alimentos têm sido os mais atingidos pela investida do capital estrangeiro. E não em termos de associações, mas pela compra pura e simples de empresas que já existem".

Essa situação é reversível? Embora uma "tendência não possa ser tomada como destino", qualquer mudança nesse quadro exige decisões políticas de longo prazo. Ou, como afirmou Carlos Villares na ESG, "alguma coisa vamos mudar. Ou a nossa política com relação à participação do capital estrangeiro em nossa economia, ou a história. Porque até hoje nenhum país do mundo conseguiu atingir o estágio de potência ou de nação desenvolvida com sua indústria e importantes setores de sua economia controlados por interesses externos".

JORNAL
DO BRASIL
19/9/77

QUEM QUER RESERVA DE MERCADO CB

São Paulo — Os empresários do setor de bens de capital consideram que "o Brasil já tem um esboço de política industrial, principalmente se analisarmos o Ato Normativo número nove da Presidência da República. O que desejamos agora é a sua aplicação efetiva", disse o empresário Cláudio Bardella, ex-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base.

Para o empresário José Mindlin, "o Governo deve assegurar uma reserva de mercado para setores industriais nascentes. Essa é uma política de fortalecimento da indústria nacional iniciando operações em áreas que somente agora surgem no país, sem que isso signifique proteção à insuficiência".

O Sr Cláudio Bardella salientou que "a indústria de bens de capital ou qualquer outro setor não deseja o "paternalismo", mas sim que se tenha no início da vida de um novo setor industrial como o de bens de capital, uma reserva de mercado. É uma proteção que se deve ter por algum tempo, mas não indefinidamente".

Ela deve ser mantida até o momento em que a indústria aqui implantada tenha condições de andar sozinha e creio que isso ocorrerá em breve.

O Sr Cláudio Bardella considerou que as prioridades devem ser dadas aos setores fundamentais. Concorde com o José Mindlin, quando diz que se deve criar uma reserva de mercado para indústrias nascentes.

O Sr Mindlin vai além e diz que "a reserva de mercado não deve ser a proteção ao ineficiente. Isso tem

que ser bem definido quando se fala em reserva de mercado. Se a empresa não tiver condições de continuar sozinha, após algum tempo ela terá que fechar. Reserva de mercado não significa proteger a ineficiência.

Para o Deputado federal Faria Lima (Arena-SP), a reserva de mercado tem como consequência apenas um fator, "levar a empresa privada nacional à estatização. Isso não é interessante, pois só viria aumentar o poderio do Estado na economia".

Reserva fundamental

O Sr Einar Kok, presidente da Ablmaq e representante da Abdib no Conselho de Administração da Finame, considera que "a reserva de mercado é fundamental para um setor que está agora despontando no país, e sendo reconhecido uma área prioritária para o seu desenvolvimento". Acrescentou ser fácil "se manifestar contra a reserva de mercado, mas ela é fundamental para a consolidação e fortalecimento da indústria de bens de capital no país. Essa reserva de mercado deve ser a de coerência natural de uma definição de política industrial para o país".

Entende o Sr Einar Kok que é preciso verificar que o Governo investiu muito no setor, através de financiamentos do BNDE. "Creio que durante algum tempo, as indústrias terão a necessidade do mercado interno como reserva, considerando que ele constitui uma grande atração para empresas de fora, e as nacionais, por enquanto, não têm condições de competitividade com as multinacionais.

Há que se entender, também que os recursos da Finame, em 1977, foram escassos, e não houve discriminação, em absoluto contra as empresas estrangeiras".

Similaridade

Para o Sr. Cláudio Bardella, "a tese da similaridade deve cair, em favor de impostos mais pesados para importação de equipamentos já produzidos pela indústria nacional. É preciso explicar corretamente minha tese, pois sei que alguns empresários são contrários, mas entendo que a tese da similaridade é ineficiente, pois há maneiras de burlá-la".

Explicou o Sr. Cláudio Bardella que se o Governo estabelecesse pesados impostos sobre as importações de produtos que podem ser fabricados no país, diminuiria a tendência da compra no exterior. "Isso poderia ser incluído na resolução número nove, que, insisto, deve ter maior aplicação. Não estou contestando o Governo quando afirmo que temos uma política industrial em termos filosóficos".

Para ele, "as indústrias de bens de capital do país devem procurar desde agora desenvolver uma política de exportação. A indústria nacional de bens de capital deve ter o seu futuro voltado não só para o atendimento do mercado interno, mas também para a exportação. Essa é a única saída que diviso em termos de futuro. Não continuaremos a ter o mesmo crescimento de agora num futuro próximo. Sallento, ainda, que nunca eliminaremos a importação no setor de bens de capital, mesmo quando ele atingir economia de escala", afirmou.

VEJA, 21 DE SETEMBRO, 1977

EMPRESÁRIOS

Liderança inquieta

Antes do almoço, na segunda-feira da semana passada, sete dos dez empresários escolhidos como representantes da classe, numa pesquisa promovida pelo jornal *Gazeta Mercantil*,* reuniram-se numa saleta reservada do Nacional Clube, em São Paulo. Depois de uma hora e meia de conversações em torno de um documento básico preparado por Cláudio Bardella, o mais votado entre todos, conseguiu-se um consenso.

Decerto, a busca de um consenso fez com que o documento não abordasse

São Paulo — O Grupo Villares, através da Indústrias Villares SA, adquiriu o controle acionário da Ascensores Atlas Ltda, no Uruguai, visando ampliar sua participação no fornecimento de equipamentos de transporte vertical para o mercado uruguaio, além da assistência técnica aos elevadores "Atlas" instalados naquele país.

A Villares já instalou, desde 1957, cerca de 300

mais claramente muitos problemas que angustiam os empresários em geral. Isto não quebrou, porém, o seu vigor. Ainda que diluído por um certo cuidado redacional, o documento reflete o desejo dos empresários em participar das decisões do país, ressaltando que esta participação não deveria implicar privilégios.

Em outras palavras, um pedido de redemocratização. Na sobremesa, quando cada um dos empresários manifestou-se individualmente, suas palavras foram mais diretas. O ex-ministro da Indústria e do Comércio, Severo Fagundes Gomes, por exemplo, ao discutir o problema da estatização, lançou uma premissa — "o importante é saber quem decide". "Não creio que o importante seja discutir a dimensão das empresas estatais ou

das empresas multinacionais", afirmou ele. "O que importa é que a sociedade controle o Estado e não que o Estado controle a sociedade. Portanto, o problema central é político. E só teremos uma sociedade politicamente forte se for reatado o pacto político entre todas as camadas sociais. Ou seja, a democracia é a saída."

* Por ordem de votação foram escolhidos Cláudio Bardella, da Bardella; Severo Fagundes Gomes, da Tecelagem Parahyba; José Mindlin, da Metal Leve; Antônio Ermínio de Moraes, do grupo Votorantim; Paulo D. Villares, do grupo Villares; Augusto Trajano Azevedo Antunes, da Caemi; Paulo Velhinho, da Springer Admiral; Laerte Setúbal Filho, da Duratex; Amador Aguiar, do Bradesco, e Jorge Gerdau Johannpeter, do grupo Gerdau. Destes não compareceram à solenidade Villares, Azevedo Antunes e Aguiar.

Villares controla empresa uruguaia

elevadores no Uruguai, a partir de agora, o grupo brasileiro pretende aumentar sua atuação na América Latina, pois iniciará as operações de uma nova filial no Chile e já conta com uma outra na Colômbia. A Empresa já instalou 350 elevadores no Chile e 120 na Colômbia,

Desde 1972 a indústria Villares associou-se a mexicana IEM, constituindo a elevadores IEM-Villares, por intermédio da qual são vendidos os elevadores "Atlas" para aquele país. Tem exportado, ainda, para a Venezuela, Guatemala, Costa Rica, Bolívia, Peru, Argentina e

Paraguai.

A Ascensores Atlas, no Uruguai, pode fabricar cabines e portas. Os componentes de maior sofisticação técnica, como motores, quadros de comando, e dispositivos de segurança, continuarão sendo produzidos no Brasil. A empresa adquirida no Uruguai, usará tecnologia brasileira e instalará e conservará os elevadores produzidos. JB-19-9-77

O CAPITAL ESTRANGEIRO NA AGRICULTURA

CB

Os interesses do capital estrangeiro, combinados com o latifúndio, determinam o que se planta no campo brasileiro. As lavouras para exportação, como a soja, por isso, ganham o lugar do feijão, um alimento tradicional que desaparece da mesa do consumidor.

Pedro Terro

No atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, em termos mundiais, a agricultura dos países capitalistas está subordinada não só ao mercado interno de seu próprio país, mas também ao mercado internacional. Isso quer dizer que um produtor agrícola de determinado país concorre não só com os outros produtores de seu próprio país, mas com os produtores de todo o sistema capitalista. Assim, se por exemplo os produtores de carne ou de trigo de um certo país obtêm uma safra insuficiente para o mercado interno, resultando em consequência uma grande elevação de preços, sofrem a concorrência de produtores de outros países que tenham produzido excedentes e, portanto, podem oferecer preço menor, ocorrendo então a importação desses produtos.

A demanda do mercado internacional atua como uma poderosa força de diferenciação da produção agrícola em todo o sistema; tanto podendo promover o desenvolvimento espetacular de um produto, em um dado país, arruinando simultaneamente os concorrentes de outros países, como também pode estimular o desenvolvimento de um produto em determinado momento e a sua debacle no momento seguinte.

Em largos traços, é o que ocorre na agricultura dos países capitalistas plenamente desenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos, semicolônias ou fortemente dependentes do capital e do mercado estrangeiros, países de economia atrasada, em que a industrialização está contida

ou so se desenvolve naqueles setores que interessam ao capital estrangeiro, a produção agrícola se depara com um mercado interno restrito e que também não lhe oferece a contrapartida dos bens de produção que necessita para seu deslanche. Nesses países, uma determinante marcante de sua agricultura é, tradicionalmente, a orientação de certos produtos para o mercado externo.

A par da dependência externa que se estabelece para esse produto, o seu processo de expansão privilegiada e excepcional gera, internamente, uma diferenciação radical com relação aos outros produtos agrícolas. Esses produtos bafejados pela demanda do mercado externo têm sua produção rapidamente ampliada; em sua cultura se introduzem alguns fatores modernos que, articulados com as condições sociais de produção atrasadas, resultam em alta lucratividade. Só para tais produtos pesquisam-se sementes, para seu transporte instalam-se meios de transporte, etc. E tudo isso se dá — e é preciso que assim seja para a obtenção das altas taxas de lucro — lado a lado com a manutenção do atraso no conjunto da agricultura local.

OS PREÇOS SÃO FIXADOS PELAS MATRIZES DOS MONOPÓLIOS

Além disso, os preços dos produtos ali-

mentares e matérias-primas são fixados unilateralmente pelos monopólios internacionais. Os monopólios, como é sabido, estendem suas filiais até o interior dos países dependentes — veja-se, por exemplo, a Sanbra, a Anderson Clayton e outras, no Brasil — e monopolizam a comercialização a nível local. Os preços são fixados a partir das matrizes — em Nova York, Londres, Chicago, etc. — de acordo com as oscilações e especulações no mercado mundial, sempre em prejuízo dos

produtores, principalmente os pequenos e médios, de escasso capital, que não têm capacidade de arizagem e estão constantemente endividados com os bancos ou mesmo com as filiais dos monopólios; portanto, sem margem de negociação. Nos períodos de superprodução, além da queda de preço resultante do aumento da oferta, os monopólios manobram forçando a fixação de preços insignificantes, arruinando grande número de pequenos produtores. Nos períodos de escassez, quando os preços sobem, eles não somente estimulam a que subam mais ainda, porém ficam com a parte do leão. A isto se reduziu o "livre jogo da concorrência" no tempo dos monopólios.

A agricultura do Brasil conhece essa gangorra de longa data. Durante anos, o capital financeiro inglês, alemão e norte-americano obtiveram grandes lucros com a exportação do café do Brasil, podendo até deixar algumas sobras para os latifundiários e para a burguesia mercantil local, origem de muitos dos grandes ban-

cos brasileiros da atualidade, que iniciaram sua acumulação no comércio cafeeiro. Foi assim enquanto a oferta era menor que a demanda. Desde que a produção brasileira cresceu em grandes saltos, e outros países latino-americanos e da África passaram a concorrer no mercado, caracterizando-se uma situação de superprodução relativamente estável, a cultura de café em nosso país vem passando por crises sucessivas, num quadro geral de lenta decadência. No presente momento, registra-se uma dessas reanimações periódicas, fruto de uma situação conjuntural de escassez, que inevitavelmente conduzirá a nova intensificação da produção e, a médio prazo, à superprodução e à crise.

E semelhante a situação do açúcar. A produção de cana-de-açúcar permaneceu vários anos estagnada em razão do excesso de oferta no mercado internacional. Entre 1974 e 1975 experimentou um explosivo aumento de demanda que decuplicou seu preço no mercado externo, induzindo a um aumento da produção. Atualmente (1976 e 1977) o mercado externo apresentou-se repentinamente com excesso de oferta e a produção de açúcar volta a estacionar, desestimulada por uma queda também espetacular dos preços.

Em anos recentes, uma escassez relativa de proteínas no mercado mundial resultou na liberação de créditos, por ban-

A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA

ANO	Taxa de crescimento do Prod Agrícola (%)	Taxa de crescimento do Prod Industrial (%)
1971	11,4 (a)	11,2
1972	4,1	13,9
1973	3,5	15,0
1974	8,5	8,2
1975	3,4 (b)	4,0
1976	4,2 (c)	8,8

Observações: a) Este grande salto numérico reflete mal a situação real. Deveu-se em grande parte a uma safra excepcional de café em seguida a uma pequena safra em 1970. Sem o café, em 1971, a produção agrícola cresceu apenas 2,6%. E o setor de alimentos, só 0,8%.

b) Dados preliminares do IBGE, supostos a refinação. A lavoura apresentou uma taxa de crescimento negativa de 2%. O resultado geral positivo deve-se ao alto índice de expansão da pecuária, 14%.

c) Estimativas. A lavoura registrou um crescimento de 0,5% e a pecuária, 12%.

cos e agências internacionais, em favor do desenvolvimento da produção de carne e outras proteínas. No Brasil, particularmente nas regiões agrícolas mais desenvolvidas, esses estímulos resultaram num intenso processo de erradicação de lavouras destinadas ao mercado interno, como a do feijão, do amendoim, e a do decadente café, sendo substituídas por pastagens para gado de corte e por enormes plantações, com frequência mecanizadas, de soja. Em cinco anos o Brasil passou de inexpressivo produtor a 2º maior produtor mundial de soja.

Mas, de outras maneiras os monopólios internacionais exercem sua influência dominadora e deformadora sobre a agricultura do país. As indústrias de tratores e de outros equipamentos, de fertilizantes, de defensivos, de rações, de matrizes para inseminação artificial de bovinos e aves, controladas pelo capital estrangeiro, introduzem na agricultura uma tecnologia divorciada da realidade do país. E ao mesmo tempo impedem o desenvolvimento de uma tecnologia nacional para o setor e vêm liquidando a já existente. Vendidos a preços que chegam a ser o dobro daqueles vigentes nos países desenvolvidos, esses chamados insumos modernos, além de frequentemente serem mal absorvidos pelos produtores e de darem, portanto, resultados pouco efetivos, conduzem a um crescente endividamento dos fazendeiros.

O CONTROLE DA PRODUÇÃO E DOMÍNIO DOS PRODUTORES

Também os monopólios estrangeiros que dominam vastos setores da indústria de alimentos estabelecem seu controle sobre a agricultura, determinando a produção segundo os seus interesses, monopolizando a produção e subordinando os produtores. Estes se vêem compelidos a produzir aqueles produtos determinados pelos monopólios, com a tecnologia e as espécies que eles pesquisam e escolhem. Também endividados junto aos monopólios, os produtores, ainda que donos das terras que cultivam, deixam de ser efetivamente livres e caem em completa dependência deles. Isto é o que se dá, por exemplo, com o domínio da Nestlé sobre os produtores de leite; da Sanbra e Anderson Clayton no setor da soja; da Souza Cruz no do fumo; da Bunge y Born no do trigo; da Refinações de Milho no Brasil no do milho etc., conforme evidenciou trabalho recente de Alberto Passos Guimarães (1).

Com a soja reproduziu-se de maneira ampliada e mais rápida o que no passado já ocorreu com o café, a cana-de-açúcar, o cacau e o algodão, antigos produtos privilegiados pelo mercado internacional. Contando com crédito fácil, abundantes capitais se deslocaram de outras áreas da agricultura, e mesmo de outros setores econômicos, para a compra de terras, de mão-de-obra, de máquinas, fertilizantes, defensivos, para a construção de armazéns e outras instalações e sistemas de transporte.

Sob o pretexto de que a soja brasileira tem de enfrentar, no mercado externo, a concorrência da produção dos EUA, de produtividade elevada, os produtores do setor foram levados a comprar máquinas muitas vezes desnecessárias, a usar fertilizante e defensivos de maneira inadequada, etc. Apesar do baixo preço da mão-de-obra e da isenção de impostos, a redução de custos foi limitada. E os produtores encontram-se endividados e descapitalizados, operando em sua maior parte com capital emprestado. O preço da soja continua superior ao da produzida nos EUA, mas sua venda estará garantida enquanto o mercado internacional se mantiver carente de proteínas. Esta debilidade será, possivelmente, o ponto de partida para a crise no momento em que a situação se alterar.

Em consequência da febre da soja, a produção de outros produtos, até mesmo do café, foi desfalçada de capitais, de terra, equipamentos, instalações, que foram transferidas em poucos anos para a cultura de soja. Nessa brusca transferência há um perda em termos da queda relativa (em alguns casos, até absoluta) de produção de diversos produtos de amplo consumo interno. E há também o custo social do desemprego de milhares de trabalhadores e o representado pelas plantações erradicadas, pelas instalações e equipamentos que se tornaram inservíveis ("custo de desinvestimento") que, evidentemente, são pagos pelos agricultores em seu conjunto e, melhor dizendo, por toda a economia e a sociedade.

A velha tendência à monocultura para exportação se manifesta hoje em vastas áreas do Paraná, de São Paulo, Sul de Minas e Sul de Mato Grosso, numa demonstração da continuidade do processo de dependência externa a que se submetem nossa agricultura.

Outro lado da questão é que os produtos de consumo interno, não podendo competir em lucratividade com aqueles destinados a exportação, tem suas lavouras descapitalizadas, e sua produção tende à estagnação. É o que se vê de maneira expressiva no comportamento recente desses produtos como o arroz, do feijão, batata, cebola etc. A maior parte do trigo consumido no Brasil continua sendo importada. Enquanto a pecuária de corte, voltada para a exportação, sofre num

período de excesso de oferta e tenta compensar-se especulando para elevar os preços para o consumidor local, a pecuária leiteira continua produzindo insuficientemente e o déficit de abastecimento cresceu a ponto de exigir ultimamente a importação de leite em pó. Quanto ao café, produto tradicionalmente bastante consumido internamente, com as sucessivas quedas de produção, tem sofrido uma brutal elevação de preços, tornando-se praticamente proibido para a massa dos consumidores locais, circunstância estimulada pelo modelo que vê na exportação de café, soja e outras matérias-primas a saída para a redução do déficit da balança comercial.

Os dados apresentados no quadro indicam que não se trata de uma situação conjuntural, como se tem afirmado. A primeira conclusão que se pode extrair desse quadro é que ele evidencia a estagnação e, em alguns casos, a queda da produção dos principais produtos alimentícios de consumo interno. A segunda conclusão é que o mercado interno de produtos alimentícios tem registrado uma demanda reprimida crescente, pois a população cresce à taxa de 2,7% ao ano enquanto a produção se encontra estacionária. Portanto, a atual carência de alimentos e a grande elevação de seus preços devem-se bem mais à oferta insuficiente do que a um pretensamente aumento da procura referido por certos tecnocratas. Além de indicar um processo de crescente subnutrição da população, essa situação tem outra grave consequência, agora no plano econômico que é a de o país vir se tornando um grande importador de alimentos. Em 1972 as importações de alimentos foram de US\$ 372 milhões; em 1974 saltaram para US\$ 970 milhões. A terceira conclusão é que, ao menos no que se refere à produção para o consumo interno, a agricultura está longe de apresentar uma oferta "elástica", conforme anunciaram autoridades do setor econômico (2).

Eis, portanto, como a interpenetração de interesses do capital estrangeiro e do sistema latifundiário se traduzem por uma dependência progressiva da agricultura local com relação ao exterior, pelo crescimento das desigualdades entre os diversos ramos da agricultura e entre os diferentes produtos de acordo com sua destinação; e ainda, resultam na desorganização e deformação da produção, com a estagnação ou ruína dos produtos destinados ao mercado interno, etc.

A AGRICULTURA ATRASADA E DEPENDENTE LIMITA A INDÚSTRIA

Entretanto, as consequências da ação desses fatores e da aplicação dessa política não se restringem à própria agricultura, mas alcançam a toda a economia. A importância da agricultura para a economia não está somente em que ela põe alimentos à disposição da parte da população ocupada em atividades não-agrícolas. Mas ela é vital para a indústria tanto quanto a indústria é importante para ela. Por exemplo, quanto mais baratos e abundantes forem os alimentos e as matérias-primas que a agricultura coloca à disposição dos trabalhadores e da indústria, mais baixos relativamente poderão ser os salários pagos e mais se reduzirão os custos com bens de produção e materiais auxiliares. Mas a agricultura só poderá produzir a preços mais baixos na medida em que aumente a sua produtividade. E na medida em que a indústria, por sua vez, coloque à disposição da agricultura equipamentos, fertilizantes, defensivos, etc., a preços compatíveis, ela não só permite o aumento da produtividade agrícola como também expande suas próprias atividades e desenvolve tecnologia própria, adequada à situação.

Por outro lado, o desenvolvimento da indústria de bens de consumo (roupas, alimentos, utensílios, aparelhos domésti-

cus, etc.) depende da entrada no mercado de milhões de trabalhadores que antes não consumiam, pois viviam em economia de subsistência. Liga-se, portanto, à sua transformação em assalariados. Mas é evidente que se forem salários de fome a participação desses assalariados no mercado continuará bastante limitada.

No Brasil, cerca de 60% da população encontra-se praticamente marginalizada do mercado, no campo ou na periferia das cidades; os salários são muito baixos e vêm perdendo poder aquisitivo há anos, não só no campo, mas também nas cidades; os produtos agrícolas colocados à disposição da sociedade são insuficientes e caros porque produzidos com baixa produtividade, etc. Evidentemente, esses aspectos se articulam, num sistema de causas e consequências entrelaçadas, com o limitado desenvolvimento do mercado de bens industrializados, de consumo e de produção.

Não se conclui daí que os estímulos da agricultura ao desenvolvimento da indústria, e particularmente da de bens de produção, atualmente sejam nulos. Entretanto, em detrimento da indústria nacional de bens de produção e do desenvolvimento de uma tecnologia própria, esses estímulos têm sido absorvidos e deformados pela indústria estrangeira que vem se instalando no país e também domina o setor dos equipamentos e outros insumos para a agricultura, ou seja, devido a um fator que extrapola a mera relação agricultura-indústria e que está ligada à situação de dependência da economia como um todo ao capital estrangeiro. Com referencial para o conhecimento do nível desses estímulos consiste na situação da indústria de tratores, já que o trator é o equipamento mais importante para a agricultura moderna. A indústria local de tratores viveu um prolongado período de estagnação entre 1965 e 1970. A partir daí passou por uma fase de expansão que chegou ao fim no ano passado. Em 1974 a produção de tratores de roda, os mais usados na agricultura, foi de 43 mil unidades e em 1975 superou os 55 mil. Foram números de importância

para uma agricultura que em 1970 contava com 165 mil tratores, número que atualmente se situa entre 250 e 280 mil (é preciso levar em conta que parte da produção nova destina-se a repor máquinas que chegaram ao fim da vida útil, que é, em média de 6 a 10 anos). Entretanto, para se medir a real importância desse dado e o que ele representa para a indústria de veículos e, portanto, da influência da agricultura sobre a indústria, é necessário lembrar que no mesmo ano de 1975 foram produzidos no total 861 mil veículos no país; portanto, apenas, 6% eram tratores.

A maior parte desses tratores não é produzida por indústrias nacionais. Das seis fábricas de tratores existentes no país em 1975 (depois já entraram no mercado mais três fábricas estrangeiras) apenas uma é nacional, a Cia. Brasileira de Tratores (CBT), que participava com somente 15% da produção. A Massey Ferguson, o maior produtor de equipamentos para a agricultura no mundo, também em nosso país é o maior fabricante. Em 1974 a Massey Ferguson teve

uma participação de 48% na produção de tratores para a agricultura (de roda) e de 28% na de tratores de esteira.

Além disso, boa parte das peças e componentes dessas máquinas, as de tecnologia mais avançada, é importada. E toda a tecnologia usada em sua produção pertence a esses monopólios internacionais. Uma tendência semelhante se registra nos setores de produção de outras máquinas agrícolas mais sofisticadas, de rações, de fertilizantes e defensivos. 80% dos fertilizantes consumidos na agricultura do país são importados. Dos 20% produzidos internamente a maior parte vem das indústrias estrangeiras (Ultrafertil, Mitsui, Quimbrasil, etc.). Assim se frustra o desenvolvimento da indústria e da tecnologia nacional com base no desenvolvimento da agricultura, pois mesmo os tímidos estímulos que esta fornece são desviados para a indústria estrangeira.

(1) Alberto Passos Guimarães, "O Complexo Agroindustrial no Brasil", publicado em Opinião de 5-11-76.

(2) Declaração de Delfim Netto ao Jornal da Tarde de 3-9-73.

OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE CONSUMO INTERNO (EM TONELADAS)

	1968	1970	1973	1974	1975
ARROZ	6.652.508	7.553.083	7.167.127	6.482.920	7.537.589
BATATINHA	1.606.473	1.583.465	1.336.766	1.672.508	1.668.874
CAFÉ (a)	—	8.888.179	—	7.504.697	6.882.788
CARNE DE BOI	1.506.905	1.663.587	1.628.991 (b)	—	—
CEBOLA	272.577	284.603	305.520	341.371	348.806
FEIJÃO	2.419.677	2.211.449	2.228.940	2.238.012	2.270.747
LEITE (c)	6.909.350	7.132.049	6.333.263	—	—
OVOS (d)	766.958	840.896	524.499	—	—
TRIGO (e)	886.170	1.844.263	2.031.338	2.858.530	1.787.850

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — IGE — Anos de 1971, 1974 e 1975
 (a) Valor de 50 kg. Estes números referem-se somente ao consumo interno. Dados fornecidos pelo Instituto de Estatística (ISE) — 7/5/1976.
 (b) Dado de 1971, o último referido pelo IGE.
 (c) Mil litros. Os últimos dados são de 1973, no Anuário do IGE.
 (d) Mil dúzias. Últimos dados do IGE são de 1973.
 (e) Toneladas de produção nacional. O consumo do trigo alcançou 4,8 milhões de toneladas, em 1975, das quais 3 milhões foram importadas.

Brasil anuncia a agricultura em NY

NOVA YORK — O governo brasileiro publicou ontem no "Wall Street Journal" duas páginas de matéria paga, destacando a importância da agricultura no processo de industrialização do Brasil.

O artigo, intitulado "Agricultura, uma Contribuição Vital à Industrialização Brasileira", faz um apanhado histórico da atuação do setor agrícola dentro da economia brasileira.

"A produção agrícola não somente acompanhou o crescimento da população, mas também satisfaz as necessidades da indústria e proporcionou um respeitável excedente para exportação", diz o artigo.

UMA OCUPAÇÃO IMPRODUTIVA

As atividades nos imóveis rurais do Brasil 1972, em %

	PESSOAS JURÍDICAS ESTRANGEIRAS	TODOS OS IMÓVEIS
Culturas	5	17
Pastagens (*)	52	72
Florestas	43	11

(*) Em todos os imóveis, a média de ocupação do pasto é de 0,5 boi por hectare. Nos pertencentes a pessoas jurídicas estrangeiras, aquela média cai para 0,3 boi por hectare.

Fonte: INCRA

Há muitos riscos nesse modelo

ISTOÉ
12-10-77

A recente divulgação, pelo O Estado de S. Paulo, da pesquisa do Banco Mundial encomendada pela Sudene ("A Economia Agrícola do Nordeste do Brasil"), além de mostrar dados fundamentais sobre a agricultura regional, levanta questões pertinentes ao "modelo" agrícola geral existente no país. As características ideais do "modelo", expressas em sucessivos programas governamentais, esbarram na realidade da estrutura fundiária do país e nos resultados concretos do que tem sido a ocupação da terra pelos grandes projetos, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Para o caso nordestino (4% dos agricultores possuem quase 50% da terra), o BIRD conclui que a atual estrutura agrária, a má alocação e a subutilização da terra e da mão-de-obra não podem ser corrigidas por um conjunto de programas de impacto, sucessivamente anunciados por vários governos. Para evitar futuras perturbações trabalhistas e a contínua migração de nordestinos para centros urbanos que não tem condições de absorver novos contingentes populacionais, o BIRD considera prioritária a aplicação da legislação que prevê a colocação no uso social de 70% da terra subutilizada. Esta é uma alusão ao Estatuto da Terra, criado em 1964 e nunca executado.

Um setor ocupado. A agricultura nordestina está estagnada, é o que mostra o estudo do Banco Mundial. Evidente que não se pode dizer o mesmo do Centro-Sul do país, onde o chamado modelo agrícola exportador teve mais sucesso, embora persistam entraves semelhantes gerados pela estrutura da posse da terra na região agravados por um distorcido sistema de comercialização, cujo setor atacadista é dominado por grandes empresas estrangeiras.

Quanto à presença do capital externo na ocupação da terra, seu avanço já preocupava seriamente o país na década passada, quando foi criada (em 1967) a CPI de Terras. De acordo com dados do Incra, a área dos imóveis em poder de pessoas jurídicas estrangeiras (PJE) passou de 4,2 milhões de hectares em 1972 para 6,4 milhões em 1976. Ou seja, houve um aumento de 53,4% no período. Para se ter uma idéia do que representa aquela extensão, os 4,2 milhões de hectares de 1972 equivalem a uma área maior que toda a extensão cultivada na Bélgica, Dinamarca, Grécia, Holanda, Suécia e Suíça. Ou, ainda, apenas no território do Amapá, 36,8% da área total está ocupada por imóveis rurais pertencentes a PJE.

cos brasileiros da atualidade, que iniciaram sua acumulação no comércio cafeeiro. Foi assim enquanto a oferta era menor que a demanda. Desde que a produção brasileira cresceu em grandes saltos, e outros países latino-americanos e da África passaram a concorrer no mercado, caracterizando-se uma situação de superprodução relativamente estável, a cultura de café em nosso país vem passando por crises sucessivas, num quadro geral de lenta decadência. No presente momento, registra-se uma dessas reanimações periódicas, fruto de uma situação conjuntural de escassez, que inevitavelmente conduzirá a nova intensificação da produção e, a médio prazo, à superprodução e à crise.

É semelhante a situação do açúcar. A produção de cana-de-açúcar permaneceu vários anos estagnada em razão do excesso de oferta no mercado internacional. Entre 1974 e 1975 experimentou um explosivo aumento de demanda que decuplicou seu preço no mercado externo, induzindo a um aumento da produção. Atualmente (1976 e 1977) o mercado externo apresentou-se repentinamente com excesso de oferta e a produção de açúcar volta a estacionar, desestimulada por uma queda também espetacular dos preços.

Em anos recentes, uma escassez relativa de proteínas no mercado mundial resultou na liberação de créditos, por ban-

A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA

ANO	Taxa de crescimento de Prod. Agrícola (%)	Taxa de crescimento de Prod. Industrial (%)
1971	11,4 ^(a)	11,2
1972	4,1	13,9
1973	3,5	15,0
1974	8,5	8,2
1975	3,4 ^(b)	4,0
1976	4,2 ^(c)	8,8

Observações: a) Este grande salto numérico reflete mal a situação real. Deveu-se em grande parte a uma safra excepcional de café em seguida a uma pequena safra em 1970. Sem o café, em 1971, a produção agrícola cresceu apenas 2,6%. E o setor de alimentos, só 0,6%.
b) Dados preliminares do IBGE, relativos à refinação. A lavoura apresentou uma taxa de crescimento negativa de 2%. O resultado geral positivo deve-se ao alto índice de expansão do pecuário: 14%.
c) Estimativas. A lavoura registrou um crescimento de 0,5% e a pecuária, 12%.

cos e agências internacionais, em favor do desenvolvimento da produção de carne e outras proteínas. No Brasil, particularmente nas regiões agrícolas mais desenvolvidas, esses estímulos resultaram num intenso processo de erradicação de lavouras destinadas ao mercado interno, como a do feijão, do amendoim, e a do decadente café, sendo substituídas por pastagens para gado de corte e por enormes plantações, com frequência mecanizadas, de soja. Em cinco anos o Brasil passou de inexpressivo produtor a 2º maior produtor mundial de soja.

Mas, de outras maneiras os monopólios internacionais exercem sua influência dominante e deformadora sobre a agricultura do país. As indústrias de tratores e de outros equipamentos, de fertilizantes, de defensivos, de rações, de matrizes para inseminação artificial de bovinos e aves, controladas pelo capital estrangeiro, introduzem na agricultura uma tecnologia divorciada da realidade do país. E ao mesmo tempo impedem o desenvolvimento de uma tecnologia nacional para o setor e vêm liquidando a já existente. Vendidos a preços que chegam a ser o dobro daqueles vigentes nos países desenvolvidos, esses chamados insumos modernos, além de frequentemente serem mal absorvidos pelos produtores e de darem, portanto, resultados pouco efetivos, conduzem a um crescente endividamento dos fazendeiros.

O CONTROLE DA PRODUÇÃO E DOMÍNIO DOS PRODUTORES

Também os monopólios estrangeiros que dominam vastos setores da indústria de alimentos estabelecem seu controle sobre a agricultura, determinando a produção segundo os seus interesses, monopolizando a produção e subordinando os produtores. Estes se vêem compelidos a produzir aqueles produtos determinados pelos monopólios, com a tecnologia e as espécies que eles pesquisam e escolhem. Também endividados junto aos monopólios, os produtores, ainda que donos das terras que cultivam, deixam de ser efetivamente livres e caem em completa dependência deles. Isto é o que se dá, por exemplo, com o domínio da Nestlé sobre os produtores de leite; da Sanbra e Anderson Clayton no setor da soja; da Souza Cruz no do fumo; da Bunge y Born no do trigo; da Refinações de Milho no Brasil no do milho etc., conforme evidenciou trabalho recente de Alberto Passos Guimarães (1).

Com a soja reproduziu-se de maneira ampliada e mais rápida o que no passado já ocorreu com o café, a cana-de-açúcar, o cacau e o algodão, antigos produtos privilegiados pelo mercado internacional. Contando com crédito fácil, abundantes capitais se deslocaram de outras áreas da agricultura, e mesmo de outros setores econômicos, para a compra de terras, de mão-de-obra, de máquinas, fertilizantes, defensivos, para a construção de armazéns e outras instalações e sistemas de transporte.

Sob o pretexto de que a soja brasileira tem de enfrentar, no mercado externo, a concorrência da produção dos EUA, de produtividade elevada, os produtores do setor foram levados a comprar máquinas muitas vezes desnecessárias, a usar fertilizante e defensivos de maneira inadequada, etc. Apesar do baixo preço da mão-de-obra e da isenção de impostos, a redução de custos foi limitada. E os produtores encontram-se endividados e descapitalizados, operando em sua maior parte com capital emprestado. O preço da soja continua superior ao da produzida nos EUA, mas sua venda estará garantida enquanto o mercado internacional se mantiver carente de proteínas. Esta debilidade será, possivelmente, o ponto de partida para a crise no momento em que a situação se alterar.

Em consequência da febre da soja, a produção de outros produtos, até mesmo do café, foi desfalcada de capitais, de terra, equipamentos, instalações, que foram transferidas em poucos anos para a cultura de soja. Nessa brusca transferência há um perda em termos da queda relativa (em alguns casos, até absoluta) de produção de diversos produtos de amplo consumo interno. E há também o custo social do desemprego de milhares de trabalhadores e o representado pelas plantações erradicadas, pelas instalações e equipamentos que se tornaram inservíveis ("custo de desinvestimento") que, evidentemente, são pagos pelos agricultores em seu conjunto e, melhor dizendo, por toda a economia e a sociedade.

A velha tendência à monocultura para exportação se manifesta hoje em vastas áreas do Paraná, de São Paulo, Sul de Minas e Sul de Mato Grosso, numa demonstração da continuidade do processo de dependência externa a que se submete nossa agricultura.

Outro lado da questão é que os produtos de consumo interno, não podendo competir em lucratividade com aqueles destinados a exportação, tem suas lavouras descapitalizadas, e sua produção tende à estagnação. É o que se vê de maneira expressiva no comportamento recente desses produtos como o arroz, do feijão, batata, cebola etc. A maior parte do trigo consumido no Brasil continua sendo importada. Enquanto a pecuária de corte, voltada para a exportação, sofre num

período de excesso de oferta e tenta compensar-se especulando para elevar os preços para o consumidor local, a pecuária leiteira continua produzindo insuficientemente e o déficit de abastecimento cresceu a ponto de exigir ultimamente a importação de leite em pó. Quanto ao café, produto tradicionalmente bastante consumido internamente, com as sucessivas quedas de produção, tem sofrido uma brutal elevação de preços, tornando-se praticamente proibido para a massa dos consumidores locais, circunstância estimulada pelo modelo que vê na exportação de café, soja e outras matérias-primas a saída para a redução do déficit da balança comercial.

Os dados apresentados no quadro indicam que não se trata de uma situação conjuntural, como se tem afirmado. A primeira conclusão que se pode extrair desse quadro é que ele evidencia a estagnação e, em alguns casos, a queda da produção dos principais produtos alimentícios de consumo interno. A segunda conclusão é que o mercado interno de produtos alimentícios tem registrado uma demanda reprimida crescente, pois a população cresce à taxa de 2,7% ao ano enquanto a produção se encontra estacionária. Portanto, a atual carência de alimentos e a grande elevação de seus preços devem-se bem mais à oferta insuficiente do que a um pretensível aumento da procura referido por certos tecnocratas. Além de indicar um processo de crescente subnutrição da população, essa situação tem outra grave consequência, agora no plano econômico que é a de o país vir se tornando um grande importador de alimentos. Em 1972 as importações de alimentos foram de US\$ 372 milhões; em 1974 saltaram para US\$ 970 milhões. A terceira conclusão é que, ao menos no que se refere à produção para o consumo interno, a agricultura está longe de apresentar uma oferta "elástica", conforme anunciaram autoridades do setor econômico (2).

Eis, portanto, como a interpenetração de interesses do capital estrangeiro e do sistema latifundiário se traduzem por uma dependência progressiva da agricultura local com relação ao exterior, pelo crescimento das desigualdades entre os diversos ramos da agricultura e entre os diferentes produtos de acordo com sua destinação; e ainda, resultam na desorganização e deformação da produção, com a estagnação ou ruína dos produtos destinados ao mercado interno, etc.

A AGRICULTURA ATRASADA E DEPENDENTE LIMITA A INDÚSTRIA

Entretanto, as consequências da ação desses fatores e da aplicação dessa política não se restringem à própria agricultura, mas alcançam a toda a economia. A importância da agricultura para a economia não está somente em que ela põe alimentos à disposição da parte da população ocupada em atividades não-agrícolas. Mas ela é vital para a indústria tanto quanto a indústria é importante para ela. Por exemplo, quanto mais baratos e abundantes forem os alimentos e as matérias-primas que a agricultura coloca à disposição dos trabalhadores e da indústria, mais baixos relativamente poderão ser os salários pagos e mais se reduzirão os custos com bens de produção e materiais auxiliares. Mas a agricultura só poderá produzir a preços mais baixos na medida em que aumente a sua produtividade. E na medida em que a indústria, por sua vez, coloque à disposição da agricultura equipamentos, fertilizantes, defensivos, etc., a preços compatíveis, ela não só permite o aumento da produtividade agrícola como também expande suas próprias atividades e desenvolve tecnologia própria, adequada à situação.

Por outro lado, o desenvolvimento da indústria de bens de consumo (roupas, alimentos, utensílios, aparelhos domésti-

cus, etc.) depende da entrada no mercado de milhões de trabalhadores que antes não consumiam, pois viviam em economia de subsistência. Liga-se, portanto, à sua transformação em assalariados. Mas é evidente que se forem salários de fome a participação desses assalariados no mercado continuará bastante limitada.

No Brasil, cerca de 60% da população encontra-se praticamente marginalizada do mercado, no campo ou na periferia das cidades; os salários são muito baixos e vêm perdendo poder aquisitivo há anos, não só no campo, mas também nas cidades; os produtos agrícolas colocados à disposição da sociedade são insuficientes e caros porque produzidos com baixa produtividade, etc. Evidentemente, esses aspectos se articulam, num sistema de causas e consequências entrelaçadas, com o limitado desenvolvimento do mercado de bens industrializados, de consumo e de produção.

Não se conclua daí que os estímulos da agricultura ao desenvolvimento da indústria, e particularmente da de bens de produção, atualmente sejam nulos. Entretanto, em detrimento da indústria nacional de bens de produção e do desenvolvimento de uma tecnologia própria, esses estímulos têm sido absorvidos e deformados pela indústria estrangeira que vem se instalando no país e também domina o setor dos equipamentos e outros insumos para a agricultura, ou seja, devido a um fator que extrapola a mera relação agricultura-indústria e que está ligada à situação de dependência da economia como um todo ao capital estrangeiro. Com referencial para o conhecimento do nível desses estímulos consiste na situação da indústria de tratores, já que o trator é o equipamento mais importante para a agricultura moderna. A indústria local de tratores viveu um prolongado período de estagnação entre 1965 e 1970. A partir daí passou por uma fase de expansão que chegou ao fim no ano passado. Em 1974 a produção de tratores de roda, os mais usados na agricultura, foi de 43 mil unidades e em 1975 superou os 55 mil. Foram números de importância

para uma agricultura que em 1970 contava com 165 mil tratores, número que atualmente se situa entre 250 e 280 mil (é preciso levar em conta que parte da produção nova destina-se a repor máquinas que chegaram ao fim da vida útil, que é, em média de 6 a 10 anos). Entretanto, para se medir a real importância desse dado e o que ele representa para a indústria de veículos e, portanto, da influência da agricultura sobre a indústria, é necessário lembrar que no mesmo ano de 1975 foram produzidos no total 861 mil veículos no país; portanto, apenas, 6% eram tratores.

A maior parte desses tratores não é produzida por indústrias nacionais. Das seis fábricas de tratores existentes no país em 1975 (depois já entraram no mercado mais três fábricas estrangeiras) apenas uma é nacional, a Cia. Brasileira de Tratores (CBT), que participava com somente 15% da produção. A Massey Ferguson, o maior produtor de equipamentos para a agricultura no mundo, também em nosso país é o maior fabricante. Em 1974 a Massey Ferguson teve

uma participação de 48% na produção de tratores para a agricultura (de rodas) e de 28% na de tratores de esteira.

Além disso, boa parte das peças e componentes dessas máquinas, as de tecnologia mais avançada, é importada. E toda a tecnologia usada em sua produção pertence a esses monopólios internacionais. Uma tendência semelhante se registra nos setores de produção de outras máquinas agrícolas mais sofisticadas, de rações, de fertilizantes e defensivos. 80% dos fertilizantes consumidos na agricultura do país são importados. Dos 20% produzidos internamente a maior parte vem das indústrias estrangeiras (Ultrafertil, Mitsui, Quimbrasil, etc.). Assim se frustra o desenvolvimento da indústria e da tecnologia nacional com base no desenvolvimento da agricultura, pois mesmo os tímidos estímulos que esta fornece são desviados para a indústria estrangeira.

(1) Alberto Passos Guimarães, "O Complexo Agroindustrial no Brasil", publicada em Opinião de 5-11-76.

(2) Declaração de Delfim Netto ao Jornal da Tarde de 3-9-73.

OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE CONSUMO INTERNO (EM TONELADAS)

	1968	1970	1973	1974	1975
ARROZ	6.652.508	7.553.083	7.167.127	6.482.920	7.537.589
BATATINHA	1.606.473	1.583.465	1.336.766	1.672.508	1.668.874
CAFÉ (a)	—	8.888.179	—	7.504.697	6.882.788
CARNE DE BOI	1.506.905	1.663.587	1.628.991 (b)	—	—
CEBOLA	272.577	284.603	305.520	341.371	348.806
FEIJÃO	2.419.677	2.211.449	2.228.940	2.238.012	2.270.747
LEITE (c)	6.909.350	7.132.049	6.335.263	—	—
OVOS (d)	766.958	840.896	524.499	—	—
TRIGO (e)	886.170	1.844.263	2.031.338	2.858.530	1.787.850

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE — Anos de 1971, 1974 e 1975.
 (a) Sacos de 60 kg. Estes números referem-se somente ao consumo interno. Dados fornecidos pela indústria de torrefação (ESP — 7/8/1976).
 (b) Dado de 1971, o último referido pelo IBGE.
 (c) Mil litros. Os últimos dados são de 1973, no Anuário do IBGE.
 (d) Mil dúzias. Últimos dados do IBGE são de 1973.
 (e) Tonel. de produção nacional. O consumo de trigo estrangeiro em 1975, dos quais 3 milhões foram importados.

Brasil anuncia a agricultura em NY

NOVA YORK — O governo brasileiro publicou ontem no "Wall Street Journal" duas páginas de matéria paga, destacando a importância da agricultura no processo de industrialização do Brasil.

O artigo, intitulado "Agricultura, uma Contribuição Vital à Industrialização Brasileira", faz um apanhado histórico da atuação do setor agrícola dentro da economia brasileira.

"A produção agrícola não somente acompanhou o crescimento da população, mas também satisfaz as necessidades da indústria e proporcionou um respeitável excedente para exportação", diz o artigo.

UMA OCUPAÇÃO IMPRODUTIVA

As atividades nos imóveis rurais do Brasil 1972, em %

	PESSOAS JURÍDICAS ESTRANGEIRAS	TODOS OS IMOVEIS
Culturas	5	17
Pastagens(*)	52	72
Florestas	43	11

(*) Em todos os imóveis, a média de ocupação do pasto é de 0,5 boi por hectare. Nos pertencentes a pessoas jurídicas estrangeiras, aquela média cai para 0,2 boi por hectare.

Fonte: INCRA

Há muitos riscos nesse modelo

A recente divulgação, pelo O Estudo de S. Paulo, da pesquisa do Banco Mundial encomendada pela Sudene ("A Economia Agrícola do Nordeste do Brasil"), além de mostrar dados fundamentais sobre a agricultura regional, levanta questões pertinentes ao "modelo" agrícola geral existente no país. As características ideais do "modelo", expressas em sucessivos programas governamentais, esbarram na realidade da estrutura fundiária do país e nos resultados concretos do que tem sido a ocupação da terra pelos grandes projetos, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Para o caso nordestino (4% dos agricultores possuem quase 50% da terra), o BIRD conclui que a atual estrutura agrária, a má alocação e a subutilização da terra e da mão-de-obra não podem ser corrigidas por um conjunto de programas de impacto, sucessivamente anunciados por vários governos. Para evitar futuras perturbações trabalhistas e a contínua migração de nordestinos para centros urbanos que não tem condições de absorver novos contingentes populacionais, o BIRD considera prioritária a aplicação da legislação que prevê a colocação no uso social de 70% da terra subutilizada. Esta é uma alusão ao Estatuto da Terra, criado em 1964 e nunca executado.

Um setor ocupado. A agricultura nordestina está estagnada, é o que mostra o estudo do Banco Mundial. Evidente que não se pode dizer o mesmo do Centro-Sul do país, onde o chamado modelo agrícola exportador teve mais sucesso, embora persistam estruturas da posse da terra na região agravadas por um distorcido sistema de comercialização, cujo setor atacadista é dominado por grandes empresas estrangeiras.

Quanto à presença do capital externo na ocupação da terra, seu avanço já preocupava seriamente o país na década passada, quando foi criada (em 1967) a CPI de Terras. De acordo com dados do Incra, a área dos imóveis em poder de pessoas jurídicas estrangeiras (PJE) passou de 4,2 milhões de hectares em 1972 para 6,4 milhões em 1976. Ou seja, houve um aumento de 53,4% no período. Para se ter uma idéia do que representa aquela extensão, os 4,2 milhões de hectares de 1972 equivalem a uma área maior que toda a extensão cultivada na Bélgica, Dinamarca, Grécia, Holanda, Suécia e Suíça. Ou, ainda, apenas no território do Amapá, 36,8% da área total está ocupada por imóveis rurais pertencentes a PJE.

ISTOÉ
12-10-77

Dados fornecidos pelo Banco Central à CPI sobre capital estrangeiro mostram que os investimentos estrangeiros em atividades ligadas à agricultura representam cerca de 30% do total de investimentos das 400 maiores empresas estrangeiras do país. E que o reinvestimento dos lucros obtidos no Brasil em moeda estrangeira representam 51% do total investido. Isso significa que aplicar no setor primário brasileiro é lucrativo e se paga em pouco tempo.

Mas esse lucro vem da produção?

Não é isto que mostram os dados do Incra, segundo os quais os imóveis de pessoas jurídicas estrangeiras exploram menos as terras do que a totalidade dos imóveis (ver quadro). Ou seja, enquanto as PJE exploram 35% do total da área de que dispõem, os demais imóveis exploram 58% da área total. Mesmo assim, a atividade das PJE resume-se à pecuária extensiva e à exploração florestal, com quase nenhuma ênfase na agricultura.

Em outras palavras, grandes extensões de terra são compradas e "esto-

cadas", servindo, ainda, como meio de obtenção de favores fiscais ou simples especulação imobiliária.

Em resumo, a situação existente é de grandes extensões de terras improdutivas ou, quando muito, ocupadas por atividades que praticamente não absorvem mão-de-obra e, portanto, ao contrário de fixar o homem à terra, continuam estimulando seu êxodo, o que contribui ainda mais para o crescimento desordenado das cidades. Como diz o BIRD, esses planos não surtiram efeito.

Anamércia Vainsencher

Aumentado confisco na exportação de café

O presidente do IBC, Camilo Calazans de Magalhães, anunciou ontem a reabertura dos registros de exportação de café, a partir de segunda-feira, ao preço atual de US\$ 3,20 por libra-peso (US\$ 422,40 por saca de 60 quilos), mas com um aumento de 60 dólares na taxa de confisco cambial, que passará a ser de US\$ 220,00 por saca. Essa taxa é US\$ 7,49 superior ao preço registrado ontem, na Bolsa de Valores de Nova York, para entregas em dezembro, razão pela qual, segundo observadores, o Brasil continuará fora do mercado internacional.

Camilo Calazans divulgou outra resolução na qual o IBC eleva de Cr\$ 2.000,00 para Cr\$ 2.500,00 o preço de compra de café no mercado interno. Esse preço começará a vigorar a 1º de janeiro de 1978. Ontem, antes do anúncio oficial das medidas do IBC, o governador do Paraná, Jaime Canet Júnior, disse em Paranavaí que o governo iria elevar o preço de garantia de café para Cr\$ 3.000,00. E, em Garça, o governador Paulo Egydio Martins defendeu a elevação do preço de compra pelo IBC para Cr\$ 3.000,00.

As exportações de café solúvel também serão reabertas segunda-feira e, como as de café em grão, permanecerão assim até 31 de dezembro. Os preços mínimos de registro do solúvel, por libra-peso, são de US\$ 7,00 e US\$ 8,00, para os tipos "spray dried" e "freeze dried".

O presidente do IBC disse que o governo brasileiro não mudará sua orientação quanto à sustentação dos preços do café no mercado internacional, mantendo o nível do registro em US\$ 3,20 por libra-peso, praticamente o dobro do preço vigente na Bolsa de Nova York. Em Bogotá, a Associação Nacional dos Exportadores da Colômbia responsabilizou o Brasil pela queda dos preços internacionais. **ESP-8-10**

A QUEM PERTENCE O MINERIO BRASILEIRO MOVIMENTO

Jaime Sautchuck

"A história da nossa economia é, fundamentalmente, a história dos saques das nossas riquezas naturais". Assim, a certa altura do seu pronunciamento, o jornalista e economista Euzébio Rocha resumiu o seu depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os Minerais, na semana passada, em Brasília. E, fazendo um resumo mais geral do que falou, ele deixou clara a necessidade de criação de uma nova ordem econômica mundial, defendida por muitos países do chamado Terceiro Mundo, mas, como ele afirma, sistematicamente boicotada pelos países mais avançados do sistema capitalista.

O depoimento, contendo 130 páginas, procura mostrar, de maneira especial, a ação das empresas multinacionais na exploração dos recursos naturais brasileiros. Para que um país tenha poder de barganha em nível internacional, a maior arma de que dispõe são as matérias primas de que necessitam os países mais avançados. Pergunta-se, então, o que é feito desta arma se, em termos de internos, quem controla o setor são justamente as empresas cujas bases estão nos países mais avançados do sistema?

Euzébio Rocha procura, a partir deste ponto, mostrar como agem as multinacionais e quais são seus objetivos. Ele enumera:

- Controlar os centros produtores, obtendo a posse das reservas minerais para exploração quando achar oportuno, segundo sua conveniência para atendimento ao mercado consumidor ou garantir as reservas estratégicas das áreas desenvolvidas. Controlar áreas consumidoras de minérios, procurando negociar com os principais compradores a fim de não perderem a hegemonia do mercado, podendo ditar aos países hospedeiros o momento da exploração e os preços dos seus minérios.

- Assegurar o máximo poder de gerência, quando associadas ao Estado ou a empresas nacionais dos países hospedeiros.

- Transformar o país hospedeiro em mercado consumidor dos equipamentos dos seus países de origem, através de especificações pré-determinadas em função do know-how que possuem.

- Utilizar os recursos dos países hospedeiros sob a forma de empréstimos e outras vantagens, aplicando o mínimo de recursos possível e valendo-se ao máximo de isenções e incentivos fiscais. Cobrem, geralmente, de 20 a 30%, com recursos próprios, o investimento total.

- Evitam comprometer-se com avais ou fianças e atraem para a sua direção, geralmente com elevados salários, pessoas influentes que possam exercer, quer pelo saber, ou pela influência junto às esferas governamentais, pressões favoráveis aos seus interesses.

- Pleiteiam para os produtos primários que necessitam, preço próximo ao custo de extração.

- Desenvolvem sob seu total controle a localização, pesquisa e exploração das jazidas e detêm o controle das informações, podendo subestimar tais reservas, perturbando, conseqüentemente, o conhecimento da disponibilidade real, impedindo a adoção de uma política condizente com os interesses do país hospedeiro.

- Outro fato revelador do comportamento

dos trustes é o subfaturamento ou superfaturamento de produtos. Um caso típico foi o da Celulose Borregaard S/A, de cujo investimento de US\$ 100 milhões, apenas US\$ 14 milhões entraram no país. E que a empresa firmou contrato de venda com a matriz ao preço de US\$ 50,7 a tonelada, quando, na ocasião, o Brasil pagava US\$ 150,00 no mercado internacional.

"Os trustes não mudam"

Estes tipos de manobras fazem com que as multinacionais detenham absoluto controle do mercado mundial de matérias primas básicas. Um exemplo claro do seu resultado é o do minério de ferro, cujo preço no mercado internacional em 1958 era de 13,9 dólares a tonelada e, em 1973 (quinze anos depois, portanto) havia baixado para cerca de oito dólares. Segundo Euzébio Rocha, o Brasil perdeu, nos últimos 22 anos, nada menos que US\$ 4 bilhões com esta depreciação do minério de ferro.

Dez por cento das reservas mundiais de manganês estão no Brasil. E 30% do total encontrado no Brasil (em termos de minério com alto teor de manganês) está localizado no território do Amapá e sua exploração é feita pela Indústria e Comércio de Minérios S/A (Icomi), uma empresa essencialmente de capital estrangeiro, em grande parte da United States Steel. Em vista disso, Euzébio apresentou dados evidenciando o fato de que, a se continuar neste ritmo de exportações, muito logo a expansão da siderurgia brasileira estará seriamente comprometida pela falta de manganês. Ele coloca assim a situação deste mineral no mundo hoje:

"O comércio internacional de manganês possui características que tornam esta matéria-prima excepcionalmente estratégica, pois sendo material básico indispensável à siderurgia, à exceção da URSS e da China, os principais produtores não possuem reservas significativas (os EUA, por exemplo, importam praticamente todo o manganês que precisam para abastecer o seu parque siderúrgico)".

Enquanto a Icomi exporta praticamente todo o manganês que extrai do solo brasileiro, algumas empresas brasileiras estão importando a matéria-prima. E depois de expor esta situação, Euzébio Rocha afirma incisivamente que a única alternativa que se apresenta ao país é a imediata suspensão das exportações de manganês explorado na Serra do Navio, no Território do Amapá. Mesmo porque, como disse o economista, não se pode esperar que as multinacionais mudem de métodos de uma hora para outra, pois "os trustes são hoje o que eram ontem e serão amanhã o que são hoje".

As manobras da U.S. Steel no caso do projeto Carajas é outro exemplo típico. A empresa levou seis anos de negociações para se decidir pela aceitação da Companhia Vale do Rio Doce como sócia majoritária e, quando isto ocorreu, passou a exigir que o controle gerencial e comercial ficasse com ela. Isto significaria, como lembra Euzébio Rocha, que a empresa norte-americana é que determinaria que máquinas e equipamentos seriam comprados e onde adquiri-los. Finalmente, após emperrar o projeto durante anos a fio, a U.S. Steel abandonou-o e pôs à venda suas ações, no valor de US\$ 50 milhões.

JORNAL DO BRASIL

Brzezinski fala dos objetivos

BRASILIA (Sucursal) — O texto seguinte é a transcrição oficial de uma entrevista coletiva (briefing) concedida no dia 23 na Casa Branca pelo assessor de Segurança Nacional do presidente Carter, Zbigniew Brzezinski, na qual ele anunciou que o presidente Carter visitará oito países a partir do dia 22 de novembro.

Brzezinski: "Eu quero anunciar a viagem do presidente e seu programa para o fim de novembro e início de dezembro. Essa viagem está em estudos há cerca de um mês. Agora está pronta para ser anunciada.

"Ela tem, essencialmente, quatro objetivos. Em princípio é para conduzir importantes negócios bilaterais que temos com países com os quais temos relacionamento importante. Em segundo lugar para reforçar laços tradicionais de aliança, de crenças e valores.

"Em terceiro lugar é designada a alargar a extensão da cooperação internacional engrandecendo as relações dos EUA com países que estão tendo um crescente e importante papel no cenário mundial. Em quarto, é para simbolizar nosso desejo de cooperar com sistemas diferentes do nosso em termos políticos, sociais e econômicos.

"Consequentemente, a viagem é uma expressão da declarada intenção do presidente em promover a permuta construtiva em todo o mundo e no engajamento da América nesse assunto.

"Mais especificamente, em termos de itinerário, o presidente partirá numa terça-feira, 22 de novembro, para Caracas, capital da Venezuela, um país líder em democracia na América Latina, um país fortemente engajado em assuntos de desenvolvimento local, um país que tem tido um papel de líder em conferências sobre cooperação econômica internacional.

Na manhã de 23 de novembro ele partirá de Caracas para Brasília, capital do Brasil, um amigo tradicional dos EUA, o único país latino-americano que mandou tropas para lutar, ombro a ombro, com as forças americanas na 2.ª Guerra Mundial. Um país que também tem importantes assuntos bilaterais a conduzir, um país que está tendo um importante papel no cenário mundial, particularmente em relação ao sistema econômico internacional.

Pergunta — Sr. Brzezinski, dois países, como o sr. sabe — Irã e Brasil — tem tido sérios problemas de direitos humanos. Como isso pesou na decisão de fazer uma visita presidencial?"

Resposta — "Nós consideramos os assuntos de direitos humanos como uma doutrina fundamental do nosso relacionamento com o mundo. E nós não fazemos segredo sobre isso. Ao mesmo tempo, nós também temos dito claramente que não o vemos como pré-condição para dialogar seriamente e produtivamente sobre outros assuntos. Bilaterais ou multilaterais. 24-9-77

JORNAL DO BRASIL

Assessor de Todman

inicia contatos

BRASILIA (Sucursal)

Ernest Preeg, assessor para Assuntos de Planejamento Político da equipe do subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos, Terence Todman, iniciou ontem em Brasília seu programa de "contatos com parlamentares, funcionários do governo, acadêmicos e jornalistas", cumprindo o que a embaixada americana informa ser a sua missão no Brasil.

Porta-voz dessa representação diplomática informou que Ernest Preeg não teria contatos com a imprensa e que esta não seria informada a respeito da agenda do assessor de Todman, dada a pouca expressão de seu nível funcional no Departamento de Estado.

Enquanto observadores especulam com a possibilidade de Preeg estar na verdade em missão de pesquisa sobre as possibilidades de um encontro entre parlamentares oposicionistas brasileiros e o presidente Jimmy Carter, quando de sua visita ao Brasil, em outubro, a embaixada americana nega qualquer relação entre os dois fatos. Um diplomata chegou ontem a manifestar certa irritação com o destaque dado pelos jornais à visita do assessor de Todman, destaque este que "não se coaduna com a posição hierárquica do diplomata".

COM A OPOSIÇÃO

A bancada do MDB no Senado reunir-se-á hoje pela manhã, para acertar temas que serão abordados na conversa que terão hoje, durante almoço, com Ernest Preeg.

27-9-77

JORNAL DO BRASIL

O comércio Brasil-EUA

O secretário-assistente do Tesouro dos Estados Unidos para Assuntos Internacionais, Fred Bergsten, visitará oficialmente o Brasil, de 4 a 11 de dezembro, com o propósito de discutir, com o ministro da Fazenda, Mário Simonsen, uma agenda de seis pontos, destinada a melhorar o

relacionamento econômico Brasil-Estados Unidos.

Os seis pontos a serem objeto de negociações são: 1) exame da posição do Brasil e dos Estados Unidos nas negociações do GATT; 2) exame da posição do Brasil e dos Estados Unidos nos organismos internacionais de crédito, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento; 3) — incremento do comércio Brasil-Estados Unidos; 4) avaliação dos resultados do acordo Simonsen-Simon, firmado em maio do ano passado, em Brasília; 5) incremento do fluxo de investimentos diretos dos Estados Unidos para o Brasil; 6) reforma fiscal nos Estados Unidos — acordo de dupla tributação.

7.10.77

O ESTADO DE S. PAULO

Aplicação não deve crescer

No que diz respeito aos investimentos dos Estados Unidos no Brasil, os técnicos do Ministério do Planejamento estão céticos quanto à possibilidade de alterações substanciais na política norte-americana, apesar da declaração do ministro João Paulo dos Reis Velloso de que na visita "será reafirmado o caráter estável e maduro das relações econômicas entre os dois países".

Os investimentos dos Estados Unidos no Brasil alcançaram 3 bilhões de dólares, segundo o sistema de contabilidade norte-americana, e 2,2 bilhões, segundo o Banco Central do Brasil. Esses investimentos começaram a diminuir sua participação relativa no total de investimentos estrangeiros a partir de 1969, quando representavam 47,7% do total, baixando para 33,6% no ano passado. No mesmo período, porém, a presença da Europa no setor expandiu-se de 31% para 40,3 e a do Japão de 3,2 para 9,9%. 24-9-77

O ESTADO DE S. PAULO

Carter admite erros na política com o Brasil

MILÃO — O presidente Jimmy Carter confessou, em entrevista publicada no último número da edição italiana da revista "Seleções do Reader's Digest", que o "único fracasso" de sua administração, até agora, ocorreu nas relações com o Brasil. "Existem divergências sobre a reciclagem do combustível nuclear. Nós estamos empenhados no uso pacífico da energia nuclear para a produção de eletricidade e é disto que o Brasil tem necessidade. Não pensamos que deva existir um equipamento de reciclagem de combustível nuclear controlado e possuído pelo Brasil. Em compensação, os brasileiros pensam que têm direito a isto", disse Carter.

Em Brasília, fontes diplomáticas comentaram que o presidente Carter, ao fazer essas declarações, não teve "humildade e tato político", acrescentando que a impossibilidade de revogar o acordo nuclear Brasil-Alemanha Ocidental "é apenas um dos vários reverses de sua administração em política externa". Como exemplo, as fontes lembraram o malogro das negociações dos Estados Unidos com a União Soviética quanto à limitação de armas nucleares, a impossibilidade de reiniciar a Conferência de Genebra sobre a paz na Palestina e a demasiada ênfase da política de direitos humanos com conotações intervencionistas, que indispsôs Washington com quase todas as nações latino-americanas.

Em artigo publicado na revista norte-americana "Foreign Policy", o diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Georgetown, em Washington, Roger W. Fontaine, fez uma severa crítica ao modo como o governo dos Estados Unidos tem conduzido suas relações com o regime brasileiro. "A política nuclear do Brasil não é produto de seus delírios de grandeza, mas o resultado de suas concretas necessidades energéticas", disse Fontaine. 4-10

O ESTADO DE S. PAULO

Ingerência, razão da denúncia dos acordos A nota do Itamarati

"O Governo brasileiro efetuou, na tarde de hoje, através de nota entregue à Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília, a rescisão do contrato, de 7 de maio de 1942, de constituição da Missão Naval Norte-Americana e as denúncias do acordo por troca de notas, de 1º de agosto e 20 de setembro de 1955, para a reestruturação da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos — e referente à Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (Rio de Janeiro) e à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (Washington); do acordo de 27 de janeiro de 67, sobre material cedido pelo acordo de assistência militar de 1952; e do acordo sobre o preparo de mapas cartográficos e cartas aeronáuticas, de 2 de junho de 1952. As denúncias foram efetuadas nos termos dos próprios atos em vigor.

O Governo brasileiro esclarece que, no caso dos três primeiros instrumentos, as denúncias são decorrentes da denúncia do acordo de assistência militar, efetuada no dia 11 de março último, pois a cooperação prevista naqueles atos está diretamente vinculada a essa assistência militar. Quanto ao acordo cartográfico, também concluído em 1952, encontra-se ele superado pela evolução ocorrida nesse setor nos últimos 25 anos e se revela inadequada às condições em que se realiza a cooperação internacional no presente.

O Governo brasileiro informou ao Governo norte-americano de sua disposição de manter em vigor as cláusulas de salvaguarda contidas no acordo de assistência militar e aplicáveis aos materiais cedidos ao Brasil. Manifestou, ainda, na referida nota, o desejo do Governo brasileiro de manter o relacionamento entre os dois países sobre as bases tradicionais do respeito mútuo e da não ingerência nos assuntos internos do outro Estado, responsáveis pelo bom entendimento entre os dois Governos e pela amizade constante entre os dois povos. O Governo brasileiro reafirmou, ainda, a sua disposição de cooperar com o Governo norte-americano, seja no plano multilateral — no qual os dois Governos coincidem em sua adesão aos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da Organização dos Estados Americanos, bem como aos valores da civilização ocidental — seja no plano bilateral, na promoção de objetivos que visem ao benefício recíproco.

Brasília, em 19 de setembro de 1977."

O ESTADO DE S. PAULO

Todman recebe Brizola

NOVA YORK — O ex-governador gaúcho Leonel Brizola conversou cerca de 45 minutos na manhã de ontem com o subsecretário de Estado para assuntos interamericanos, Terence Todman. Segundo Brizola, "o objetivo do encontro foi transmitir ao governo dos Estados Unidos o reconhecimento pela acolhida que nos deu". Todman, por sua vez, foi mais seco em seu comentário: limitou-se a confirmar o encontro e a dizer que "foi a primeira vez que o vi".

O encontro ocorreu na sede da missão dos Estados Unidos junto às Nações Unidas, e

JORNAL DO BRASIL

Iugoslávia debate troca com Brasil

Brasília — O presidente da Câmara de Economia da Iugoslávia, Sr Ilija Vukij, inicia hoje conversações com autoridades do Itamarati e do Ministério da Indústria e do Comércio, trazendo de Belgrado um novo alerta para o perigo de que o comércio do Brasil com o Leste da Europa vá se estagnar e até mesmo regredir por culpa do desequilíbrio das trocas que garante saldos cada vez maiores ao lado brasileiro.

O Leste europeu significa hoje para o Brasil 10% do total do seu comércio exterior. Ele representou 1.348 milhões de dólares no ano passado, sendo que apenas no primeiro semestre desse ano já alcançou 592,7 milhões de dólares, em contraste com os 473,3 milhões do ano passado, no mesmo período.

O salto maior verificou-se entre 1974 e 75. Os negócios duplicaram, passando de pouco mais de 600 milhões de dólares para 1.030 milhões, com o saldo brasileiro triplicado: de 284,7 milhões em 74 para 612,7 milhões em 75. No ano passado o aumento continuou vertical, chegando o saldo a 848,5 milhões de dólares — Cr\$ 12,7 bilhões. 3-10-77

Brady Tysson, assessor para assuntos latino-americanos do embaixador americano na ONU, Andrew Young.

Por outro lado, afirmou que Todman foi muito incisivo ao acentuar que os "Estados Unidos estavam agindo com coerência em sua política externa, com o fato de nos receber aqui, uma política que enfatiza o tema da fraternidade". Fontes ligadas a grupos que lutam pelos direitos humanos afirmaram que está sendo feita uma tentativa de levar Brizola a Washington para contatos com outras autoridades norte-americanas. 4-10-77

A Convenção do MDB cb

"O MDB dirige-se à Nação para dar-lhe conhecimento das razões que o levaram, em Convenção Nacional, a conchamar o povo brasileiro para participar de um amplo e patriótico movimento em prol da convocação de uma Assembléia Constituinte.

Treze anos de governo de exceção deformaram nossas instituições jurídicas. A Nação está submetida ao arbítrio. A consequência é o caos institucional; o poder político perdeu em legitimidade e a ordem econômica hipertrofiada degenerou-se na inflação. O endividamento externo compromete nossa soberania: persiste uma das mais cruéis concentrações de renda que o mundo reprova e a ordem social injusta apresenta aspectos de desumana desigualdade, com crescentes e alarmantes índices de pobreza, doença e mortalidade. Mais sombria é a conjuntura já condenada pela vocação legalista de nossa gente na síntese de Pontes de Miranda de que na Constituição de 1967 há mais subversividade do que revolucionaridade".

O governo não pode continuar surdo e conta 80 por cento da população que clamam por liberdade e democracia, conforme o testemunho insuspeito de recente pesquisa de opinião pública.

O governo, ao mesmo tempo que se autopromove e se julga certo e infalível, julga errados e condena o MDB, os juristas, a

imprensa, a Igreja, os estudantes, os trabalhadores, as donas-de-casa, o empresariado, os esportistas, a sociedade emfim, que através de manifestações inequívocas, reiteradas e ostensivas quer substituir a tutela pela participação, o AI-5 pelo império da lei e a oligarquia do voto indireto pela democracia do sufrágio pessoal, universal e secreto.

As revoluções que só se sustentam na força e na repressão erigem a segurança do Estado como fim supremo e último da organização política. Eis uma concepção totalitária do poder. Os valores eternos e insubstituíveis da liberdade, da justiça e dos direitos do homem não podem ser eliminados pelo Estado. A Nação é mais forte do que os governos que querem oprimi-la.

Quando na vida de um povo esse estágio de deterioração se verifica, quando se invertem as hierarquias e prioridades, quando é evidente a quebra de todos os liames que legitimam o pacto social, urge romper o impasse institucional, dentro da ordem e para assegurar a paz, apelando para as razões históricas da Nação, para as inspirações de sua tradição jurídica e para suas virtudes inatas de cordialidade e conciliação. Só assim a marcha para o progresso e a civilização será feita sem traumas, sem desvios e sem procrastinações, que são imperdoáveis concessões e cumplicidade com o subdesenvolvi-

mento. São inaceitáveis, tanto a repressão violenta que humilha e degrada, como a vingança da desforra ou a anarquia irresponsável da permissividade, sem mecanismos de defesa do Estado.

A representação nacional, emanação livre de vontade do povo, enunciada nas urnas, sendo a mais alta expressão de seu poder soberano, é o meio legítimo e natural para, através do consenso, dirimir os conflitos, corrigir as injustiças, eliminar confrontos e encontrar os pontos de convergência para a definição de novos rumos.

O Brasil, reconciliado e fortalecido, sem vitoriosos arrogantes e prepotentes, nem vencidos e punidos até na família, precisa reencontrar-se com os objetivos permanentes da Pátria. É a Constituinte. A Constituinte é a voz da Nação que há de ser ouvida. É a presença da Nação que não pode continuar ignorada.

Dividido contra si mesmo, o Brasil perecerá na violência ou se degradará sob os horrores de uma ditadura, alternativa que cumpre evitar com a restauração do poder democrático. Tanto mais urgente se faz tal reabilitação, quanto é certo que, com as atuais estruturas de poder, o País se tornou ingovernável. (...)

A Assembléia Nacional Constituinte é a solução global e não casuística, imposta pela lógica

política, pela coerência, pela integração dos ideais e dos interesses de todos na Nação e no Estado, que pertencem a todos e não a privilegiados.

A anistia é o esquecimento, cobrindo o passado e o presente, é o estuário cristão da reconciliação, para que os brasileiros deixem de lutar entre si e se irmanem no objetivo de salvar o País da inércia, do pauperismo, da doença e do analfabetismo, pois só assim vencerão o desafio da presente geração.

O Movimento Democrático Brasileiro prega uma Constituinte abrangente e não discriminatória. Não admitirá que se degrade em foco de subversão ou de intranquilidade, que se negue degenerando-se em mensageira do ódio ou esclerosada no saudosismo.

A oposição é a institucionalização do debate, pois vive da controvérsia. Para ele tem o limite de suas normas programáticas, sem desfigurar-se perante a opinião pública.

Chegou a hora da paz.

Paz na lei, paz com liberdade, paz com justiça social, paz a favor do homem, não destruidora do homem.

Para o Brasil e os brasileiros, democracia é o nome político da paz e a Assembléia Nacional Constituinte é o único fórum capaz de escrevê-lo." 15.9.77

ENSAIOS POPULARES

Coluna do Editor

Diálogo e Constituinte

MOVIMENTO 25/9/77

A direção emedebista acende uma vela ao governo e outra à oposição

A Convenção Nacional Extraordinária do MDB, reunida em Brasília no dia 14 de setembro, adotou (finalmente) a tese de que o caminho para a normalização democrática da vida política do país é hoje a elaboração de uma nova Constituição, por uma Assembléia Nacional Constituinte. A Convenção aprovou também o roteiro da campanha que o MDB deverá promover em todo país para propagar e defender essa tese.

Tais decisões constituem uma vitória inequívoca das bases do MDB, de boa parte de suas direções intermediárias e de seus parlamentares "autênticos" e "liberais combativos", que se empenharam para garantir que a Convenção se reunisse e desfraldasse a bandeira da Constituinte. São decisões que reforçam os setores populares e as correntes políticas e culturais que já vem se batendo pela mesma tese. O valor das decisões fica ainda mais ressaltado porque a Convenção não endossou idéias como a do "diálogo", com a Arena, ou dos "projetos econômicos alternativos", ou da "Constituição prévia", com as quais líderes do MDB tentavam esvaziar a proposta da Constituinte.

No entanto, até que se possa chegar a uma Assembléia Constituinte soberana e representativa, as forças populares e as correntes opo-

sicionistas têm ainda um caminho longo e acidentado a percorrer. E alguns dos obstáculos que precisarão ser vencidos, se encontram no seio do próprio MDB. Neste sentido, as decisões da Convenção de Brasília, quando analisadas com cuidado, revelam-se ambíguas.

O MDB SILENCIOU EM RELAÇÃO ÀS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Se a Convenção proclamou, com toda clareza, que a Assembléia Nacional Constituinte "é o único fórum capaz" de reorganizar as instituições do país de forma democrática, foi muito reticente em relação aos pressupostos sem os quais esta Assembléia jamais será soberana, livremente eleita e representativa. mencionou, é verdade, a anistia, mas sem insistir que ela se estenda a todos os brasileiros presos, cassados ou exilados por motivos políticos. Quanto a necessidade de que sejam asseguradas efetivamente as liberdades democráticas, principalmente para os setores populares e especialmente as liberdades de opinião, de reunião e de organização, inclusive de organização de novos partidos, a direção do

MDB silenciou.

Mais sintomaticamente ainda, a Convenção não exigiu, como condição prévia a uma Constituinte, a revogação dos atos institucionais e das leis de exceção; ao contrário, adotou, pela primeira vez num documento oficial do MDB, a tese de que "os mecanismos de defesa do Estado" precisam ser fortalecidos. Ora, é inegável que nenhum Estado sobrevive sem mecanismos de defesa contra seus opositores; um Estado democrático, por exemplo, precisa defender-se das correntes antidemocráticas, que se opõem à participação popular na vida nacional. O problema básico dos "mecanismos de defesa do Estado" consiste, porém, em saber que Estado defender e contra quem defendê-lo. Se a oposição e o governo discordam acerca do caráter democrático ou não do regime atual, como podem concordar acerca dos "mecanismos" de sua defesa?

Essas incoerências da Nota divulgada pela Convenção emedebista não surpreendem se se leva em conta que ela foi aprovada por unanimidade, com a participação portanto de "adesistas" e "moderados", e ainda que entre seus principais autores se incluem o deputado federal Tancredo Neves e o senador Roberto Saturnino. O primeiro poucas semanas antes da

Convenção, prestava a uma revista (1) declarações como estas: "A convocação da Constituinte pode ser feita de várias maneiras. Primeiro, transformando-se o atual Congresso em Constituinte, o que pode acontecer mas não é desejável (...) a solução pode se dar ainda pela convocação pura e simples de eleições para a formação de uma Assembléia Constituinte, que depois se transformará em Legislativo ordinário, ou atribuindo-se poderes constituintes ao futuro Congresso (...) A Constituinte só pode ser feita dentro da estrutura partidária existente, ou seja, com Arena e MDB (...) O ideal seria que a convocação da Constituinte viesse precedida de uma reformulação partidária, da revogação dos atos institucionais e da concessão da anistia ampla aos punidos pelo sistema revolucionário. Só que, com esses pressupostos, nós não chegaremos nunca a uma Constituinte. Temos que trabalhar não com o ideal, com o desejável, mas com as realidades objetivas que estão aí". Quanto ao senador Roberto Saturnino, é um velho adversário de tese da Constituinte e, mesmo depois de participar de sua redação e aprovação, lamentava-se para a imprensa (2):

Petrônio Portella

Dialogar é preciso

VISÃO — *Mas medidas como o "pacote de abril" não tenderiam a prejudicar o diálogo, exatamente por exacerbar os ânimos partidários?*

Portella — Admira-me muito esse tipo de alegação. O MDB prega que o principal objetivo de sua atuação é exatamente o de alcançar o aperfeiçoamento democrático. Ora, esse é o objetivo de todos nós. O que todos desejamos é o ordenamento dos poderes do Estado, a distribuição e a limitação desses poderes de acordo com a lei; é estabelecer os parâmetros do Estado de Direito democrático. É esse o objetivo maior, mais alto, em que estamos empenhados. O mais é decorrência, é episódio, incide em áreas de interesses menores ou maiores de cidadãos, grupos ou até partidos. Mas aquilo que é fundamental é exatamente aquilo sobre o qual nos debruçamos e a que damos a devida atenção. Nesse contexto, as reformas de abril situam-se num plano secundário. É um assunto que até poderá ser objeto de exame amanhã quando os objetivos maiores puderem ser alcançados. O que não podemos é parar no meio do caminho para tratar de problemas menores, antes de examinarmos a fonte geradora de tudo.

VISÃO — *Trata-se, portanto, do aperfeiçoamento de nossas instituições políticas. Nesse sentido, repetindo a primeira pergunta, o que o senhor tem dito a seus interlocutores?*

Portella — Inicialmente, fui criticado por não trazer previamente fórmula ou fórmulas a serem discutidas. Isso foi deliberado, pelo simples fato de que a simples admissibilidade do diálogo está marcada por muitas turbulências. É muito fácil verificar-se a carga emocional daqueles, ou muitos daqueles, que devem ser protagonistas dos acontecimentos. O que seria de se prever, então, se eu trouxesse, com a melhor das boas inten-

"Não podemos esquecer que o processo sucessório está em marcha. Ao nos fixarmos desde já nessa proposta (da Constituinte), perdemos indiscutivelmente o nosso poder de barganha".

OS "AUTÊNTICOS" DEVEM VOLTAR-SE DECIDIDAMENTE PARA AS BASES POPULARES

Se depender das alas "moderada" e "adesista" do MDB, portanto, o que irá para frente não será a campanha pela Constituinte, mas o "diálogo" com o senador arenista Petrônio Portella. O diálogo é uma forma de luta característica das correntes liberais. Conduzido com firmeza e subordinado ao objetivo de atrair novas forças para o movimento por uma Constituinte soberana e livremente eleita, até poderia ser útil. Mas não é disso que se trata. Ao anunciar sua disposição de "dialogar" com o MDB em nome do governo, o senador Portella deixou claro que não admitiria discutir a anistia e que seu propósito essencial é conseguir o apoio do MDB (e agora também da OAB e da CNBB) para uma reforma constitu-

Visão, 3 de outubro de 1977

ções, fórmulas à consideração dos interlocutores oposicionistas?"

VISÃO — *Mas a idéia da Constituinte, em abstrato, não seria uma saída democrática para o impasse?*

Portella — Não podemos deixar de considerar que a idéia da Constituinte é uma idéia sempre válida, porque, considerada em abstrato, é em princípio democrática. Em concreto, no entanto, tal qual está colocada, ela se apresenta evadida de facciosismo e de divisionismo. Sou contra a Constituinte nos termos em que está colocada porque se formos para uma Constituinte partindo do pressuposto, no qual não acredito, de que a médio prazo o MDB venha a ser majoritário, nós chegaremos a um instrumento de um pacto social já furado, porque o MDB já sabe que a Constituinte que ele quer é o dissenso, é convocada sob o dissenso. Ele sabe que as forças hoje majoritárias são contra a idéia, e mesmo assim se obstina nela, acreditando na ditadura da maioria, que hoje os oposicionistas negam para efeitos táticos, porque esse princípio lhes desserve. De nossa parte, somos maioria e somos Governo; temos as duas fontes necessárias ao poder constituinte e, não obstante, consideramos necessário que haja a maior extensão possível de consenso, um consenso o mais abrangente possível, quando se trata de assunto dessa natureza. São, portanto, duas posições bem distintas: a da oposição, que foge ao diálogo, a uma conversa a ser feita a plena luz do dia, sobre assunto que não comporta barganha e que é do interesse geral da nação; e a nossa, que é a de busca do entendimento com todos, com correntes partidárias e com forças vivas do país, convencidos que estamos de que se impõe, por meio de amplo consenso, fixar novos condicionamentos políticos e jurídicos para o país.

cional, que reforce os mecanismos de defesa do Estado atual, transferindo os poderes excepcionais do AI-5 para o corpo da Constituinte. A proposta de reforma Constitucional do senador Portella e a tese da Constituinte agora aprovada pela Convenção emedebista de Brasília caminham, por conseguinte, em direções opostas. Nestas condições, como é possível um "diálogo" e uma "união" entre MDB e Arena?

Fica evidente, mais uma vez, que a campanha por uma Constituinte soberana e livremente eleita interessa sobretudo às camadas populares e às correntes políticas que as representam; elas é que podem levá-la adiante. Os setores do MDB empenhados em cumprir as decisões de Brasília precisam compreender isso. Devem voltar-se decididamente para as bases populares, ajudá-las a aumentar sua consciência política, sua organização, sua iniciativa. E, para tanto, precisam relacionar a campanha pela Constituinte com outras causas de ressonância popular, como a defesa da soberania nacional, o movimento contra o custo de vida ou as lutas por terra, pela reposição salarial, pelo ensino público e gratuito, pelos direitos femininos.

FOLHA DE S. PAULO

Com a CNBB

RIO (Sucursal) — O secretário-geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, afirmou ontem, no Rio, esperar que seu encontro com o senador Petrônio Portella seja o início "de uma conversação ampla com outros setores da população brasileira, como intelectuais, advogados, estudantes e outros". Segundo o prelado, este seria um dos caminhos para a consecução do convívio político de acordo com a declaração "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", emitida em fevereiro pela 15ª Assembléia Geral do Episcopado, em Itaiçara.

Dom Ivo Lorscheiter não confirmou as notícias de que teria condicionado a participação da Igreja no diálogo político proposto pela missão Portella à apuração das responsabilidades pela invasão da PUC, de São Paulo. Todavia, admitiu, tacitamente, que o fato e as reiteradas acusações do coronel Erasmo Dias à Igreja não criam um clima favorável. O secretário-geral da CNBB disse ainda que sobre isso não poderia ter deixado de falar com o presidente do Senado.

A ENTREVISTA

Como foi, dom Ivo, seu encontro com o senador Portella? A imprensa hoje (ontem) informa apenas que o senhor esteve com ele...

"Ele esteve comigo. É importante que se diga isso, hem".

Perfeito, mas não se diz como foi esse contato. É o que se quer saber.

"Eu quando sai daqui, de fato não sabia que ia haver o encontro. Fui a Brasília para tratar de assuntos rotineiros. Foi iniciativa mesmo do senador. O importante nós já temos dito: A Igreja não se quer negar ao diálogo, principalmente quando se trata também do bem maior da Nação. Agora, segundo se afirmou também, o diálogo seria dentro da competência da Igreja. Quer dizer, ela vai dialogar dentro daquilo que está em sua área: os postulados fundamentais do convívio político, que são a dignidade da pessoa humana; seus direitos; a conciliação dos mesmos com o sentido do Estado, do bem comum; a sobrevivência do Estado, com todo o convívio político.



Tudo isso que no fundo se consubstancia no documento de Itaici. Foi isso também que nós conversamos ontem. Eu insisti de novo que isso deveria ser a base”

Maç, e o “mlolo” da questão?

“Bom, foi isso que nós falamos agora. Quer dizer: a Igreja gostaria de ser entendida assim, com esse tipo positivo, mesmo quando critica. Ela não leva oposição por oposição. Ela se opõe ao erro, não faz oposição por oposição política

O ESTADO DE S. PAULO

Com a OAB

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Reymundo Faoro, voltou “esperançado” da reunião com o senador Petrônio Portella e disse aos jornalistas que “a aproximação foi muito importante por ter tirado a Ordem de um isolamento que já durava nove anos, pois desde a decretação do AI-5 a OAB estava afastada de qualquer consulta do governo”.

Faoro disse, também, que, ao apresentar ao presidente do Senado as sugestões da OAB, deixou bem claro que “os advogados não pretendem substituir o povo”.

Quanto às sugestões da Ordem, Reymundo Faoro disse que informou a Portella serem, em princípio, duas, indispensáveis para dar saída a quaisquer encaminhamentos de democratização do País: a volta à plenitude do “habeas-corpus” e o restabelecimento das garantias da magistratura.

CONSTITUINTE

Durante a conversa, o presidente da OAB fez para Portella a exposição da idéia da Constituinte levantada pela Ordem.

“Mostrei — disse — o que se pode até chegar à Constituinte por uma série de atos. Mas de maneira alguma se poderá chegar à Constituinte sem a plenitude do ‘habeas-corpus’ e sem as garantias da magistratura.” 4/10

ISTOE 5/10/1977

Esses arenistas tão inseguros

Sem querer, o deputado Herbert Levy acabou transformando seu apartamento, em Brasília, num consultório (será essa a designação correta?) de terapia em grupo. Um grupo alimentado com *strogonoff* de galinha, regado a uísque Black Label, e motivado por excesso de carência afetiva e crises de segurança cêntrica.

Todas as terças-feiras, à noite, os arenistas disponíveis se encontram na superquadra 302 Norte, sentindo-se, como bem lembrou o anfitrião em

Mas o que significa, para a Igreja, esse primeiro contato com a missão Portella?

“Eu espero que seja o início de uma conversação ampla com outros setores, com outras instituições. Para mim é mais importante do que o início de conversações com a Igreja”.

Essa conversação ampla já atenderia aos princípios do documento de Itaici?

“Não. Este é um caminho. Não é só ouvir, mas também concretizar as

MOVIMENTO

Com a CONTAG e a CONTEC

Os dois líderes sindicais levaram ao conhecimento do senador Petronio Portella as reivindicações mais urgentes dos trabalhadores. O presidente da CONTAG ressaltou a necessidade da implantação da Justiça Agrária, como instrumento para melhor assistir ao trabalhador rural e resolver os conflitos do campo, e, sobretudo, insistiu na premência da implantação de uma reforma agrária, que a seu ver poderia servir-se dos mecanismos já existentes no Estatuto da Terra.

Os presidentes da Contag e da Contec reivindicaram também a revisão de diversos pontos de interesse dos trabalhadores e que, na sua forma atual, “são ultrapassados e/ou arbitrários”:

- a estrutura sindical, transplantada do fascismo italiano, e portanto inadequada a uma sociedade democrática;

- o cerceamento da plena liberdade sindical por fatores tais como a contribuição obrigatória e, principalmente, a vinculação das organizações sindicais no Ministério do Trabalho;

- a participação dos empregados na fixação dos índices de reajuste salarial;

- a permissão da barganha salarial livre e direta entre trabalhadores e empregadores, que a legislação atual impede na prática;

- que a taxa de reajuste salarial calculada oficialmente fique como um piso mínimo, e não como possibilidade única;

- reformulação do FGTS, “o verdadeiro AI-5 dos trabalhadores”;

- liberalização do direito de greve, como “recurso extremo” do trabalhador.

O senador não se pronunciou sobre estas reivindicações, apenas se comprometendo a encaminhá-las a quem de direito. Entretanto, deu a entender que, caso aprovadas, sua implementação ficaria ainda para uma fase posterior, depois de realizado o “aperfeiçoamento das instituições”. 24/10/77

dado momento, como gado a caminho do matadouro. São cobranças que não acabam mais. Os arenistas acusam o governo de não lhes dar a devida atenção e chegam a implorar pela oportunidade de um lugar no Boeing 737 da Presidência da República sempre que a agenda marca uma viagem do general Ernesto Geisel. Em suma, o quadro é depressivo.

A medida que o famoso diálogo avança, os parlamentares arenistas, anteendo no horizonte um novo “pacotão” e uma eleição direta (pelo menos para os deputados), tentam descobrir maneiras de sobreviver politicamente. Sobreviver às eleições, no quadro atual, não vai ser fácil. O jeito então é sobreviver no “pacotão”.

legítimas contribuições que surgirem. Fazer depois uma soma do que houver de legítimo nessa contribuição, ver o que realmente é aproveitável. E, de fato, aproveitar. Uma soma grande de aspirações já é do domínio da opinião pública, pelas manifestações dos juristas, dos intelectuais e assim por diante. Que isso agora seja somado de fato.

“Claro, a Igreja não vai dizer qual é o tipo de ordenação jurídica que queremos. A fórmula nós não temos, não é? Não somos nós que diremos: o tipo deve ser assim. Constituinte ou não-Constituinte. Isso não é assunto para a Igreja.” 29-9-77

Montoro exclui Constituinte

Assinalando que “o partido não poderá virar as costas a possíveis emendas constitucionais objetivando a eliminação do arbítrio”, a bancada emedebista no Senado aprovou um plano de cinco pontos cuja observância considera condição para o debate de quaisquer medidas de institucionalização do regime. O roteiro condiciona a reforma política aos seguintes princípios: a nação quer o Estado de Direito e a vigência de um regime democrático; o titular do poder constituinte é o povo; a democracia pode e deve ter instrumentos de defesa contra aqueles que a queiram destruir; nenhuma pena pode ser aplicada sem que se assegure ao acusado o direito de se defender e de ser julgado por um tribunal independente; a independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário constitui a base irremovível da estrutura política da nação.

A decisão da bancada emedebista no Senado foi interpretada como evidência de que a oposição não considera irreversível a luta pela Constituinte, aprovada em sua última convenção nacional. O líder Franco Montoro reconheceu que o MDB não pode negar que o Congresso, eleito pelo voto popular, tem poderes para promover a revisão da Constituição, embora admitisse não saber se o partido aceitaria isso.

O documento deverá ter reflexos na Câmara, podendo constituir-se no ponto de partida para o exame das propostas de reforma do senador Portella. 3-10-77

Este poderia conter, por exemplo, uma mudança insignificante (hoje tudo é insignificante) nas regras do jogo, a prorrogação dos mandatos.

Assim, terça-feira passada, o senador Portella, que comparecera à terapia de grupo para tratar de assuntos mais transcendentais, foi agredido verbalmente pelo deputado gaúcho Alexandre Machado. Petrônio estava falando, quando Machado berrou lá do fundo da sala: “Vossa Excelência convida jornalistas para que não possamos dizer a verdade, a verdade que sentimos”. Portella, irritado, elevou sua voz algumas notas acima e desancou a excelência gaúcha com um discurso bem pouco parlamentar.

Os empresários e a democracia

Laerte Setúbal, diretor da Duratex e da Federação das Indústrias no Estado de São Paulo — FIESP — e Cláudio Bardella, diretor do importante grupo Bardella, são favoráveis a uma imediata institucionalização democrática. "Não existe momento certo para a democracia. Ela deve vir já, e a partir daí as coisas vão se ajustando", disse Setúbal a ISTO É.

Mas há setores do empresariado paulista que têm receios quanto aos resultados de uma abertura feita a toque de caixa. Américo Oswaldo Campiglia, presidente da Associação das Empresas de Crédito, Financiamentos de São Paulo — Acrefi —, está pessoalmente convicto da necessidade da volta ao estado de direito.

JORNAL DO BRASIL

comércio

Brasília — Liderada pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio, Senador Jessé Pinto Frelre (Arena-RN), uma delegação de 30 representantes de Federações Comerciais do país reclamou do Sr Petrónio Portela contra a marginalização a que eles se acham submetidos nas decisões governamentais, "pais leis ou normas que interessam ao comércio são decididas em gabinetes fechados, sem audiência aos representantes da classe."

INTERVENÇÃO ESTATAL

Os líderes empresariais manifestaram sérias queixas ao Senador Petrónio Portella contra o crescente grau de intervenção do Estado na ordem econômica, argumentando que essa tendência progressiva é motivo de apreensões generalizadas na classe. Tal preocupação aumenta na medida em que a presença do Estado tem contribuído para aumentar a marginalização dos empresários nas decisões que afetam a economia do país.

Embora o contato tenha sido estabelecido pelo Presidente do Senado para discutir o objeto de sua missão — um entendimento com todas as forças da sociedade para obter um consenso

"Lembro, porém, que há empresários com medo de que haja uma volta à anarquia que aconteceu antes do ano de 1964."

A história não se repete. Laerte Setúbal rebate a possibilidade desse retorno histórico. "Naquela época o governo estava a favor da desagregação, o que, com toda a segurança, não é a situação atual", afirma. Os empresários que partilham desses temores "seriam aqueles que não mantêm dentro de si convicção política da democracia"?

Sim, segundo classificação do empresariado elaborada por Setúbal: "Há os que têm convicção política da democracia e os que não a têm, apenas gostariam de afastar do governo os homens que tomaram as medidas monetaristas capazes de dificultar o andamento de seus negócios". Estes, sempre conforme as palavras de Setúbal, viriam a ser, infelizmente, a maioria.

Essa parcela do empresariado aparentemente também participa do anseio democrático. E há uma explicação para esse fenômeno aparentemente contraditório. "Sem ter meios para modificar a composição do governo,

as explicações, tendo o Sr Rafael Golombek, diretor do Centro de Comércio de São Paulo, destacado que existe uma clara dissociação "entre a política seguida a respeito pelos altos escalões do Governo e aquela que informa o comportamento dos escalões subalternos, onde é mais elástico o conceito da intervenção do Estado".

O empresário paulista sustentou que a política de combate à inflação impôs medidas restritivas que resultaram na liquidez das empresas comerciais e os empresários, de modo geral. Tais restrições só favoreceram, segundo aquele líder empresarial, as empresas financeiras, cujos lucros foram os maiores dos últimos 20 ou 30 anos por razões conhecidas. 8/10/77

O ESTADO DE S. PAULO

Severo pede volta a 67

O ex-ministro Severo Gomes defendeu ontem a volta ao regime da Constituição de 1967 e a revogação do AI-5, por ele considerado um instrumento incompatível com o regime democrático, "por representar a própria antítese, como as primeiras medidas indispensáveis para o processo de reconstitucionalização do País".

Afirmou que a marcha para a reconstitucionalização do País

eles também falam em democracia, que lhes parece um caminho oportuno", diz Setúbal. Mas, ao falar em democracia, eles não teriam a convicção de que um regime aberto, ao mesmo tempo que garantiria seu direito de participação e influência, lhes exigiria o cumprimento de uma série de deveres que, no momento, o próprio governo empalmou.

Um dever fundamental, num regime aberto, seria a negociação de salários e outros itens com os trabalhadores, já que a fórmula mágica dos reajustes deixaria de existir. É evidente que depois de tantos anos de compressão surgirá a pressão, provavelmente enorme, de reivindicações. Os empresários saberiam conviver com esse novo dever?

Bardella, Setúbal e Mindlin encaram com tranquilidade essa possibilidade. Segundo eles, a negociação será o caminho natural para resolver os problemas que surgirem. Se houver democracia, segundo Mindlin, as personagens do novo espetáculo aprenderão a portar-se de forma moderada. "Os estudantes estão aí mostrando maturidade. Acredito que as lideranças sindicais seguirão o mesmo caminho", diz Mindlin.

difficilmente poderá ser conseguida através da convocação de uma Assembléia constituinte e pregou a volta à Constituição de 1967 que foi votada pelo Congresso e depois suspensa por um ato revolucionário. "Entendo a vigência da Carta de 67, que pode ainda ser aperfeiçoada, como um exemplo de alternativa válida que pode ser estudada".

MODELO ELITISTA

Severo Gomes observou que o fenômeno da concentração da renda verificada no País nos últimos 10 anos não pode ser entendido apenas como um "acidente perverso" do desenvolvimento, mas como uma decorrência do próprio modelo econômico que conduziu a isto. Segundo Severo Gomes, este processo de concentração da renda só foi possível porque os sindicatos perderam a sua voz na sociedade: "Não posso entender como possa o Brasil alcançar a estabilidade democrática sem uma representação sindical autêntica, que coloque os conflitos de interesses existentes na sociedade com realismo".

Severo Gomes disse ainda acreditar que a maioria dos líderes das empresas estrangeiras que estão no País seja favorável à abertura democrática, "mas sempre imaginando um modelo de democracia que tivemos durante certo período extremamente elitista e favorável ao interesse estrangeiro de linhagem colonialista. "Num outro momento, este tipo de abertura iria entrar em conflito com os interesses do País" — acrescentou.

Severo Gomes disse ainda acreditar que a maioria dos líderes das empresas estrangeiras que estão no País seja favorável à abertura democrática, "mas sempre imaginando um modelo de democracia que tivemos durante certo período extremamente elitista e favorável ao interesse estrangeiro de linhagem colonialista. "Num outro momento, este tipo de abertura iria entrar em conflito com os interesses do País" — acrescentou.

JORNAL DO BRASIL
11/19/77

Cardoso não crê que democracia traga o caos

entrevista professor Fernando Henrique Cardoso

Vamos admitir que venha o estado de direito. O que acontecerá depois?

— Depois não vai ser o caos, como dizem os agoureiros que querem a ditadura. Olhe aqui para baixo da janela: veja São Paulo. Esta sociedade é forte, estruturada, com interesses constituídos. Tudo isso é mais visível em São Paulo, mas ocorre em todo o Brasil. A sociedade brasileira move-se sob o impulso de dois princípios de organização: o estatal e o das empresas. Talvez fosse mais adequado dizer que, se no passado a sociedade brasileira articulava-se ao redor do Estado e da Igreja, no presente o Estado — e por trás dele o Exército — e as empresas dão a cadência. Mais e mais o comportamento cotidiano das pessoas se define no mundo do trabalho.

O "depois"

será capitalista

— E essas instituições garantem uma transição política suave? Garantir, não garante. Há sempre o espaço para a política: a ousadia, a imaginação de alternativas, a capacidade de liderança. Mas o que eu estou dizendo é que não se vai passar do autoritarismo ao socialismo distributivista como alguns temem e outros, ingenuamente, pensam que é possível. Não creio que o pêndulo se desloque muito para a esquerda com a redemocratização. Haverá, espero, espaço para a esquerda. Mas o depois será capitalista. Hoje já há, sem dúvida, um forte setor estatal na economia. Depois haverá talvez uma verbalização nacionalista mais forte. Mas a realidade é que a economia brasileira está articulada a um sistema transnacional que se baseia em fortes interesses capitalistas internos. Nada disto desaparecerá, por encanto, com a redemocratização. No médio prazo estes parâmetros estão dados.

— Como seria possível articular um sistema partidário que não seja definido pela cúpula?

— Por que não seguir, neste ponto, o caminho espanhol?

— Qual?

— Primeiro dar claros sinais de que a democratização já está em curso. Olhe bem, não é difícil assim: afinal hoje existe mais liberdade de imprensa e de opinião e os aspectos mais brutais da repressão estão contidos pelo Governo. Veja as últimas passeatas dos estudantes em São Paulo. Muita cara zangada, exibição de força policial, mas grau de violência efetiva controlada. Por que, então, em vez disto não dizer simplesmente que os estudantes podem se manifestar? Um gesto claro e unilateral do Governo — sem passar por sondáveis e intermináveis diá-

logos entre quem não dispõe da força, Arena e MDB — seria um bom começo, como disse Bolívar Lamounier em sua entrevista ao JORNAL DO BRASIL. Por exemplo: restabelecer o habeas corpus e dar independência à magistratura. Em seguida, um período de liberdade para que as forças políticas se organizassem para enfrentar as eleições. (...)

E a sucessão presidencial?

— Está visto que em termos de conjuntura o país enfrenta dois problemas: sucessão e inflação. Para combater a inflação é preciso persistir numa dada linha e é preciso contrariar interesses. O Estado, na circunstância atual — de uma transformação na estrutura produtiva que se faz no contexto de uma dívida externa elevada e pressão inflacionária — tem que contrariar interesses. Veja bem: não basta mais controlar salários. É preciso discutir quem investe e no que. Tudo isto reclama uma direção hegemônica. Sem legitimidade ou sem repressão violenta o Governo não consegue definir os rumos. A repressão, porém, não se justifica mais: não há terroristas e os subversivos que a extrema direita inventa são, em geral, patriotas honestos. Ninguém mais engole a pílula de que uma sucessão que está amarrada apenas na vontade dos áulicos, seja qual for o candidato, pode ajudar a tirar o país do impasse.

— Então a chave da questão estaria na social-democracia europeia?

Eu não creio que se possa pensar o Brasil como um modelo europeu na cabeça, da social democracia ou do fascismo. Hoje o Brasil ao mesmo tempo em que tem um pé na V República francesa (com seus estudantes libertários) tem o trabalho semi-compulsório na Amazônia, e a falta de garantias sociais e políticas. Seria engano, diante disto, pensar que temos um pé no século XIX e que no futuro seremos europeus. Se a esquerda pensar que teremos um partido "tipicamente proletário", vai enganar-se. Isto aqui tem cheiro de América, de Novo Mundo. Há uma expansão industrial fantástica e uma fronteira agrícola imensa e aberta. Quando alguém pensa que entende o Brasil a partir da repetição de textos que se referem a outras experiências se engana. Frequentemente, por causa do doutrinário dogmático, a extrema esquerda fica parada e a direita também: reciprocamente imobilizadas ao nível da bobagem.

Quando se diz que a questão fundamental é a da igualdade social, setores à esquerda lêem logo: "social-democracia" (...)

No Brasil

nem se tem um forte movimento de trabalhadores, nem o empresariado está propondo aliança a eles. Logo, é preciso recusar a cabeça e ter olhos para ver. Por outro lado, a direita radical brasileira — que é gagá — quando digo que precisamos de lutar pela igualdade social pensa logo que eu sou comunista. — A tragédia é que este processo maniqueísta atingiu os militares à fundo. Eles descobriram a Guerra Fria (que se tornou ideologia oficial em 1964) quando ela já tinha acabado. As armas nucleares acabaram com as teorias convencionais sobre a guerra mas também com a ilusão de que seria possível destruir qualquer dos dois poderes principais. (...) As tentativas de todo capitalismo inteligente vão no sentido de civilizar a esquerda, mesmo a esquerda comunista.

— Isto se aplicaria ao Brasil? — Por que não? Existe uma intelectualidade militar. Ela lê jornais, tenta informar-se. Precisa processar as informações e elaborar uma doutrina que arquive as idéias antiquadas sobre a Guerra Fria e a guerra revolucionária (de guerrilhas) e elabore uma doutrina afim com os interesses brasileiros e compatível com a sociedade contemporânea. (...) revanchismo?

— Nenhuma força política brasileira na oposição, que eu saiba, propôs a revanche. Inclusive porque os setores propriamente repressivos perderam força política no Governo atual. O General Geisel os desativou. Houve, neste sentido, uma transição. Não será necessário que ocorra uma virada de mesa para que a redemocratização triunfe. Talvez o Governo Geisel, sem que se perceba, já represente uma transição. A liberdade de imprensa, ainda que parcial, é muito importante. Por certo, há o problema da anistia. Mas alguém já disse: a anistia deve ser ampla; com ela cessa também a revanche. (...) é a

crise de um pacto social rompido? — Esta idéia de um novo pacto pode ser equivocada. Eu não acredito que a ordem social esteja em decomposição no Brasil. Existe um desgaste político, um cansaço da sociedade diante do autoritarismo. Mas ele, pelo menos por enquanto; se expressa mais ao nível das classes médias e das elites. O regime político ficou curto diante das demandas destes grupos. É óbvio que ainda com mais força verifica-se a incapacidade do regime autoritário assentar base no "povão" e processar suas demandas. Tudo isto vem levando ao que eu chamo de "descolamento" entre a sociedade e o Estado. Há, portanto, uma crise política.

JORNAL DO BRASIL

Beatriz Schiller entrevista

Brizola

(...) — Por que escolheu os Estados Unidos?

(O Sr Brizola fez grande pausa antes de responder)

— Eu diria que a mensagem sobre direitos humanos do Presidente Carter tem alcançado penetração muito profunda; acredito que ele próprio e seus auxiliares não a podem avaliar. Eu, me encontrando sem documentos, como os banidos e desterrados, senti sua mensagem. Quando fui surpreendido com esta medida do Governo uruguaio, minha

primeira inspiração foi voltar a meu país. Como não tinha documentos e não queria andar vagando por aí, o que não faria por me considerar um homem de trabalho, tomei a iniciativa de procurar a Embaixada norte-americana em Montevideu logo que senti as dificuldades que teria para voltar a meu país. Diria a mesma coisa com respeito a outros destinos.

— Como o Sr se define politicamente?

— Depois de todo esse tempo afastado da política, lendo, amadurecendo, depois de um exame crítico do passado e fazendo uma projeção para o futuro, situo-me — para usar a terminologia em moda — ideologicamente como um so-

cial-democrata e como um dissidente dos regimes militares, especificamente desse regime militar que existe no meu país.

— Como o Sr se situa em relação ao castrismo?

— A resposta anterior diz tudo.

— O Sr admite ter encontros com o Governo dos Estados Unidos para falar sobre problemas do Brasil?

— Contribuirei em tudo que for possível para a normalização da vida brasileira. Essa mensagem sobre direitos humanos dos Estados Unidos está recuperando uma imagem que se ia perdendo. Sei que há Governos contrariados e perplexos com isto, mas tenho certeza de que os Estados Unidos estão fazendo novos amigos. (...) 23-09-77

Dom Evaristo Arns

PASQUIM
21 a 27/10/77

...ARNS — Não acredito nessa democracia que o MDB e outros estão proclamando. Assim não vamos. Mas tenho certeza que a Democracia virá.

Ziraldo — Com essa institucionalização não vai?

ARNS — Se essa democracia vier adiará a verdadeira para daqui a dez anos. (...)

Zélio — É o diálogo?

ARNS — Depende do conteúdo. Dialogar por dialogar, pra criar uma imagem diante do povo... É curioso que no dia em que começam o diálogo com a Igreja invadem a PUC. Assim não dá. O diálogo foi cortado pela raiz. As palavras têm que ter um conteúdo. (...)

As divergências de Frota

VEJA, 19 DE OUTUBRO

Nessa nota, depois de um longo relato de sua vida dedicada ao serviço do Exército, e das dificuldades enfrentadas no Ministério devido à falta de maiores recursos, o general Sylvio Frota passa a enumerar fatos que o levaram a considerar que "a deformação e o abandono dos objetivos da Revolução tornaram-se patentes":

● O estabelecimento de relações com a República Popular da China, que de-

fende, precisamente, valores antagônicos aos nossos...

● O voto de abstenção, quanto ao ingresso de Cuba na OEA, que esconde, na omissão, a simpatia a um país comunista, exportador de subversão.

● O reconhecimento precipitado do governo comunista de Angola, só explicável pela ânsia ideológica de prestigiá-lo.

● O voto anti-sionista de caráter discriminatório, menos favorável ao Brasil do que às áreas de influência soviética.

● As reuniões de políticos brasileiros em Paris, para fundar um Partido Socialista, orientados por organização paulista e auxílio financeiro alienígena...

● As investidas constantes para destruir ou tornar inócua a estrutura da segurança nacional — questionam-se esferas de competência, sugerem-se modi-

Um novo partido?

O ESTADO DE S. PAULO

BÖNN — Uma estadia de dois dias na capital alemã deixou o senador Saturnino Braga (MDB) convencido de que a fundação de um partido de centro-esquerda no Brasil está mais próxima do que se pensa. Saturnino manteve intensos contatos com membros da diretoria do Partido Social Democrata Alemão (SPD), afirmando categoricamente, ao encerrar ontem sua visita, que o grupo político situado ao redor de Paulo Brossard, Marcos Freire, Gilvan Rocha e ele mesmo teria todo o apoio dos alemães e também da Internacional Socialista.

ficações doutrinárias e permitem-se maldosas campanhas de descrédito dos órgãos de informação e segurança, visando a apresentar seus componentes como bestiais torturadores para desmoralizá-los perante a nação.

● A tentativa de incompatibilizar as Forças Armadas com a opinião pública, realizada abertamente pelos órgãos de imprensa, que atingiu proporções inaceitáveis, quando visou a impoluta figura do patrono do Exército.

● A complacência criminosa com a infiltração comunista e a propaganda esquerdista que se revitaliza, diariamente, na imprensa, nos setores estudantis e nos próprios órgãos governamentais, os quais acolhem, no momento, nos escalões de assessoramento e de direção, 97 comunistas militantes...

● A existência de um processo de domínio, pelo Estado, da economia nacional...

● A ausência de uma resposta incisiva e imediata às acusações abertas, lançadas através dos órgãos de comunicação, sobre irregularidades e corrupção na máquina administrativa do Estado...

Frota afirma sua convicção de que existe o propósito de "alienar as Forças Armadas dos processos decisórios do país, açambarcados por um grupelho encastado no governo". E, como estivesse em dia de não poupar nenhuma reve-

A nota da Presidência

1. O Presidente da República exonerou o General Sylvio Frota do cargo de Ministro do Exército, nomeando para substituí-lo o General Fernando Belfort Bethlem.

2. A exoneração do Ministro Frota é uma decisão de caráter pessoal sem qualquer vinculação com problema político da sucessão presidencial.

3. No sentido de evitar explorações e mal-entendidos, o Presidente da República manda reafirmar a informação já fornecida, mais de uma vez, de que nunca autorizou qualquer gestão focalizando nomes de futuros candidatos. Considera as especulações que se fazem sobre o assunto prejudiciais aos interesses do País, pretendendo tratar do problema somente a partir de janeiro de 1978. O GLOBO 13/10/77

lação, registrou o diálogo travado com Geisel, que formalizou sua exoneração, e a conclusão a que chegou: "Creio, firmemente, que o motivo de tudo foi meramente político, com objetivos que podem, facilmente, ser deduzidos".

chamado pelo presidente, chegou ao Palácio o ministro do Exército, general Sylvio Couto Coelho da Frota. O diálogo entre ambos foi curto e áspero, segundo relato feito pelo próprio general, numa longa, igualmente áspera nota divulgada às 10h30.

"Ali chegando", dizia Frota, "recebeu-me Sua Excelência e sem mais rodeios disse-me que não se conseguia acertar comigo. Respondi-lhe que nunca lhe tinha faltado com a minha lealdade, no que confirmou. Respondi-lhe, ainda, que tinha sempre seguido sua orientação. Discordei Sua Excelência, em parte, referindo-me os relatórios de informação que faziam críticas ao governo. Voltei a falar para dizer-lhe que se algo houve nesse sentido passou despercebido. Pedi dissesse os motivos, o que se recusou categoricamente. Disse-me a seguir Sua Excelência que estava incompatibilizado comigo, e que solicitasse demissão. Respondi-lhe, então, que não me demitiria por não me julgar incompatibilizado com o cargo. Respondeu-me: 'Mas o cargo é meu'. Disse-lhe então: 'Por isso cabe ao senhor demitir-me, pois não pedi para ocupá-lo'. 'É o que farei', disse o presidente."

MOVIMENTO 24/10/77

O novo ministro

Em sua primeira entrevista à imprensa após a sua posse no ministério do Exército, concedida terça-feira passada no Palácio do Planalto à saída de uma longa audiência com o presidente Geisel, o novo ministro do Exército Fernando Belfort Bethlem procurou mostrar-se simpático. Elogiou a imprensa ("que o general Góis Monteiro chamava de V Exército"), afirmou ser bom o entendimento entre o governo e a Igreja e esquivou-se de criticar os estudantes, embora enxergasse uma "exploração comunista" no movimento estudantil. Nessa mesma entrevista, o general Bethlem recusou-se a falar sobre o AI-5 e a comentar as negociações a respeito das reformas políticas pretendidas pelo governo ("é um assunto sobre o qual não me devo manifestar"); afirmou que o Exército não deve interferir no problema sucessório mas deixar a política exclusivamente a cargo do presidente Geisel; garantiu que o Exército "está tranquilo, em torno do ministro e em torno do presidente, porque é assim que deve ser"; e, finalmente, declarou que a subversão no país ainda não acabou.

Segundo o *Estado de S. Paulo* foi a primeira vez, desde 1964, que um ministro do Exército se dispôs a falar à imprensa, no Palácio do Planalto.

As primeiras declarações do general Belfort Bethlem constituem mais uma evidência, há muito constatada, de que o novo ministro do Exército é um soldado fiel ao presidente Ernesto Geisel.

Até o dia 12 passado Bethlem ocupava o comando do III Exército (que compreende todas as unidades nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), para onde ele foi nomeado em agosto do ano passado, em substituição ao general Oscar Luiz Silva (que foi para a reserva por haver atingido o tempo limite de quatro anos no último posto da carreira). Em seu discurso de posse no III Exército (solenidade que foi prestigiada pelo então ministro do Exército Sylvio Frota), Bethlem fez um pronunciamento que não fugia à tônica dos discursos dos chefes militares nos últimos anos, destacando uma dura advertência à subversão: "Continuaremos nas primeiras linhas deste combate insidioso e traiçoeiro, contra um inimigo hábil e poderoso, que procura atingir seus objetivos sem se deter diante dos meios mais condenáveis, como a corrupção, o envolvimento da juventude, a calúnia e até mesmo o frio e covarde terrorismo".

As promoções de novembro

Com as modificações ocorridas no Exército nos últimos dias deverá haver quatro ou cinco vagas a general-de-Exército por ocasião das promoções de novembro próximo e não apenas duas ou no máximo três como se especulava anteriormente. Isto significa que para as promoções de novembro deverá ser apresentada uma lista mais extensa de nomes, entre os quais o do chefe do SNI, general João Batista Figueiredo.

Até a semana retrasada já se tinham como certas apenas duas vagas: a do general Carlos Alberto Ribeiro (que era chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército e foi nomeado para o Superior Tribunal Militar, abrindo, portanto, uma vaga de general-de-Exército) e a do atual chefe do Estado Maior do Exército, que vai para a reserva em novembro por completar o tempo limite de 12 anos de generalato. As duas novas vagas foram provocadas pelo deslocamento do general Belfort Bethlem do comando do III Exército para o ministério do Exército e do general Theophilo Gaspar de Oliveira, que ocupava a chefia do Departamento Geral de Serviços, para a chefia do Estado Maior das Forças Armadas (1).

De acordo com a praxe militar, com base no Almanaque do Exército o Alto Comando elaborava uma lista de candidatos para ser submetida à escolha do presidente da República. O número de nomes a serem incluídos na lista depende da quantidade de vagas existentes. Para a primeira vaga são indicados três generais-de-divisão e para cada uma subsequente, dois. Para as promoções de novembro, portanto, deverão ser incluídos nove nomes ou onze, caso o general Geisel indique um dos atuais generais-de-quatro estrelas para embaixador em algum país da América do Sul, como se especula, o que abriria mais outra vaga.

De acordo com o Almanaque, onde os oficiais são colocados pela ordem da antiguidade, atualmente o nome do general Figueiredo figura em 12º lugar. À sua frente estão os seguintes generais-de-divisão: César Montagna de Souza, vice-chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército, que foi preterido nas promoções de março passado mas, numa decisão incomum, não solicitou a sua ida para a reserva, como seria de praxe; José Fragomeni, comandante da 2ª Divisão de Exército, em São Paulo; Samuel Augusto Alves Correia, vice-chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, em Brasília; Luis Serff Sellmann, presidente da Comissão Geral de Investigações, no Rio de Janeiro;

Antônio Bandeira, comandante da 4ª Divisão de Exército, em Belo Horizonte; Antônio Carlos de Andrade Serpa (um dos três irmãos Serpa do Exército), comandante da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, que atualmente está ocupando interinamente o comando do III Exército em substituição ao general Belfort Bethlem; Hugo de Andrade Abreu, chefe do gabinete Militar da Presidência da República; Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, comandante da 1ª Divisão de Exército, no Rio; e Ernani Aryosa da Silva, comandante militar da Amazônia e da 12ª Região Militar, em Manaus.

Desses dez generais que hoje estão à frente do chefe do SNI, porém dois deles não são "humerados", isto é, são considerados à margem para efeito de promoção, porque exercem função fora do quadro normal do Exército: Luis Serff Sellman, presidente da Comissão Geral de Investigações (CGI) e Gugo Abreu, chefe do gabinete Militar da Presidência da República. Eles podem concorrer às promoções caso entrem na lista borrada pelo Alto Comando.

Portanto, independentemente da abertura da quinta vaga, o nome do general João Batista Figueiredo deverá ser incluído na lista de promoções de novembro, quando, então, ele poderá receber a sua quarta estrela, imprescindível às suas pretensões à presidência da República. A imprensa vinha noticiando que, na melhor das hipóteses, o general Figueiredo só teria chances de ser promovido a general-de-Exército por ocasião das promoções de março do ano que vem, quando, então, a sucessão presidencial já estaria definida. A sucessão de modificações nos quadros do Exército ocorridas nas últimas semanas, como se vê, favorecem-no extraordinariamente, pelo menos em termos de promoções.

(1) Explicando melhor. O cargo de ministro do Exército pode ser ocupado tanto por civil ou militar. Portanto, "não ocupa vaga" de general-de-Exército. Assim, ao sair do comando do III Exército, cargo que só pode ser ocupado por general de quatro estrelas, o general Belfort Bethlem abriu uma vaga de general-de-Exército. O mesmo ocorre com relação à vaga do general Theophilo. A chefia do EMFA é considerada cargo agregado, fora dos quadros do Exército, podendo ser ocupada tanto por membro da Aeronáutica como da Marinha. (Teodomiro Braga)

4-9-77

Gastos com defesa foram de US\$ 2 bi

BRASILIA (Sucursal) — O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, divulgou esta semana dados relativos aos recursos empregados pelas Forças Armadas de todo o mundo, onde o Brasil figura como a maior potência militar da América Latina, sendo ainda o país que mais gasta com defesa (2,07 bilhões de dólares contra US\$ 1,41 bilhões da Argentina).

Com relação a colocação do material bélico produzido no Brasil em outros mercados, a publicação londrina empatou com o boletim norte-americano "Latin America Politics", dando uma exportação de 400 carros de combate fabricados pela Engesa, a um milhão de dólares cada, 75 dos quais já foram entregues.

O Brasil exportou ainda 3 aviões "Xavante" para o Togo; 9 "Bandeirante" e 15 T-25 "Universal" para o Chile; 13 "Xavante" e 18 "Urapuru" para a Bolívia, 8 "Urapuru" para o Paraguai e 5 "Bandeirante" para o Uruguai.

O dia da Pátria.

O ESTADO DE S. PAULO

A Polícia Militar armou um grande esquema durante o desfile militar, em Campinas, suscitando de que estudantes universitários viessem a distribuir panfletos junto ao público, principalmente na área próxima ao pátio central da PUC. No entanto, a distribuição de panfletos não aconteceu.

8-9-77

Em Santos, desfilaram 1.600 pessoas na avenida da praia: as tropas de choque da Polícia Militar, mostrando escudos, capacetes, cassetetes, metralhadoras e lan-

çadores de bombas à gás, receberam poucos aplausos e, em alguns pontos do trajeto, surgiram vaias e críticas.

8-9-77

Em MACÉIO, foi notada a ausência da classe sindical, tendo sido feito convites a dez sindicatos para apresentarem-se com 40 operários cada um, mas dois dias antes já se sabia que o número, em cada entidade, estava reduzido para dez. E, ontem, a maioria foi de três operários apenas, formando apenas um pelotão de representação da classe sindical.

VEJA, 14 DE SETEMBRO, 1977

A QUESTÃO OPERÁRIA

Até que ponto, porém, as lideranças empresariais estão dispostas a admitir uma maior participação reivindicatória, e portanto política, dos trabalhadores? Recentes manifestações dessas lideranças indicam que elas pensam num processo de redemocratização que considere as necessidades da classe operária. Mas, como advertiu há poucos dias o empresário Laerte Setúbal, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, "os empresários conservadores não expõem publicamente seus pontos de vista e eles devem constituir mais de 90% da classe".

Na verdade, o que ocorre é uma variedade de pontos de vista quanto à qualidade de uma abertura. "Sou a favor de um governo aberto, da democracia", declarou a Rachel Matos, de VEJA, Maurício Roscoe, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte. "Mas com autoridade. Agora, o trabalhador brasileiro não está preparado para ter nas mãos um instrumento como a greve, pois não saberia fazer uso dele." Já o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas

O sindicato deve lutar em paz

Na semana passada, o ministro falou à repórter de VEJA Eliane Cantanhede, quando se mostrou orgulhoso das modificações introduzidas na Consolidação das Leis do Trabalho, que deram maior autonomia administrativa aos sindicatos.

VEJA — Maior autonomia administrativa aos sindicatos significa o que, na prática?

PRIETO — Representa maior responsabilidade das entidades sindicais. Elas não ficam dependendo tanto de certas coisas do governo, como antes.

VEJA — Maior autonomia administrativa satisfaz os sindicatos? Eles não estariam interessados numa autonomia mais ampla?

PRIETO — Depende. Autonomia para quê? Autonomia para voltar ao que era antes de 1964? Essa, se Deus quiser, não haverá, o sindicato não será instrumento de agitação, de intranquilidade, de arruaça, de perturbação da ordem do país. Autonomia para defender os legítimos interesses da classe, essa tem, e deve ter, deve ser aperfeiçoada. Acho que o principal é que o sindicato se transforme num organismo atuante. E isso pode.

VEJA — E os críticos que dizem ser os atuais sindicatos simples entidades assistenciais?

PRIETO — Essas críticas não são verdadeiras. Primeiro: que mal há em que o sindicato preste assistência a seu filiados? Há algum mal nisso? Segundo: essa assistência, muitas vezes, é uma

do Rio Grande do Sul, Plínio Kroeff, acha que "o anseio pelo retorno ao estado de direito é comum aos empresários e aos trabalhadores", ressaltando, porém, que o direito de greve "deve ser muito bem regulamentado".

"Não acredito que já se possam soltar os freios", afirmou Edgard Arp, presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, à repórter Miriam Lage. "Para discussões sindicais mais amplas é necessário um maior grau de maturidade." Em meio a tais cautelas, chega a ser inesperada a reação de Airton Furiani Girão, presidente da Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto. "Devem ser eliminadas as impurezas que existem hoje na Constituição, como os atos excepcionais", explicou ele. "Estado de direito para o empresário e para o trabalhador é a mesma coisa: direito de greve, liberdade de associação e de reivindicação de qualquer tipo.

Vidigal: ainda é cedo para greve

Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças, retoma o aspecto

forma de atrair os trabalhadores para a vivência sindical. Acho que houve uma evolução muito grande no sindicalismo brasileiro. Aquela colocação irresponsável, infantil, de pedir tudo, de reivindicar tudo, como se tudo dependesse dos outros e nada do trabalhador, foi superada. Na medida em que o sindicato vai amadurecendo, vai sofrendo um processo de crescimento como o da criatura humana e vai se tornando cada vez mais independente. Vai resolvendo seus problemas, sabendo o que deve reivindicar com maturidade, com convicção e responsabilidade. A liderança sindical brasileira, nesse sentido, tem amadurecido muito ao longo destes últimos anos. Eles reivindicam dentro da lei, a favor da categoria, mas nunca contra o país.

VEJA — Mas a maior função do sindicato não é reivindicar maiores salários?

PRIETO — Essa talvez tenha sido a modificação mais profunda que ocorreu nos últimos anos: a reivindicação salarial, que antes se fazia nas ruas, nas lutas, com resultados maiores para quem era mais forte, hoje deixou de ser um problema de rua para ser um problema de matemática, de estatística. Em obediência às leis, o governo baixa um percentual para o reajustamento mensal.

Aquilo é o que as empresas são obrigadas a pagar para a categoria toda, ou através de acordo ou através de dissídio. Mas nada impede que uma empresa, se puder — desde que não transfira os custos finais para o produto, mas tire de seu lucro ou de sua produtividade —, conceda outros benefícios a seus trabalhadores.

VEJA — Como está o relacionamento entre patrões e empregados?

da maturidade dos trabalhadores, abordado por Edgard Arp. Por isso, acha cedo ainda para grandes aberturas. "Não dá para abrir o direito de greve nesta fase, por exemplo", explicou ele a João Victor Strauss, de VEJA. "Primeiro, temos de nos aproximar." Tendo em vista a capacidade de mobilização demonstrada pelos operários da Grande São Paulo, os próprios empresários já começaram a cuidar do futuro, estudando quais as melhores formas de encaminhar a discussão numa ordem social mais aberta.

Beneficiados por um controle mais rígido dos sindicatos (nos primeiros conflitos ocorridos após 1964 ter-se-iam registrado 45 mortes de líderes operários no Estado), os empresários de Pernambuco mostram-se menos propensos à redemocratização. Um bom exemplo disso é a posição de Gilson Machado Guimarães, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar. "Nunca houve clima tão pleno para discussão como hoje", argumentou ele. "A ponto de já se registrar algum tumulto. Sou a favor de uma legislação que contenha os excessos, por isso defendo o AI-5.

PRIETO — Eu vejo esse relacionamento num processo de evolução. A nossa preocupação é que o entendimento aumente sempre, seja mais maduro e autêntico.

VEJA — Mas os interesses não se chocam, naturalmente?

PRIETO — Ai é que está. O sindicato é um instrumento de luta, mas de luta pacífica. Não precisa de luta de rua, com sangue, pode ser através do diálogo, do argumento, do raciocínio, do uso do bom senso. Uma luta que se trava com toda a educação, de forma elegante, numa mesa-redonda sob a presidência do Ministério do Trabalho, ou da Justiça do Trabalho, quando não conseguimos uma solução administrativa.

VEJA — Nesse diálogo elegante, como se comportam os líderes dos trabalhadores?

PRIETO — Isso não quer dizer que eles precisam ser frouxos. Podem até ser veementes. Mas que não seja uma luta em que o nível da educação baixa na defesa dos interesses.

VEJA — E dentro do estado de direito, de que tanto se fala, como ficariam os sindicatos? Que papel caberia a eles?

PRIETO — Os sindicatos estão dentro da lei. Existe estado de direito na área sindical.

VEJA — Seria possível o restabelecimento do direito de greve?

PRIETO — Só se mudar a lei.

VEJA — E há estudos no sentido de mudar a lei?

PRIETO — Não há.

ISTOÉ 21/9/1977

Abertura? Para quem?

Anamércia Vainsencher e Bernardo Lerer

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema procura brechas naquilo que seu presidente, Luiz Inácio da Silva, o "Lula", considera "a estrutura arcaica e fascista do sindicalismo brasileiro". Assim, por exemplo, saiu na frente pela reposição dos 34,1% comprimidos na inflação de 1973.

I.É. *Como se comportariam os sindicatos diante de uma eventual abertura política?*

Luiz Inácio. Antes de mais nada, tudo o que é criado de cima para baixo não pode atender aos anseios dos trabalhadores. Não acredito — e já tivemos prova disso — que uma simples abertura política viria a favorecer o movimento sindical. Houve um momento em que vivemos numa democracia aparente, uma democracia para outras classes. No caso dos trabalhadores, a estrutura continuou sendo a mesma e ninguém mexeu nela. Na época os dirigentes sindicais não souberam aproveitar a situação. Os sindicatos foram usados como instrumentos, fazia-se muita politicagem, deixando de lado, muitas vezes, os problemas mais sérios das classes trabalhadoras. Se houver agora uma abertura política, sem uma correspondente mudança na estrutura sindical, o trabalhador vai continuar sob a tutela do Estado, sem possibilidade de se manifestar. Uma reforma desta estrutura deve vir ao encontro dos anseios dos trabalhadores que querem participar. Há, hoje, uma geração de trabalhadores novos, que nasceu praticamente com a indústria de São Bernardo, em 1956, e que deseja participar. Minha dúvida aparece quando ouço empresários e políticos falando em redemocratização. Fico em dúvida em relação a ambos: os empresários, salvo engano, quando falam em democracia, pensam em democratizar os prejuízos.

Quanto à política, pergunto: por que os trabalhadores não têm seus representantes no Congresso, Assembleias e Câmaras de Vereadores?

I.É. *No momento que vivemos, qual é o papel do movimento sindical brasileiro?*

Luiz Inácio. Fazer o que ninguém quer fazer pelos trabalhadores. Não podemos ficar parados, esperando que alguém venha cuidar dos nossos problemas. Ninguém quer resolvê-los. Quem vai resolver seus problemas é a própria classe. Ela está sendo muito subestimada.

Não somos revanchistas, só queremos ser participantes. Estamos bastante maduros para saber que os problemas dos trabalhadores devem ser resolvidos, dentro

Luiz Inácio:

No passado, fomos usados pelo PTB. Agora, os resultados de 74 e 76 não tornam o MDB o nosso partido

do possível, através do diálogo e conversando com quem de direito, ou seja, com os patrões. E isto é possível.

I.É. *Qual seria o significado de uma greve, atualmente?*

Luiz Inácio. Confunde-se muito greve com baderna, trabalhador na rua quebrando tudo, mas todos esquecem que nos países industrializados, onde existe direito de greve, isto não acontece. Quando usamos a palavra greve, a empregamos em toda sua grandeza, como o maior direito dos trabalhadores, a arma mais poderosa que têm para barganhar alguma coisa, a mão-de-obra pelo capital. Uma paralisação, portanto, não é baderna. Mas uma demonstração de alta conscientização.

I.É. *Você acredita na possibilidade de se formarem comissões operárias dentro das fábricas para negociar diretamente com os empregadores?*

Luiz Inácio. Não só acredito, como acho essa perspectiva muito próxima. Só falta dar um pouco mais de consciência aos trabalhadores, principalmente numa época em que a oferta de emprego é bem menor que a procura. Para cada operário trabalhando, há dez na porta da fábrica esperando sua demissão ou desistência.

Os empregadores deveriam usar o bom senso e permitir o surgimento destas comissões no interior das fábricas. Se falhar o bom senso, as comissões serão criadas e caberá aos sindicatos apenas coordená-las.

I.É. *Quais os pontos de contato entre o atual movimento sindical e o passado?*

Luiz Inácio. Eu adverti várias vezes nas assembleias da categoria que não se procurasse confundir o movimento atual com os já ocorridos anteriormente. Nosso único compromisso é com a categoria dos metalúrgicos. O trabalhador já foi instrumento durante muito tempo, mas, como a maior classe social, dentro de qualquer nação, ela pode deixar de ser instrumento e se dedicar somente aos seus ideais e princípios. Mas nunca aos dos outros. Os estudantes estão corretos em realizar seus movimentos, mas dentro das universidades. Não concebo a idéia de os

estudantes realizarem seu movimento dentro da classe operária. Os desejos não combinam, as ambições são outras, mesmo porque o estudante mantém o idealismo por 4 anos: depois, passa a explorar a classe operária. Os estudantes estão de parabéns pelo que estão fazendo, seu papel na sociedade é este mesmo, mas não aceito a idéia de tentar envolver a classe operária. Quem não entendeu, fique sabendo que não temos compromisso com ninguém, com esquerda, direita ou centro. Só com a classe trabalhadora. Não pode haver estranhos liderando os trabalhadores. Seus representantes devem ser trabalhadores. No passado, a classe trabalhadora foi usada pelo Partido Trabalhista Brasileiro, e farei tudo para evitar que seja novamente usada.

Os trabalhadores, principalmente os jovens que estão entrando agora para as fábricas, sabem o que querem e no momento certo escolherão os partidos políticos que mais lhes convêm. Em 74, por exemplo, a classe trabalhadora não votou no MDB, mas contra as coisas erradas que estavam acontecendo no país. O Orestes Quêrcia teve milhões de votos e não fez nada para justificar esta votação. Muitos foram eleitos e não dizem nada sobre a luta dos sindicatos pela reposição salarial. Nós não temos ainda um partido: os resultados das eleições de 74 e 76 não transformaram o MDB no partido dos trabalhadores.

I.É. *O poder econômico e a força política das multinacionais automobilísticas de São Bernardo teriam, de certa forma, se transferido para o Sindicato dos Metalúrgicos?*

Luiz Inácio. Em parte, sim. Quando o sindicato avançou, a ponto de ameaçar a estabilidade daquelas empresas, é que ficou patente a força dos metalúrgicos. É o que explicaria a súbita convocação a Brasília, três meses depois de enviado nosso documento sobre a situação econômica dos trabalhadores, para conversar com as autoridades. De qualquer maneira, a partir do relacionamento entre os trabalhadores e os donos das multinacionais poderia ser dado o primeiro passo na direção do contrato coletivo de trabalho, a exemplo do que estão acostumados a fazer em seus países de origem. Sendo que não o fazem aqui porque a legislação brasileira as protege daquela possibilidade. Estas empresas não se aliariam aos sindicatos, mas vão tentar envolvê-los para conseguir seus objetivos. O que me espanta é que o empresariado nacional não dê o exemplo, o primeiro passo em direção ao contrato coletivo de trabalho.

AS ASSEMBLEIAS

17-9-77

Três sindicatos de metalúrgicos de São Paulo realizaram assembleias ontem para decidir como encaminhar a reivindicação de reposição salarial a que julgam ter direito, como resultado da subavaliação da inflação em 1973. As assembleias contaram com grande comparecimento de trabalhadores apesar dos rumores de que tais reuniões estariam proibidas pelo governo.

Segundo fonte qualificada porém foi examinada durante reunião sigilosa realizada quinta-feira à noite no gabinete do ministro do Trabalho, a possibilidade de o Ministério da Justiça intervir na questão salarial. Para esse encontro além de seus assessores, o ministro Prieto convocou — segundo a fonte — os presidentes das cinco confederações nacionais de trabalhadores. Transpirou após a reunião, disse essa mesma fonte, a preocupação com a arrematamento das entidades sindicais observada principalmente em São Paulo e que o governo federal tem a intenção de "esfriar" o movimento sindical.

O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (capital), em reunião que contou com a presença de 1.500 associados, segundo alguns participantes, e 3.000 segundo outros, decidiu mover ação por perdas e danos contra a União, para obter a reposição salarial, que estima em 18%. O sindicato dos metalúrgicos de Santo André, em reunião com a presença de aproximadamente 5.000 associados, optou pelo dissídio coletivo para pleitear a reposição estimada no caso em 43,1%.

CAPITAL

A assembleia dos metalúrgicos da capital tinha dois temas na agenda: reposição salarial e o reajustamento salarial normal que tem como data-base o mês de outubro. Em relação ao primeiro problema foi aprovado o recurso à Justiça para cobrar a pretendida reposição do governo da União. Em relação ao reajuste salarial foi aprovado o seguinte roteiro: primeiro negociações diretas com as empresas, em seguida mesa-redonda com os 14 sindicatos patronais, se também esta negociação fracassar, dissídio coletivo.

Um grupo de 50 estudantes da Faculdade de Economia e Administração da USP esteve no sindicato mas não pode entrar no prédio, porque só eram admitidos sócios do sindicato e jornalistas. Os estudantes conversaram com os trabalhadores que estavam na porta do sindicato e distribuíam um documento de solidariedade aos trabalhadores na sua campanha pela reposição salarial. O documento, em duas folhas mimeografadas, trazia uma tabela com cálculos sobre perdas salariais a partir de 1965 (início da vigência da atual política salarial), com base no salário médio na indústria de transformação e no crescimento do produto per capita. Segundo a tabela, o salário médio na indústria, hoje pouco acima de 3 mil cruzeiros, deveria estar pouco acima de 8 mil.

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Caberá à Justiça do Trabalho manifestar-se sobre as reivindicações salariais dos metalúrgicos de São Bernardo, Diadema e Santo André referentes a 1973.

Com o encaminhamento dos processos para o TRT, a Justiça poderá decidir-se pelo dissídio coletivo, reunindo patrões e operários. Não será, porém, um processo semelhante às convenções coletivas, mas um processo judiciário. A decisão do Ministério do Trabalho é extensiva a todos os sindicatos.

29-8

FSP

A Assembleia de ontem no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi concorrida. A presença dos trabalhadores nas ruas chegou a congestionar o trânsito nas cercanias da sede da entidade. Cinco mil metalúrgicos assinaram a ata da assembleia e dois mil delegaram poder para a instauração do dissídio, já que muitos não permaneceram todo o tempo no plenário.

O primeiro passo após esta reunião é a realização de uma mesa redonda na Delegacia Regional do Trabalho, que tentará junto à classe patronal, uma conciliação em torno das pretensões dos metalúrgicos.

FSP

RIO (Sucursal) — Somente esta semana os metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro aderiram ao movimento paulista pela reposição salarial de 34,1%, por conta de erro no cálculo oficial da inflação de 1973. Na cidade que já foi a mais politizada do País, muitos sindicatos desconhecem totalmente a questão dos 34,1%, o que é o Diesse — Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos — e chegam mesmo a estranhar quando se pergunta quais as reivindicações básicas de sua categoria profissional neste momento.

Enquanto alguns sindicatos — como o dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica e da Produção de Gás do Rio de Janeiro — conseguem manter vivo o caráter reivindicatório de suas entidades, apesar da ênfase ao aspecto assistencial recomendando pelo governo, outros sindicatos — como o dos Ferroviários da Zona da Central do Brasil — esqueceram quase inteiramente esta primeira função, tornaram-se meras agremiações voltadas exclusivamente para a construção de sedes campestres.

RECLAMAÇÕES

Mas, no "O Ferroviário", jornal oficial da entidade, uma reclamação constante dos trabalhadores rasgou a cortina e conseguiu que o sindicato tocasse num assunto aflitivo para a classe: muitos ferroviários diariamente voltam para casa sem trabalhar, perdendo seu salário dia, porque não conseguem chegar no horário em seus locais de serviço.

Tradicionalmente mais combativos, o Sindicato dos Ferroviários da Linha da Leopoldina acompanha o que ocorre em outros sindicatos da

A possibilidade de greve, nos termos da legislação em vigor, não foi discutida pela assembleia ontem, apesar dos pronunciamentos de metalúrgicos no plenário neste sentido. 3-9-77

JORNAL DO BRASIL

Acordo falha

São Paulo — Os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo (Capital), Osasco e Guarulhos, representando 90 mil trabalhadores, não conseguiram os 65% de aumento salarial pleiteados na tentativa de acordo para o reajuste da classe em 1977 realizada em mesa-redonda, ontem, na Delegacia Regional do Trabalho, com os sindicatos patronais — que prometeram apenas 2% além do índice fixado pelo Governo.

8/10/77

Sindicatos do Rio

mesma categoria profissional, mas mostra-se extremamente cauteloso ao fazer comentários. A mesma cautela aparece no Sindicato dos Bancários (25 mil sindicalizados para um total de 60 mil trabalhadores), que já foi dos mais representativos do Rio. "MUITA LUTA"

No Sindicato dos Comerciantes, o presidente da entidade Luisant Mata Roma enumera todas as reivindicações conseguidas "com muita luta" nos dez anos em que está a frente da entidade.

Quem entre no Sindicato dos Comerciantes precisa, no entanto, ouvir pessoalmente esta última afirmação para ficar sabendo que "tudo foi construído com muita luta". Muitas bandeiras do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro, da Federação dos Comerciantes do Rio e de outros Estados, dezenas de cartazes "Prá Frente Brasil"

FALTA DE ESTRUTURA

"Os metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro não têm condição de levar suas lutas reivindicatórias da mesma maneira que os de São Paulo, por falta de estrutura dos seus sindicatos e do menor número de operários do setor, concentrados num mesmo local de trabalho", afirma um dos líderes sindicais metalúrgicos do Estado, reunidos esta semana na Federação.

"Os metalúrgicos do Estado do Rio respondem, no entanto, prontamente aos movimentos de outros Estados com uma solidariedade espontânea e imediata" — afirma, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Niterói, José Moreira dos Santos. Durante esta semana, dezenas de metalúrgicos procuraram a sede da entidade, exigindo uma definição sobre a questão da reposição salarial dos 34,1%. 28-9-77

UM PROGRAMA DE LUTA

Na assembleia de agosto último, que deu início à luta pela reposição dos 34,1%, foi aprovado também uma proposta da diretoria com vistas à próxima negociação coletiva com os patrões. Com essa decisão, cumpre-se uma das determinações do 2º Congresso dos Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema. Eis o teor da nossa proposta:

a) para funções iguais serão pagos salários iguais: mesmo em empresas diversas:

- estabelecimento de salário profissional mínimo e fixação de salário piso para a categoria, capaz de atender às necessidades do trabalhador e sua família.
- aplicação obrigatória do princípio contido na chamada Cláusula do Substituto, hoje incorporada à Jurisprudência da Justiça do Trabalho;

b) Quanto às condições especiais de remuneração:

- a caracterização e a classificação dos locais insalubres deverão ser feitos por comissões paritárias, e não mais através de peritos designados pela Justiça do Trabalho;
- será remunerado o tempo despendido com a deslocação residência-fábrica, fábrica-residência;
- todos os pagamentos adicionais serão computados para pagamentos relativos às férias e descansos remunerados;

c) Quanto à manutenção do poder aquisitivo:

- nos processos de reajustamento salarial deverão ser utilizados ou consultados os índices fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico - DIEESE;
- mediante acordo direto os salários serão corrigidos mensal ou trimestralmente;

d) Quanto à participação nos lucros:

- anualmente, após a feita do balanço, será determinada, por uma comissão paritária, a participação dos trabalhadores nos lucros;

e) Quanto aos efetivos aumentos salariais:

- deverão as partes ter, na relação de trabalho, o direito de negociar livremente aumentos salariais efetivos;

2) HORARIO DE TRABALHO

f) Quanto à disciplina do horário de trabalho:

- redução da jornada para 40 horas semanais, com os sábados livres;
- fixação da jornada diária de 8 horas, com a prestação de um máximo de duas horas extras, e apenas em situações realmente excepcionais;
- pagamento de uma taxa adicional mínima de 50% para cada hora extra trabalhada;
- o trabalho será executado em horário fixo, eliminando-se os turnos de revezamento;
- enquanto o trabalho em turnos não for definitivamente eliminado, não serão colocados em regime de turnos os empregados estudantes;
- desenvolvimento de estudos para implantação de horário móvel;
- fixação de períodos de descanso de 15

minutos, dentro dos períodos de quatro horas, sem prejuízo da remuneração;

3) FÉRIAS E DESCANSO SEMANAIS:

g) Quanto às férias anuais e descansos semanais, serão observadas as seguintes normas:

- férias de 30 dias contínuos, pagas em dobro;
- faltas ao serviço não serão descontadas nas férias, nem reduzirão seu período de duração;
- as férias dos empregados estudantes, e dos operários com filhos em idade escolar, coincidirão com as férias escolares;
- os eventuais atrasos ao serviço não afetarão o pagamento do descanso semanal, e este será calculado em razão dos dias trabalhados na semana anterior.

4) GARANTIA DO EMPREGO:

h) Uma comissão paritária, organizada em cada empresa, estudarã:

- a fixação de um restrito período experimental, após o qual o trabalhador não poderá ser demitido, salvo se praticar falta realmente grave que torne impossível a manutenção do vínculo;

- em caso de crise econômica, que obrigue a redução do pessoal, será observada uma escala de dispensa previamente concertada entre Sindicato e empresa;

- em caso de dispensa, será estabelecido um período de aviso prévio, durante o qual o trabalhador fica desobrigado de prestar serviço.

5) QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO:

i) Relativamente às condições de desenvolvimento do trabalho, deverão ser observadas as seguintes normas gerais:

- as instalações industriais serão planejadas por comissão paritária, levando-se em conta a natureza e o tipo de máquinas a serem operadas, para que se eliminem todas as condições de insegurança e de insalubridade existentes no processo de produção;
- o ritmo de trabalho, particularmente nas indústrias que operam em sistema de linha de montagem, será previamente fixado por comissões paritárias, não podendo ser alterado sem o prévio consentimento do Sindicato.

6) GARANTIAS SINDICAIS:

j) Para atuar com eficiência dentro das empresas, o Sindicato deverá possuir como garantias:

- designação de delegados sindicais, tantos quantos forem julgados necessários pelo Sindicato, os quais gozarão de estabilidade no emprego e nas funções;

a ser compensado no próximo dissídio coletivo da categoria, marcado para abril de 1978. Caso a compensação não ocorra, estará marcada a primeira vitória do movimento dos metalúrgicos pela reposição dos 34,1% referentes ao aumento do custo de vida relativo a 1973.

Com isso, ficaria confirmado o acerto da estratégia dos empregados, que, desde o início, pretendiam conversar diretamente com os patrões sem levar o problema à Justiça do Trabalho.

"Nossa discussão é com os patrões e não com o governo. Por isso, estamos pensando em acertar encontros com alguns dos empresários mais representativos, cujas opiniões pesem no conjunto da classe patronal", afirmou "Lula" há uma semana ao ministro

- organização de comissões paritárias;
- participação do Sindicato nas CIPAs, através de representantes livremente indicados pela entidade;

- utilização de quadro de avisos e do correio interno;

- reconhecimento do direito de greve, caso malogre, às negociações entabuladas para a celebração de contrato coletivo, ou havendo recusa do empregador em participar das negociações;
- formação de um fundo de desemprego.

7) OUTRAS REIVINDICAÇÕES:

k) Quanto à assistência aos trabalhadores:

- manutenção pelas empresas, durante toda a duração da jornada de trabalho, de atendimento médico;

- instituição de creches pelas empresas;
- organização de restaurantes pelas empresas, para fornecimento de alimentação gratuita, e de boa qualidade aos trabalhadores;

- uniformes e outros equipamentos individuais serão fornecidos sempre gratuitamente aos empregados;

- as empresas custearão as despesas de formação profissional dos seus empregados;

- atestados médicos serão sempre aceitos, independente de haverem sido emitidos pelo INPS;

- será suprimido o regime de convênios, devendo a assistência médica-hospitalar ser assegurada pelo INPS.

- até o momento em que for mantido o regime de convênio, deverá a assistência médica ser assegurada aos empregados na própria empresa e aos dependentes em ambulatórios distribuídos nos diversos bairros e grande São Paulo.

- as empresas complementarão as aposentadorias recebidas pelos empregados, para que estes recebam proventos equivalentes aos dos trabalhadores que se encontram em serviço, não sofrendo reduções;

- para fins de estudos e estatísticas, as empresas remeterão, periodicamente, cópias das relações dos dois terços, bem como indicações dos empregados contratados e demitidos;

- as empresas darão preferência, para contratação de novos empregados, àqueles que lhe forem encaminhados pelo serviço de colocação do Sindicato, ao qual remeterão relatórios indicando quais os trabalhadores que estão necessitando;

- fixação da idade de 14 anos, como limite mínimo para contratação de empregado;

- salário integral ao menor submetido à aprendizagem no próprio emprego.

Arnaldo Prieto, do Trabalho.

Mais docéis. Por outro lado, porém, não será conversando com os patrões que os metalúrgicos conseguirão alcançar seus outros objetivos: o contrato coletivo de trabalho e a constituição de comissões de empresa. O ministro Prieto conduzirá as discussões

Antes, contudo, convidará os dirigentes das confederações nacionais, alegando ser impossível levar a Brasília todos os presidentes de sindicatos, "mais de 7 mil em todo o país, o que acabaria transformando-se numa verdadeira assembleia". Na verdade, os presidentes das confederações são mais docéis à orientação governamental, de modo que o resultado desses primeiros encontros poderia influenciar — e esfriar — todo o movimento sindical.

ISTOÉ 12/10/1977

Um bom começo de conversa

Os operários metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André têm uma certeza e uma dúvida. A certeza é a de que muitos empregadores estão dispostos a lhes conceder uma antecipação salarial entre 10 e 20%, a partir de novembro. O que não é novidade, pois isso acontece quase todos os anos. Três empresas de Santo André já teriam concordado em aumentar os salários de seus empregados.

A dúvida é a de que a antecipação seja apresentada em forma de abono,

METALÚRGICOS DA GRANDE BH

DE FATO nº 18

Reportagem de Ana Maria
Miranda, Aloisio Moraes,
Otaviano Coelho e João
Batista Mares Guia

JOÃO SILVEIRA PROFISSÃO: PELEGO

JOÃO AMORTECEDOR

Mas os operários não estão preocupados com a personalidade do dirigente sindical que já conhecem há longos anos; começam a ocupar o microfone e logo de saída demonstram que têm preocupações diversas além das que estão em pauta: Por exemplo: alguns sugerem - mesmo contrariando a Silveira, que só queria saber dos assuntos em pauta - que fossem reivindicadas férias de 30 dias úteis, piso salarial para a categoria e exigem que o Sindicato lute pela ampliação da antecipação salarial para todas as fábricas.

Entretanto, João Silveira, funcionando como um amortecedor e manobrando tudo, procurava sempre desviar a discussão destas propostas, demonstrando a todo momento uma recusa ao avanço em torno das reivindicações, sempre colocando como empecilho inatacável a legislação imposta pelo regime de exceção, como se as leis fossem imutáveis.

Baseado em pesquisa solicitada ao DIEESE (Departamento Inter-sindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos), o dirigente sindical dos metalúrgicos informa que a classe precisava de um aumento de 107 por cento para recuperar o poder aquisitivo em declínio desde 1964. Embora concordem com este percentual, alguns operários observaram mais tarde que estes altos índices estão sendo usados como demagogia eleitoral. Vários metalúrgicos ocuparam, então, o microfone para mostrar o que vem sofrendo a cada dia com a queda do poder de compra. Um deles ao colocar sua posição acrescentou que «quando a gente vai ao armazém o dinheiro fica lá e a gente não traz nada pra casa. É por isso que sou a favor dos 107% e tô toda hora aí firme». Outro afirmou que «estamos perdendo terreno desde 64, mas como a classe está fraca acho melhor lutar por 70%». A seguir dezenas de outros operários colocaram suas posições, alguns a favor dos 107%, outros pelos 70%. Um velho associado é aplaudido ao observar que «mais importante que 70 ou 107 por cento é ter consciência de trabalhador, é o operário conhecer seus direitos e sua força».

POEMA TRISTE

DO SINDICATO E O BALÃO

O Sindicato metalúrgico está cheio...
O sindicato está vazio.
O Sindicato está cheio de manhã, de tarde...
De noite está vazio.
Está cheio de crianças, de mulheres, de doentes, de subnutridos...
De trabalhadores está vazio.
Está cheio dos que procuram um empréstimo...
Vazio de quem procura um salário decente.
O Sindicato Metalúrgico está cheio de luto...
De luta está vazio.
Faz 13 anos não era assim.
Faz 9 anos não era assim.
Que aconteceu?
O sindicato é o mesmo.
Seus dirigentes não são os mesmos.
Os que se perpetuam na direção do Sindicato falharam, enganaram,
mentiram, esvaziaram...

O Sindicato, como um balão, encheu de ar, subiu, subiu...
Os dirigentes tiram o dinheiro do trabalhador e o transformam
em ar (entregam esse dinheiro ao I.N.P.S. através de vergonhoso convênio). E
o balão sobe, sobe...
As mensalidades dos associados aumentam.
Desconta-se obrigatoriamente de todos os metalúrgicos
uma quantidade que supera ao que a maioria ganha num dia.
E o balão sobe, sobe... Infla-se...
O balão cheio de ar acaba sempre caindo.
Os dirigentes atuais perdem o ar, o fôlego: estão caindo.
Os trabalhadores não confiam mais neles.
O balão está caindo... cairá no chão, na lama.

E SURTIRÁ O VERDADEIRO SINDICATO METALÚRGICO.

(Poema de um metalúrgico)

Em seguida outro associado ocupou o microfone para dizer que era a favor dos 107% e entre outras coisas diz que «sempre as autoridades vivem falando em seus discursos que o povo é que faz a riqueza e o progresso deste País, mas infelizmente não recebemos os benefícios desta riqueza»; e continuando, indagou: «por que fazemos a riqueza do País e não participamos dela?». Outro deles observou que «não temos que pensar apenas no custo de vida. Temos que levar em conta outras coisas que qualquer pessoa tem direito, como o lazer, a roupa, a educação e um monte de coisas. A cada ano que passa surge nas fábricas um outro galpão, uma outra máquina. Mas a situação do operário só piora».

SER OU NÃO SER SINDICALIZADO

Alguns metalúrgicos não sindicalizados também ocuparam o microfone, contrariando João Silveira mas contando com a aprovação de numerosos colegas sindicalizados. Um deles chegou até a perguntar se afinal o aumento é só para os sindicalizados ou não. Um rapaz aparentando uns 25 anos se justifica no microfone dizendo que era a primeira vez que ia ao sindicato e que não havia se associado ainda por completa falta de tempo. Além das oito horas normais de trabalho ele cumpre várias horas extras, restando tempo exclusivamente para o descanso entre uma jornada e outra.

Um metalúrgico propõe que seja votado o índice salarial para a classe baseando-se nas duas propostas: 70 ou 107 por cento. O secretário do Sindicato sugere que os não associados não votem, dizendo que todo operário é livre para se associar. Mas manifestando a opinião da maioria de seus colegas, um metalúrgico protesta defendendo o voto de todos os que se encontravam na assembleia e anuncia que se todos não puderem votar abandonaria o local em sinal de protesto. Diante disso a diretoria aceita o voto de todos os presentes, mas João Silveira se sentiu no direito de decretar que «desse dia em diante, só poderá entrar nas assembleias os sócios do Sindicato». Feita a votação, o índice de 107% perdeu, contando com 72 votos.

Curtas e grossas. Assim foram as opiniões de vários metalúrgicos entrevistados sobre a atual direção do sindicato.

A diretoria deste sindicato é pelega, não tem interesse pela sindicalização, não participa dos problemas da categoria, se alia totalmente aos patrões e à política governamental. O arrocho salarial existe até hoje porque os sindicatos não assumiram a luta, não a levaram adiante. O sindicato não quer ter essa força e não está aí para ter esse enfrentamento. Ele corta a mobilização dos trabalhadores, veja por exemplo as assembleias de dissídio, tem atitudes inclusive repressivas, não aceita reivindicações, repele as críticas abertamente, faz ameaças. O presidente disse várias vezes que quem intervinha nas assembleias estava fazendo agitação, tumultuando: «estou com a lei, posso tomar providências», dizia.

Nós, operários, temos o sindicato como órgão representativo da classe, principalmente na questão do salário, mas de 64 para cá ele sofreu modificações em prejuízo da classe. Antes, até 68, mesmo meio fajutas, tínhamos condições de reunir, havia mobilizações dentro da própria base, da própria empresa, o sindicato tinha uma representatividade que hoje não existe. Em 1967, o sindicato tinha atuação combativa, eleições livres, muito concorridas, a diretoria era atuante. A diferença fundamental, em relação à diretoria atual, é que os trabalhos eram feitos pela diretoria, em colaboração com os trabalhadores. Não existia essa burocracia de hoje, só havia dois funcionários. O sindicato era muito mais aberto, não tinha esse luxo, as secretárias lá parecem de grande empresa.

Em 68, houve greves em abril e outubro e o sindicato lutou pelos interesses da categoria até o fim. A greve de abril foi o primeiro furo no arrocho salarial, com abono de 10% do Jarbas Passarinho; ele veio a Beagá, fez continhas daqui pra lá e acabou concordando com o abono. Em outubro o pessoal ainda estava arrochado, o governo não abriu mão, aconteceu a intervenção. Houve repressão, desmobilização, prisões, torturas. Todos os membros foram mandados embora de suas empresas, alguns nunca mais conseguiram emprego como metalúrgicos. A greve foi através dos delegados de fábrica, representantes legais de todas as fábricas junto aos sindicatos, em ligação estreita e direta. O que acontecia no sindicato, os companheiros nas fábricas sabiam, e vice-versa. Hoje não tem nada disso, o sindicato não quer. Até hoje, alguns ficaram marcados; o presidente do sindicato na época era empregado da Mannesmann, hoje é fotógrafo.

Agora a classe operária está desmobilizada. Sofreu um susto. Só há alguns movimentinhos de classe. São movimentos espontâneos. Quase todo metalúrgico ganha em torno de 1500 ou 1600 cruzeiros, a vida é difícil, e não há motivação para se organizar. Operário não lê jornal, não discute, e além disso o sindicato pelego impôs uma desmobilização tão grande que as condições de se criar agora um movimento organizado amplo e unido, são difíceis. Mas em quase todos os Estados os trabalhadores não estão concordando com os índices de reajuste salarial, a insatisfação está saindo das empresas para os bairros através do quebra-quebra dos transportes, por exemplo. A maioria dos operários em Belo Horizonte veio do interior, o perfil da Cidade Industrial não é o mesmo de cinco anos atrás. É gente nova, ainda, se adaptando, a maior preocupação é enfrentar as novas condições da cidade grande. E quem sindicaliza hoje é só por muita honra da pátria, porque não significa nenhum apoio, isso não representa



mais o operário, a classe. Um sindicato, com 120 funcionários só para prestar assistência, está se transformando em empresa.

Acho absurdo isso do metalúrgico só passar a ter direito ao sindicato depois de 90 dias passados do primeiro pagamento. Até nos crediários, assim que eu pago, no outro dia a compra tá na minha casa; no INPS também, automaticamente a gente usufrui. Só nesse sindicato é diferente, pagamos 90 dias, sem poder usufruir de algo que representa a gente. Porque o sindicato é minha primeira casa, onde a gente luta pelos direitos que nos devem, e lá nesse sindicato, eu não tenho apoio. Esse sindicato do João Silveira chega ao ponto de fazer campanha pro sindicato de Betim, porque não quer pressão dos trabalhadores em cima deles. Não aceitou sindicalizar o pessoal da Fiat e da Krupp porque perderia o controle do sindicato; disse que a Fiat tem muito operário. Qual a razão de um sindicato de metalúrgicos só em Betim? Seria específico para a Fiat, lá por enquanto tem só uma delegacia sindical. O pessoal de Betim que era sindicalizado, uns já há até oito anos, agora está no ar porque o João Silveira disse que com a vinda da Fiat e o aumento do número de metalúrgicos, Betim fica como outra jurisdição, fora da base territorial do sindicato de Belo Horizonte. O João Silveira disse pra esse pessoal, que já pertencia ao sindicato, que agora eles só tem direito à assistência, não tem direito a votar e não entram em dissídio coletivo.

Não há mais oposição a essa diretoria, por causa da não mobilização da categoria. Agora está surgindo oposição, mas o sindicato pode cor-

tar. O grau de insatisfação com a diretoria atual é muito grande. A oposição a uma diretoria pelega deve apresentar um programa que vá direto aos interesses dos operários, contra o arrocho salarial, pela livre atuação sindical, participação em massa da categoria, criação de delegados de fábrica, abertura dos sindicatos aos associados, atrair o associado para sua entidade de classe, através de jogos como damas, xadrez, do esporte, criação de bibliotecas, além de organizar os operários em seus locais de trabalho. A mobilização em São Paulo representa já uma parte desses programas de oposição, vai direto contra a política governamental que os sindicatos pelegos representam. Nada pior para o operário que esse salário que ele recebe e que não cumpre suas necessidades diretas. Então, o operário vai participar.

João Soares manobra muito no sindicato a favor dele e contra os operários. Nas Assembleias, ele vai espichando, deixando o tempo passar, vai ficando tarde, a gente tem que trabalhar cedo, mora longe, já está cansado e morto de raiva e irritação, vai indo embora. Ficam só alguns poucos, os do lado dele, que votam irregularmente e acabam resolvendo as coisas justamente como a gente não queria. O jornal é péssimo, é bom lembrar que não escrevem para retardados, os operários não são uns retardados. Nas reuniões, o João corta todas as críticas alegando que o assunto não está em discussão.

«Seu» João tem motivos para tanto apego ao sindicato. Fala-se que seu salário atual é de 15 mil e 500 cruzeiros, mais o que ganha como vogal na Justiça do Trabalho e a escandalosa ajuda de custo de quatro salários mínimos tirada do próprio sindicato. Essa ajuda de custo foi aprovada numa assembleia com 75 pessoas no dia 29 de abril. Segundo os diretores do sindicato essa ajuda de custo se destinaria a dar condições de ter uma roupa melhor para se apresentar frente aos patrões e à Justiça do Trabalho... Um companheiro presente à assembleia criticou dizendo: «é o mesmo que fantasiar um operário de palhaço, para mostrar o que o operário não tem». Essa ajuda de custo era de um salário mínimo e meio para o presidente e de um salário para os outros diretores.

Desde 1964 para cá, as assembleias do sindicato dos metalúrgicos se esvaziaram. Naquele tempo era necessário ocupar a Secretaria de Saúde. Hoje uma pequena sala é suficiente.

De repente, este ano, a diretoria do sindicato se lembrou ou descobriu que existe o DIEESE e aparece na assembleia do dia 26 passado como o salvador da pátria - propõe um índice salarial de 107%. Mas no ano passado, nem queria ouvir falar de 60%. Deve haver algo por trás disso. Só nos ocorre o seguinte: no próximo ano haverá eleições para uma nova diretoria. O João Soares Silveira quer angariar os votos dos que dele se desiludiram. Vê que a massa operária descobriu suas mentiras e se afasta cada vez mais dele. Quer atraí-la e traí-la, com um 107% que será rejeitado pelos patrões e a justiça do trabalho. E dirá que lutou pela classe. O metalúrgico já abre os olhos e enxerga a mentira de seus falsos dirigentes. O metalúrgico já abre a boca e denuncia essa mentira. Está chegando a hora de abrir os braços, as mãos e lutar por um sindicato reivindicativo, representativo da classe, o verdadeiro sindicato.

Essa diretoria foi eleita dentro do caos; houve uma repressão terrível na época, e os operários estavam muito desmobilizados.

CAMPANHA SALARIAL

COMPANHEIROS, com a presença de mais de 1500 metalúrgicos foi realizada no dia 16 de setembro a nossa 1ª. Assembléia do dissídio de 77.

Apesar do interesse dos companheiros em fazer parte da Comissão Salarial a diretoria escolheu só 18 trabalhadores, impedindo que mais operários pudessem participar numa comissão aberta e assim mobilizar mais gente, pois pelo menos 40 estavam dispostos a participar. Também não foi permitida a entrada dos não sócios ou atrasados com a mensalidade.

A nossa perda salarial de 73/74, que foi de 18,41% foi defendida com justiça por nossos oradores presentes, propondo um dissídio coletivo, que seria encaminhado agora, e permitiria a participação de todos nós. A diretoria veio com a resposta pronta de "ação popular", tentando mais uma vez desmobilizar a categoria.

PARTINDO PARA A PRÓXIMA ASSEMBLÉIA

Nós trabalhadores, sabemos que o índice do governo não é suficiente para as nossas necessidades. Por isso, a oposição propõe que lutemos pelos 65%, que não resolve, porém é mais que a migalha que nos têm jogando e é um índice em que os companheiros podem acreditar e lutar por ele. Porém, mais importante que o índice é a unidade da categoria, e quem decide pela categoria é a assembléia Geral. A nossa vitória depende de nossa unidade.

Há anos é cometido o erro de aceitarmos elenco de reivindicações muito grande. É claro que temos muito coisa a reivindicar, mas não podemos deixar que os patrões nos enrolem concedendo coisas que já são nossas por lei, como macacão gratuito na firma que exigir, estabilidade da gestante, etc. Temos de nos fixar na melhora do nível de vida da categoria, que só pode vir com melhores salários. Por isso a oposição propõe como elenco 5 itens que giram em torno de melhores salários.

TODOS À CONCENTRAÇÃO!

Para evitar que o final de tudo seja somente um não dos patrões e tenhamos que engolir o índice do governo, sabemos que o único recurso é agir mos. Por isso a oposição propõe que todos os companheiros disponíveis concentrem-se no local da mesa redonda com os patrões para mostrar que estamos dispostos a lutar para melhorar nossas condições de vida e a de nossas famílias.

NOSSA VITÓRIA DEPENDE DE NOSSA LUTA!

Na fábrica a união de 2 ou 3 companheiros já é o início de uma comissão salarial. Esses operários devem procurar reunir e discutir com os companheiros mais combativos buscando atingir e mobilizar toda a fábrica. Por abaixo assinado para aumento - divulgar a campanha salarial - Passar e discutir os boletins de oposição, etc.

- 65% de aumento
- Piso salarial de dois salários mínimos (nenhum metalúrgico pode ganhar menos de Cr\$ 2.214,00 atualmente)
- FÉRIAS PAGAS EM DOBRO
- AUMENTO DE 3 EM 3 MESES
- SALÁRIO SUBSTITUTO (quem substituir um companheiro no trabalho tem que ganhar o mesmo que ele ganhava)

TODOS À ASSEMBLÉIA DO DIA 30/9 NO SINDICATO!

OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO



MOVIMENTO 25/9/77

POR UM VERDADEIRO SINDICATO

O Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas e Chapéus de Senhoras de São Paulo realiza, nos dias 5, 6 e 7 de outubro próximo, suas eleições. Pela primeira vez, após doze anos de poder, a atual diretoria vê sua reeleição ameaçada por uma chapa de oposição.

A principal crítica da oposição refere-se à desmoralização em que se encontra o sindicato. "Ninguém mais confia em nosso sindicato, já completamente desmoralizado. E com razão; afinal das contas, some dinheiro do sindicato, e daí uma semana ninguém mais fala nada. Pior que isso são as homologações de rescisão contratual, que o Sindicato, por muito tempo, fazia sem que tivessem sido efetuados os depósitos do FGTS", garante Nivardo Gomes de Menezes, que encabeça a chapa 2, de oposição.

Na categoria dos alfaiates e costureiras é que se verifica, principalmente, o problema da exploração do trabalho da mulher. Péssimas condições de trabalho e salários sempre menores que os dos alfaiates não impedem que as costureiras aceitem o emprego, e acabem exploradas.

Dos 30.000 profissionais de confecções de roupas em São Paulo, apenas 4 mil são filiados ao sindicato. "E nas últimas eleições, apenas mil e quinhentos tinham condições de votar, o que é um absurdo", acrescenta Nivardo - "a nossa intenção é transformar o sindicato em algo dos trabalhadores, desvinculado do patronato. Vamos intensificar as filiações, para que o nosso sindicato adquira poder de barganha, possa ser mais combativo, ao menos."

Os membros da chapa de oposição, entretanto, enfrentam, nas vésperas de eleições, e desde há algum tempo, ameaças diversas. "No último dia 17 houve a inauguração da colônia de férias do sindicato. O lugar estava coberto por faixas elogiando a atual diretoria. Assim que cheguei, fui abordado pelo presidente e por mais três policiais, ameaçando expulsar-me do local caso fizesse propaganda", conta Nivardo, além de falar de telefonemas ameaçadores e outras. "Mas nós estamos confiantes. Estamos sendo sempre muito bem recebidos pelos companheiros de profissão, pois todo mundo está cansado da situação atual. Queremos um sindicato controlado pelos trabalhadores, para que possamos fazer valer nossos direitos". (Felício de Oliveira)

campanha salarial¹

PROPOSTAS DE LEI E OUTRAS

- * faltas justificadas para o empregado estudante;
- * estabilidade provisória para a gestante, para o trabalhador acidentado, para os jovens na época do alistamento militar, para os que entram na justiça por causa de insalubridade ou equiparação salarial, para os delegados sindicais de empresa;
- * pagamento em envelope;
- * uniforme de trabalho fornecido pela empresa;
- * contribuição social da empresa para a construção da sede-escola;
- * multa de Cr\$ 100,00 por empregado para firmas que não cumprem o acordo;
- * uma carta da empresa contendo as razões da dispensa, por justa causa, de empregado;
- * pagamento de uma contribuição de Cr\$ 40,00 por todos os trabalhadores metalúrgicos em favor do Sindicato.

Aí foi aberta a palavra pra ver se alguém tinha alguma coisa pra dizer.

Três companheiros subiram pra falar.

O primeiro disse que o elenco estava bom, mas que por ser muito grande, deveria ser dividido em 2 partes. Isso por que a própria diretoria já sabe que na hora da mesa redonda, os patrões separam o que é problema de lei e o que é

problema de salário. E dizem que o problema de lei não é com eles.

Então, o companheiro fez a proposta de que na mesa redonda com os patrões, a gente só levasse o problema salarial. Ou seja, aumento de 65%, salário substituto, etc.

E falou ainda que o problema de lei como a proteção da gestante, do menor, da estabilidade dos delegados sindicais e ainda outras reivindicações já aprovadas nos Congressos de metalúrgicos, o Sindicato deve ir discutir direto com o governo.

Propôs também que se fizesse um abaixo-assinado, em nome do Sindicato e passando em todas as fábricas, para buscar o apoio de toda a categoria. Que só um movimento unido todos os metalúrgicos e o Sindicato é que vai garantir esses direitos, não é mesmo?

A HORA DA CONFUSÃO

O 2º companheiro começou a falar que não deveria ser feito o desconto de Cr\$ 40,00 de todos os metalúrgicos. Quando ele ia explicar porque era contra o desconto, um grupinho que sempre fica lá na frente começou a vaiar e a gritar:

— Sai daí palhaço. Você está contra o Sindicato, você está a favor dos patrões!

O companheiro disse então

2

Então os patrões pegam isso e ficam rodeando o toco. Os 65% que é bom, nada!

Então como aquelas reivindicações já estão aprovadas anteriormente, a gente acha que

o Sindicato deveria fiscalizar se as empresas estão cumprindo o acordo. Porque não basta aprovar uma reivindicação se a diretoria não cuida da sua aplicação.



O PROBLEMA DE LEI E A CONQUISTA DO 13º SALÁRIO

Outra coisa é o problema de lei. O vice-presidente disse que no elenco deveria ter o problema de lei. Porque, segundo ele, de tanto o Sindicato insistir é que foi conquistado o 13º salário.

Bom, primeiro a gente tem que ver que não foi bem assim não. O 13º salário foi conquistado pelos trabalhadores unidos ao Sindicato, é verdade, mas não foi com falação, não. Não foi só levando a reivindicação do 13º salário no

papel, uma vez por ano pros patrões. Eles diziam sempre que não dava, não dava.

Na verdade, o que valeu mesmo para a conquista do 13º salário foi a greve geral de 1963. Ela foi proibida pelo antigo governador Ademar de Barros, mas acabou vitoriosa. Muitos companheiros enfrentaram problemas com esse movimento, mas hoje o 13º salário beneficia todos os trabalhadores.

E a gente não pode esquecer que em 1964, quando cassa-

4

1. FÓI NO DIA 30 DE SETEMBRO, COM MAIS OU MENOS 3000 COMPANHEIROS LOTANDO O SINDICATO, FOI DECIDIDO DELENCO DE REIVINDICAÇÕES E DADA A AUTORIZAÇÃO PRA DIRETORIA IR DISCUTIR NOSSAS PROPOSTAS COM OS PATRÕES



2. LOGO DEPOIS DA LEITURA DA ATA DA ASSEMBLÉIA ANTERIOR, O PRESIDENTE APRESENTOU A PROPOSTA DA COMISSÃO DE SALÁRIO PRA SER DISCUTIDA.

3. EM PRIMEIRO LUGAR SERIA IMPORTANTE DIZER QUE O ENLCO DE REIVINDICAÇÕES FOI UMA GRANDE VITÓRIA DA OPÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE S. PAULO, QUE DEPENDIA DAS PROPOSTAS MAIS IMPORTANTES NA 1ª ASSEMBLÉIA E QUE FORAM ACERTADAS PELO COMISSÃO DE SALÁRIO



AGORA, VEJAM A PROPOSTA DA COMISSÃO DE SALÁRIO E DA DIRETORIA

PROPOSTAS DE SALÁRIO

VEJAM SÓ

- * reajuste de 65%;
- * salário substituto;
- * piso salarial de 2 salários mínimos;
- * férias pagas em dobro;
- * reajustes de 3 em 3 meses;

- * pagamento de um adicional de Cr\$ 200,00
- * salário família para a esposa.

- * reajuste de 65% a partir de 1º de novembro;
- * salário substituto;
- * piso salarial de 2 salários mínimos;
- * férias pagas em dobro;
- * reajustes de 3 em 3 meses;

que ele tinha o direito de falar e que não era contra o Sindicato, coisa nenhuma. Mesmo assim não deixaram ele continuar e explicar sua idéia.

Nessa mesma hora, no meio da Assembléia, um desses que estava gritando começou a briga. E sabem quem era?

Era um diretor do próprio Sindicato!

Foi assim:

Com toda aquela gritaria, o companheiro sem conseguir dizer o que tinha direito de falar, teve que descer.

Aí o presidente pegou o microfone e pediu ordem. Disse que isso tudo era um desrespeito, que a Assembléia é democrática, que todo mundo tem o direito de falar.

E no meio da Assembléia um rapaz gritou:

"Ó, aqui quem tá fazendo a bagunça. É um diretor do Sindicato! E pôs a mão no ombro dele.

Aí o diretor virou e deu um tapa nele. E o rapaz se defendeu, né. Entrou a turma do deixadisso mas a gritaria continuou.

Mesmo assim, falou o 3º companheiro, reforçando a idéia de que o elenco deveria ser pequeno, porque os patrões pagam nesses assuntos de envelope de pagamento e deixam de lado o mais importante que são os 65%.

Bom, gente, vamos pensar um pouco no que aconteceu, porque no meio de tanta gritaria, as idéias da gente ficam um pouco embaralhadas e a gente fica na dúvida sobre quem está certo e quem está errado, não é verdade?

O QUE A DIRETORIA ESTAVA FAZENDO COM AQUELA GRITARIA ERA CONFUNDIR OS COMPANHEIROS DIZENDO QUE A OPÇÃO ERA CONTRA AQUELAS REIVINDICAÇÕES, O QUE NÃO É VERDADE.



Se a gente for ver o que a Oposição defendeu na 1ª Assembléia e as partes que falam de salário no elenco apresentado pela diretoria é praticamente a mesma coisa. São coisas certas e de interesse para a categoria. E como foram aprovadas na Assembléia, não vamos deixar a diretoria correr da briga, certo?

O que a gente acha que é errado é esse negócio de pedir de novo o envelope de pagamento e macacão. Isso já foi aprovado pelos patrões no ano passado e no ano retrasado. E vão aprovar este ano também.

ramos antigos líderes que dirigiam o Sindicato, muitos dos atuais diretores foram colocados como interventores do Ministério do Trabalho.

Antes de cassarem os antigos líderes sindicais, parece que o Sindicato era mais representativo, dialcava e se interessava mais pela categoria toda. E junto com os trabalhadores organizados nas fá-

bricas é que garantiram o 13º salário.

É nesse ponto que a gente acha mais certo o Sindicato criar uma união total dos metalúrgicos pra garantir nossos direitos e buscar apoio de toda a categoria na hora de dialogar com o governo ou com os patrões. E isso não se faz de braços cruzados e só mandando cartas e pedidos pra eles.

O PROBLEMA DA CONTRIBUIÇÃO DE CR\$ 40,00

Outra coisa que a gente acha errada é o desconto de Cr\$ 40,00.

Isso porque toda a categoria, que são 250.000 metalúrgicos já trabalham um dia de graça por ano para o Sindicato. É o Imposto Sindical.

Se por exemplo, a média dos salários for de Cr\$ 100,00 por dia, dá um total de 25 bilhões num ano. E 45% disso vai pro Sindicato, o que soma 10 bilhões. Além disso, diz que têm 60 mil companheiros sindicalizados, pagando Cr\$ 25,00 por mês. Isso dá mais 18 bilhões num ano.

Prá que ainda descontar mais Cr\$ 40,00 até dos não sócios, sendo que eles não vão poder usar das coisas que o Sindicato oferece?

Se ainda fosse depois da Campanha Salarial e o Sindicato conquistasse os 65%, vá lá.

Aí sim, tinha direito. Mas no caso contrário, se ficar no índice do governo, é errado, não é verdade?

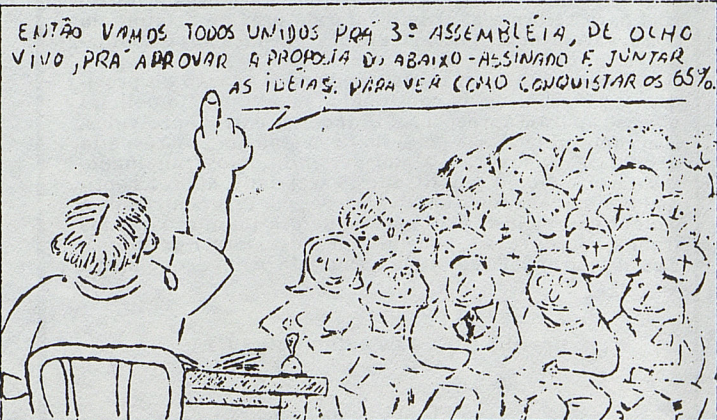
Mas na hora daquela confusão toda, a diretoria usou dos poderes que ela tem para conduzir a Assembleia e não deixou ninguém se explicar direito. A gente já vai desconfiando que eles gostam da confusão.

Então, seria mais certo a gente aceitar, naquela hora, a maioria dos pontos do elenco. Mostrar que esse elenco foi uma vitória da oposição e não dar chance pra eles ficarem



criando bagunça. E que a questão era ver como conquistamos os 65% e as outras propostas.

Se as propostas são boas e interessantes a toda a categoria, o Sindicato junto com a Comissão de Salário devia fazer, por exemplo, um abaixo-assinado de toda a categoria, dos sindicalizados e dos não sindicalizados, pra apoiar as reivindicações. Dessa forma a categoria ficava mais unida nessa briga e os patrões iam perceber isso. E em cada fábrica o pessoal devia ver como encontrar um melhor meio de se unir para aumentar a pressão.



Todos lá, dia 14.
Sua presença
é importante.

**OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA
DE SÃO PAULO,
SETOR DE SANTO AMARO**

Movimento contra o Custo de Vida

A EXPERIENCIA DOS GRUPOS POR RUA

O movimento do CUSTO DE VIDA deve atingir milhões de pessoas, e pensamos que uma forma concreta de atingir esse objetivo, é através dos grupos por rua com a vizinhança e os amigos. Esses grupos facilitam muito o trabalho de reunir e propagar o movimento no meio do povo, pois o local é perto para todo o mundo, a maioria do pessoal já se conhece trazendo isso uma confiança maior e desinibição para as discussões no grupo. A experiencia concreta tem sido assim: (...)

7-Nessa primeira reunião é importante entendermos que será a primeira vez que muitas pessoas estarão participando de uma reunião desse tipo, e então não podemos exigir uma disciplina geral, podendo haver algumas vezes conversas paralelas o que não tem muita importancia, o que importa no geral é não perdemos o rumo, o assunto principal da reunião que é o CUSTO DE VIDA.

8-Com o pessoal reunido fazemos o mesmo tipo de exposição sobre o movimento, que fizemos com o dono da casa, isto é, o problema do custo de vida que ninguém aguenta mais, se alguém já ouviu falar no movimento, se alguém esteve na assembleia de 19/6 pedimos para a pessoa falar o que ela achou, devemos levar as revistas que falam do movimento, e por fim falar como está o Movimento hoje em dia, ressaltando que está hoje muito mais forte e organizado, e que isso de pende da nossa união e da nossa participação.

9-Depois dessa exposição passamos a palavra ao pessoal, para que eles discutam as causas do custo de vida estar tão alto. Veremos que surgirão muitas opiniões, mas que algumas são mais sentidas por todos, como o problema da exportação, a falta de apoio ao agricultor, os intermediários, o salário baixo.

10-Depois dessa discussão, devemos perguntar ao pessoal qual a forma de resolver esses problemas. Depois de ouvir a opinião de todos sobre como resolver esses problemas, falamos sobre o que já está sendo feito de concreto: abaixo-assinado, cartas aos rádios e jornais de denunciando a situação do custo de vida, boletins, e que existe uma coordenação onde são levados todas as sugestões do que se deve fazer para resolver o problema, como aquelas que surgiram do pessoal da reunião.

11-Depois perguntamos se eles poderiam ajudar concretamente no que já está sendo feito, como passar abaixo-assinado, escrever cartas para os rádios, etc. Devemos também convidar um ou mais representantes do grupo para fazer parte da coordenação do trabalho, se esta já existir.

12-Achamos importante ao marcar nova reunião, ter coisas concretas para discutir. Saber como anda o abaixo-assinado, cada pessoa ler as cartas que escreveu para os rádios, ver se o pessoal está convidando mais vizinhos ou colegas de trabalho para participar da reunião. Devemos também ir discutindo as propostas concretas de trabalho que estão surgindo. Por exemplo se foi marcada a realização de uma assembleia como devemos nos organizar para participar e como levar o maior número de pessoas possível.

13-É importante que nessas reuniões nós discutamos problemas bem concretos e que não sejam muito demoradas, porque o pessoal no início não está muito acostumado a participar de reuniões. Mas se a reunião se prolongar porque o pessoal esta gostando, não devemos impedir isso. (...)

Contag

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Nota Oficial

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como órgão de representação e defesa da categoria dos trabalhadores rurais e interpretando os sentimentos das 20 federações e 2.150 sindicatos filiados, vem, de público, expressar o seu mais alto repúdio pelo bárbaro assassinato do Dr. Eugenio Alberto Lyra Silva, advogado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e de Bom Jesus da Lapa, ambos filiados à nossa Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG-BA), ocorrido na noite de 22 de setembro do ano em curso, na cidade de Santa Maria da Vitória.

O município de Santa Maria da Vitória, localizado no além São Francisco, e considerado entre outros, como prioritário para a reforma agrária, pelo decreto federal nº 74.366, de 1974. A ocorrência de inúmeras notícias de grilagens chegadas da região e a necessidade de defesa dos abandonados posseiros levaram a FETAG a manter entendimentos com o Dr. Eugenio Lyra, então já advogado do nosso movimento sindical em outra região baiana, no sentido de transferir-se para lá. Assim, o Dr. Eugenio chegou a região em abril de 1976.

Logo no início de seus trabalhos profissionais, alguns grileiros da região tentaram, inutilmente, suborná-lo. Fracassada a tentativa, passaram as ameaças e as denúncias. Já em abril daquele ano, o Dr. Eugenio ingressa em Juízo com uma interpelação judicial contra os Fe Souza e Waldely Lima Rios (Lico), que acusavam os dirigentes sindicais e seu advogado de subversão. E a defesa dos trabalhadores rurais posseiros iniciava-se. Os Fe Souza agrediam trabalhadores: Alberto Nunes Cerva Aguadas (servidores públicos), eliminando as fontes de abastecimento dos posseiros, no propósito de forçá-los a vender as posses por preços irrisórios; Waldely Lima Rios (Lico) queimava casas e plantações de posseiros; Jener Pereira Rocha e a Coribe Agropecuária S.A. Cercavam muitas posses. Inúmeras ações foram ajuizadas e grande número de pedidos de providências à promotoria pública foi feito, sempre com o Dr. Eugenio defendendo os interesses dos posseiros prejudicados.

Em outubro de 1976, o trabalhador rural Basílio Caldeira da Silva, de Coribe, aparece misteriosamente morto, após resistir a pressões para vender suas terras à Camaca Agropastoril S/A.

Neste mesmo mês, o Dr. Eugênio, através de um trabalhador rural, recebe a informação de que tivesse cuidado, pois o Zé-Pequeno (Contídio de Oliveira, capataz de Alberto Nunes), iria matá-lo.

Em janeiro de 1977, um comerciante santamarinense avisa ao Dr. Eugênio que tomasse precauções contra o convite de "Deh" e "Ipasso" em vistoriar uma terra em Porto Novo, pois tratava-se de uma cilada. O conselho foi acatado.

Em fevereiro, os Fé Souza entram com queixa-crime contra posseiros que exercitavam o direito de desforço incontente, Dr. Eugênio defende os posseiros.

Em março, dia 19, Alexandrino Agostinho de Souza, numa praça de Santa Maria da Vitória, ameaça o trabalhador rural Joaquim e, através deste, também ameaça de morte o Dr. Eugênio. No dia seguinte, Alexandrino, acompanhado de um jagunço armado, tenta invadir a casa do Dr. Eugênio, provocando-o com insultos.

O Dr. Eugênio reage, legalmente, através de uma queixa-crime. Os advogados de Santa Maria da Vitória, solidários, encaminham telegrama à OAB — seção da Bahia, requerendo garantias para o livre exercício profissional do colega ameaçado.

Em 10 de abril, na presença da polícia, um trator invade posses dos trabalhadores rurais Justino e outros, que estavam sendo disputadas por Alberto Nunes. O Dr. Eugênio defende os lavradores através de possessório.

Em fins de julho, o posseiro Isaias procura a defesa do Dr. Eugenio contra invasão de sua posse, por Waldely Lima Rios (Lico). O Dr. Eugenio comprova "in loco" a invasão. Em 24 de agosto, a justiça concede liminar em justificação de posse a favor de Isaias em ação requerida pelo Dr. Eugenio, Waldely Lima Rios demonstra sua contrariedade.

Em 20 de setembro, através do Dr. Eugenio, os posseiros ingressam com queixa-crime contra Zé-Pequeno (Contídio

de Oliveira). Desde julho que as cabeças de gado bovino dos posseiros vinham sendo furtadas por Zé-Pequeno, no intuito de pressioná-los a abandonar as posses. O gado não registrado e não identificado era transportado pela carreta de Waldely Lima Rios. Os registrados e identificados eram sacrificados e comercializada a carne.

Na oportunidade do ingresso do pedido de abertura de inquérito policial, Waldely Lima Rios (Lico) estava presente na delegacia. Dela, sai irritado; procura o subdelegado de polícia, Abilio, e pede-lhe ajuda para matar o Dr. Eugenio.

No dia 21, o subdelegado Abilio aconselha o delegado de polícia, que iria a Salvador, a não fazer a viagem com o Dr. Eugenio, sob alegação de que este poderia ser emboscado na viagem.

No dia 22 de setembro, quinta-feira, à noite, o Dr. Eugenio era assassinado. No dia 28 de setembro iria depor na CPI da grilagem, convidado pela Assembléia Legislativa Baiana. Assim, de modo brutal, calaram a boca de um bravo e combativo advogado.

Crimes como o que foi praticado contra o Dr. Eugenio Lyra se inscrevem no rol de violências da "grilagem" e do latifúndio, em sua luta voraz e desumana pela apropriação da terra.

A morte do Dr. Eugenio Lyra não constitui um mero crime comum. A sua motivação é a apropriação de áreas legalmente protegidas e sob a posse de humildes posseiros, ao longo de muitos anos, com a utilização de violências, falsificações, e até mesmo, de assassinatos, com o objetivo de intimidar e vencer resistências.

Estes atos constituem um evidente abuso do poder econômico, mediante o emprego de métodos condenáveis, sem o mínimo respeito aos direitos humanos e as decisões do judiciário.

Nessa realidade, onde o abuso do poder econômico assume características de impunidade, é gerado um clima de insegurança, que não permite a defesa de direitos assegurados na legislação.

Assim, humildes posseiros, à revelia da lei, sofrem as mais ostensivas arbitrariedades, culminando, por fim, com o assassinato de seus defensores, numa clara demonstração de que a justiça vai sendo subjugada pela força.

Este é o comportamento da grilagem em sua desenfreada ambição pela ampliação dos domínios latifundistas, afastando, impunemente, todo e qualquer obstáculo que se antepõe aos seus desmedidos anseios.

Cumpra, pois, ao poder público, pelas autoridades constituídas, coibirem os abusos da grilagem e do latifúndio, através de providências e medidas que venham promover a regularização fundiária das áreas em litígio, garantindo aos trabalhadores os seus direitos líquidos e certos de acesso à propriedade da terra que cultivam.

Urge, para tanto, que os órgãos realmente competentes, na orientação e execução da política agrária, voltem realmente suas preocupações para os trabalhadores rurais, principalmente os sem terra e os posseiros, passando a atuar no sentido de lhes conceder a terra que é seu meio de sobrevivência e progresso. Sobretudo nas áreas prioritárias para reforma agrária, conforme prevê o estatuto da terra, garantindo, efetivamente, a segurança aos trabalhadores rurais.

Finalmente, necessária, também, a adoção de providências no sentido da continuidade do inquérito policial onde se apuram as responsabilidades de outros envolvidos, isso com o objetivo de preservar o acatamento e o respeito às decisões da justiça e, ainda, possibilitar aos trabalhadores o exercício de seus direitos, garantindo, além, as entidades sindicais, como aos defensores por elas contratados, o pleno exercício da profissão, na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, assegurando, dessa forma, o triunfo e a aplicação da lei e coibindo o abuso do poder econômico.

Brasília (DF), 6 de outubro de 1977.

José Francisco da Silva
- Presidente -

Morto advogado que ia depor em CPI em Salvador

Cinco dias antes de prestar depoimento na CPI de Terras da Assembléia Legislativa da Bahia, o advogado Eugênio Alberto Lyra Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória, a mil quilômetros de Salvador, foi morto anteontem à noite com um tiro, quando estava na praça daquela cidade em companhia de sua mulher.

O assassino, Wilson Novais Gusmão, foi preso em flagrante e a polícia acredita que o crime está relacionado com os problemas de grilagem de terras na área, pois sabe-se que no seu depoimento na CPI da Assembléia Eugênio Lyra iria apresentar farta documentação, recolhida nos últimos meses, contra alguns dos grileiros da região. Já no início do ano, a casa do advo-

gado foi invadida por pistoleiros, mas ele conseguiu escapar ileso do atentado.

Há dois meses, em Salvador, Eugênio Lyra entregou na redação da sucursal de O Estado uma relação contendo parte do levantamento que efetuara sobre os conflitos de terras em Santa Maria da Vitória, Coribe, Bom Jesus da Lapa e Correntina. A relação enumera disputas pela posse de terras em uma área de 462.885 hectares, envolvendo cerca de 15 fazendeiros e companhias agropecuárias que já expulsaram ou ameaçaram de expulsão mais de 230 famílias de posseiros.

O corpo do advogado foi trasladado para a cidade de Senhor do Bonfim, onde vive sua família, e será sepultado hoje.

24-9-77

Crime envolve grileiros

A polícia baiana concluiu ontem o inquérito que apura o assassinato do advogado Eugênio Lira — morto no último dia 22 pelo pistoleiro Wilson Novais Gusmão, no município de Santa Maria da Vitória — tendo constatado o envolvimento direto de alguns poderosos grileiros da região, entre os quais figura Valdeli Lima Rios, como principal mandante e organizador do crime. Durante as investigações veio à tona também a convivência do delegado regional de Santa Maria da Vitória, Eymard Portugal Sena Gomes, o qual inexplicavelmente liberou Valdeli, que já se encontrava preso sob sua guarda, tendo facilitado a fuga.

O criminoso Wilson Novais Gusmão confessou a autoria do crime durante depoimento ao diretor da Divisão Policial do Interior, Américo Fascio Lopes, revelando detalhes que, segundo o policial, não deixam dúvidas quanto às circunstâncias em que o crime ocorreu. Os demais implicados que estão presos, embora mais cautelosos, ajudaram a compor o quadro, que envolve grileiro e comprova sua determinação em exterminar o advogado. Eugênio Lira conduzia processos judiciais contra os mais importantes grileiros da região, não deixando de fora os "gerentes das fazendas".

Um desses "gerentes", Calixto de Oliveira, conhecido por "Zé Pequeno", que também se encontra preso, confessou a co-

autoria do crime. Ele trabalha na fazenda "Barreirinho", propriedade do grileiro Alberto Nunes, sobre o qual, apesar de seu nome ter aparecido poucas vezes nos depoimentos dos implicados, recaem graves suspeitas da polícia e principalmente dos familiares e amigos do morto. Nunes, em cumplicidade com Naideli Lima Rios, pretendia tomar à força uma área de terra conhecida como Serra Pintada, que se localiza entre suas propriedades. Essa faixa de terra é cultivada por centenas de posseiros, em sua maioria, clientes do advogado Eugênio Lira.

Além de Wilson e "Zé Pequeno", encontra-se preso ainda o pequeno fazendeiro João Costa, que também confessou ter participado do crime.

Além do incômodo que o advogado Eugênio Lira vinha causando aos grileiros da área de Santa Maria da Vitória, região baiana onde são mais acirradas as lutas pela disputa da terra, na cidade crescem cada vez mais os rumores de que os mandantes do crime temiam o depoimento que o advogado faria esta semana na CPI da Terra, na Assembléia Legislativa do Estado. Sabe-se que o depoimento de Eugênio Lira seria ilustrado pela exibição de documentos que comprometeriam figuras da sociedade baiana, alguns inclusive ocupando cargos de relevância na hierarquia estadual.

Embora a viúva Lucia Lira, que possui os documentos, só

Q ESTADO DE S. PAULO

Morte de advogado não evita acusação

A viúva do advogado Eugênio Alberto Lyra Silva, assassinado quinta-feira no município de Santa Maria da Vitória, prometeu ontem apresentar farta documentação e fazer importantes declarações sobre os casos de grilagem naquela região da Bahia, amanhã, na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia.

... na manhã de ontem, no município de Senhor do Bonfim, parlamentares baianos se movimentavam para que, na próxima reunião da comissão parlamentar de inquérito, sejam exa-

minadas detidamente as implicações políticas do assassinato do advogado Eugênio Lyra. O deputado Elquisson Soares, que também é integrante da CPI, declarou ontem que o crime exige das autoridades providências energéticas para "por fim às violências que há muito vêm sendo cometidas no meio rural por grupos econômicos de latifundiários".

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Bahia, Thomás Bacelar da Silva, determinou que a comissão de defesa e assistência da entidade designasse um advogado que deverá acompanhar todas as diligências "na forma da lei" e o andamento do inquérito que deverá ser remetido nas próximas horas para a divisão policial do interior, onde o seu diretor, delegado Américo Fascio Lopes, já assegurava ontem que "tudo indica tratar-se de crime de mando" 25-9-77

Indiciados

Enquanto eram transferidos do município de Santa Maria da Vitória para Salvador os responsáveis pela morte do advogado Eugênio Lira — o pistoleiro Wilson Novais Gusmão, autor do crime, e os articuladores da empreitada, Cantídio de Oliveira (Zé Pequeno) e João Costa —, um outro fato grave foi denunciado ontem na capital baiana: segundo o advogado Herbert Silva Reis, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andaraí, um menor de dez anos, filho do posseiro Arnaldo Magalhães, dessa cidade, localizada a 413 quilômetros de Salvador, foi amarrado e espancado a chicotadas pelo grileiro Godofredo Navarro da Silva, que pretende expulsar numerosas famílias de posseiros da Sesmária de Itaguassu, que diz ser de sua propriedade.

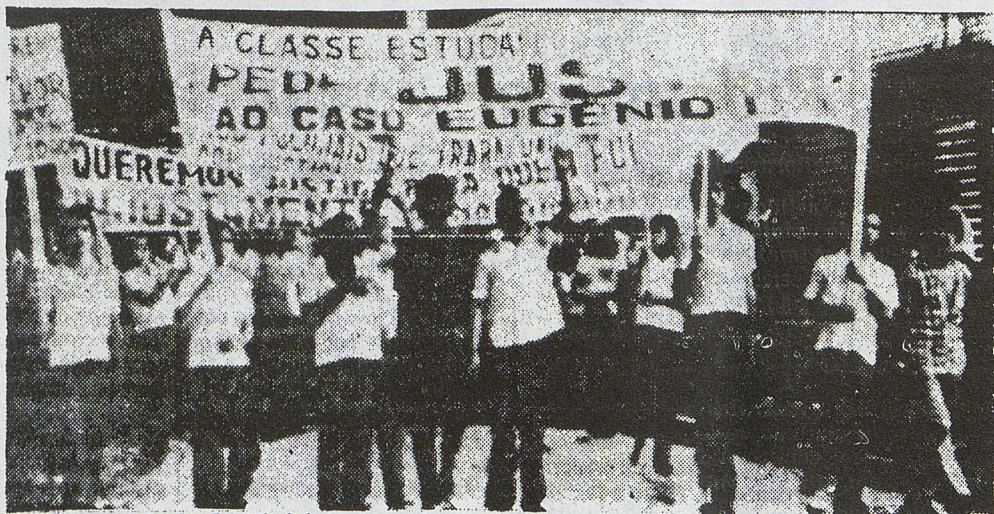
O juiz Carlos Libório, da comarca de Santa Maria da Vitória, alegou, em ofício enviado à Secretaria da Segurança Pública da Bahia, que não existem condições de manutenção dos presos na cadeia da cidade, de onde fugiram recentemente 11 prisioneiros.

Os tres indiciados no inquérito que apura a morte do advogado, voltaram a confirmar ontem sua participação no crime, e mais uma vez, denunciaram os grileiros Valdeli Lima Rios e Alberto Nunes como mandantes do assassinato, confirmando também que Valdeli já se encontrava preso quando foi misteriosamente liberado pelo delegado regional de Santa Maria da Vitória, Eymard Portugal Sena Gomes 7-10-77

pretenda revelá-los em ocasião mais oportuna, chegou ao conhecimento da imprensa que um desses papéis comprova corrupção do juiz Anísio Borges, do município vizinho de Bom Jesus da Lapa. Segundo se comenta, o juiz teria cometido o descuido de assinar recibos de "propinas" que teria recebido de grileiros. Outros documentos revelariam que determinados inquéritos que apuravam mortes de posseiros da área de Santa Maria da Vitória e do município de Coribe teriam sido paralisados para atender determinados interesses pessoais, pois em alguns desses casos os criminosos teriam obtido liberdade por determinação de autoridades policiais.

Na verdade, as acusações de corrupção e envolvimento de autoridades judiciais e policiais com os grileiros da região partem de todos os setores. O delegado regional, Eymard Portugal Sena Gomes, por exemplo, além de ter contribuído para a fuga do principal mandante do crime, relutou em prender o assassino quando o localizou, tentou dificultar a acariação com testemunhas oculares do crime, tentou também alterar a data da atuação em flagrante, para que o criminoso obtivesse "habeas corpus". Além disso, em noite de bebedeira na cidade, segundo se comenta, ofendeu publicamente o advogado assassinado.

30-9-77



Em Santa Maria da Vitória, a população exige punição para os mandantes do crime.

O ESTADO DE
S. PAULO

protestos

A missa programada para amanhã, com a presença de centenas de posseiros, na praça Luiz Viana Filho, em Santa Maria da Vitória, encerrará uma semana marcada por uma série de manifestações populares que movimentaram a cidade desde o assassinio do advogado Eugênio Lira. Esta semana houve passeatas, concentrações em praça pública, missas solenes e sermões onde foi repudiada a violência gerada pela grilagem. Os manifestantes clamaram por Justiça e exigiram punição "para os mandantes do crime".

Todos, na cidade, participaram das manifestações, que não foram esvaziadas sequer pelas chuvas que caíram nos últimos dias na região. Com efeito, foi sob uma forte chuva que 400 alunos do Centro Educacional Santamaricense saíram numa passeata silenciosa pelas ruas da cidade, na noite de anteontem, ostentando faixas onde pediam que os assassinos não deveriam ser transferidos para Salvador. "Queremos justiça para quem foi injustamente assassinado" dizia uma dessas faixas.

O silêncio da passeata foi observado com mais rigor quando a multidão passou em frente à casa onde residia Eugênio Lira. Ali, os estudantes pararam por um minuto, fazendo o mesmo, depois, em frente à barbearia de Benjamin Pereira da Silva, perto de onde o advogado foi assassinado. Ele estava chegando para cortar o cabelo quando foi atingido pelos disparos. Benjamin foi a primeira pessoa a tentar socorrê-lo.

Na Serra Pintada, ontem de manhã, mulheres de posseiros choravam em grupos, amparando-se umas às outras, pela morte de Eugênio Lira. Espremida entre as fazendas de Alberto Nunes e Valdell Lima Rios, Serra Pintada apenas repetiu o clima de revolta que se observara na

noite de quarta-feira, durante a concentração realizada em frente à igreja de Santa Maria da Vitória, depois da passeata estudantil. Durante a manifestação, foram lidos vários manifestos e alguns, mais exaltados, disseram que o assassinio estava vinculado "ao estado de coisas em que vivemos".

Além dessas manifestações, os moradores estão fazendo um abaixo assinado pedindo o afastamento do delegado regional Eynard Portugal Sena Gomes da presidência do inquérito relativo a morte do advogado. Ontem à tarde, o documento já tinha 500 assinaturas, e deverá crescer quando for passado na Vila de São Félix, aglomeração de casas mais pobres de Santa Maria da Vitória e onde Eugênio era muito conhecido.

30-9-77

Na tarde de ontem, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia distribuiu cópia de um abaixo-assinado que os moradores dos municípios de Santa Maria da Vitória e Coribe enviaram ao secretário da Segurança Pública, Luis Artur de Carvalho. O documento solicita o afastamento do delegado regional Eynard Portugal Sena Gomes do inquérito que apura o assassinio do advogado Eugênio Lira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos dois municípios.

O abaixo-assinado, cuja primeira das 570 assinaturas é do bispo José Nicomedes Grossi, de Bom Jesus da Lapa, afirma que "não somente neste caso, como em outros, o referido senhor toma abertamente o patrocínio de causas dos economicamente poderosos, assumindo uma conduta totalmente arbitrária, revoltante, contra qualquer princípio de justiça". 6-10-77

O ESTADO DE S. PAULO

Boaventura acusado de mentir na CPI

O deputado Alzira Gomes, que recentemente depôs na CPI de Terras em Brasília e acusou o deputado Sinval Boaventura de grileiro, voltou a acusa-lo em Goiânia, ontem, dizendo que o parlamentar "faltou a verdade ao prestar depoimento na CPI do Congresso Nacional sobre a questão de terras". Segundo Alzira Gomes, um cidadão de nome Heráclito Mariano de Oliveira, que o deputado Boaventura apresentou à CPI como peão empresário rural, sócio de seu filho, e na verdade "um perigoso pistoleiro em regime de livramento condicional, cunhado do deputado Sinval Boaventura".

O deputado Alzira Gomes exibiu aos jornalistas em Goiânia uma certidão

na qual consta que "o indivíduo Heráclito Mariano de Oliveira foi condenado pela comarca de Goiânia à pena de seis anos e seis meses de reclusão por infração ao artigo 121 do Código Penal Brasileiro".

Contestando ponto por ponto as declarações de Sinval Boaventura a CPI das Terras, o Parlamentar goiano afirmou ainda não ser verdade que posseiros da região tenham sido influzados a invadir as propriedades do filho do deputado, uma vez que o grupo de Boaventura é que promove a invasão de posses centenárias, expulsando pela violência seus titulares. O deputado Alzira Gomes contestou, também, que Boaventura tenha acertado as contas com os posseiros, indenizando-os: "Acerrou sim — diz ele — mas com o bacamarte nas mãos de seu cunhado presidiário que, por agredir e espancar várias pessoas, acabou sendo baleado por um posseiro que o pistoleiro tentara assassinar depois de um espancamento".

Quanto a Heráclito Mariano de Oliveira, o deputado afirma o seguinte: "O cunhado de Sinval Boaventura não é nenhum cidadão respeitável como procuram apresentar. Ele foi condenado por ter assassinado o médico Mário Oscar de Santana, destechando-lhe cinco tiros, quatro dos quais em regiões mortais, o que demonstra sua periculosidade. Menos de dois anos depois de preso, fugiu do Cepango, ficando foragido pelo período de dois anos e nove meses. Atualmente, de acordo com essa certidão, está em liberdade condicional, o que o impede de andar armado e agredir pessoas, como vem fazendo há muitos anos na região norte de Goiás".

Denunciada expulsão

BRASILIA (Sucursal) — O Bispo de Palmas (Paraná), d. Agostinho José Sartori, e o pastor luterano Gernote Kirinus, em depoimento conjunto prestado na Comissão de Inquérito da Câmara que investiga o Sistema Fundiário, responsabilizaram a nova orientação da política agrária nacional como responsável pela expulsão do pequeno agricultor do campo.

Os dois religiosos atribuem a essa nova política o desencadeamento de uma "sutil violência" para afastar o homem pobre do campo, usando como instrumento a pressão econômica, através de meios como os seguintes: hipoteca da terra na compra de maquinaria, inseticidas e outros insumos, a preços exorbitantes, e superiores à capacidade de endividamento da área.

DESENVOLVIMENTO

"O desenvolvimento econômico gerado no campo concorre, inversamente, ao subdesenvolvimento do agricultor, que se encontra diretamente ligado à terra" — disseram os dois depoentes. Conforme declararam, "sempre que se soma um novo progresso econômico no País, onde a agricultura desempenha um importante papel, o trabalhador é visto apenas como mão-de-obra e é, cada vez mais, alienado da propriedade da terra, que valoriza inflacionariamente".

A política de orientar a agricultura para a exportação também foi criticada pelos dois. 4-9-77

Bispo da Bahia denuncia ameaças

O bispo de Juazeiro, D. José Rodrigues de Souza, denunciou ontem, na CPI da Terra da Assembleia Legislativa da Bahia, que vem recebendo ameaças do grileiro Otacílio Souza Nunes Neto, por prestar assistência a posseiros que estão sendo pressionados para abandonar as terras que ocupam em sua diocese. D. José revelou que também uma freira, irmã Josefina, está sendo ameaçada, pelos mesmos motivos.

Segundo o bispo, o grileiro, "além de ameaçá-lo, tem ido à área em litígio com os posseiros e feito disparos para o ar com arma de fogo". E acrescentou que, ultimamente, Otacílio tem sido acompanhado por pessoas de projeção na sociedade de Juazeiro, induzidas a acreditar que as ações em curso na Justiça se devem à atuação da irmã Josefina, a quem chama de "a emissária do bispo".

Durante a reunião da CPI da terra, D. José entregou aos deputados uma relação nominal de pessoas que, removidas de suas terras em função das obras de construção da barragem de Sobradinho, deixaram de receber indenizações da Chesf, encontrando-se, atualmente, em sérias dificuldades econômicas. Essas pessoas, que hoje vivem às margens do lago de Sobradinho, segundo informações do bispo, passam fome, bebem água salobra e não possuem sementes para plantar. O documento contém 231 assinaturas de chefes de famílias que se consideram prejudicadas e descreve cada caso.

Essa relação foi motivada pelo depoimento do superintendente regional da Chesf que, na CPI da Terra, desafiou os bispos da região a apontarem os casos de injustiça cometidas pela empresa. O bispo de Juazeiro, entretanto, informou aos deputados que os 231 casos foram apenas os primeiros que denunciara.

Bispo de Propriá

O bispo de Propriá, D. José Brandão de Castro, reiterou em palestra na Assembleia Legislativa de Sergipe as denúncias que fez sobre grilagem na CPI de Terras, em Brasília, quando acusou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (Codevasf), ligada ao Ministério do Interior, de responsável pela situação de abandono em que se encontram centenas de lavradores no interior do Estado.

Na tarde de ontem, os deputados Elquisson Soares (MDB) e Edvaldo Lopes (Arena), ambos integrantes da CPI, divulgaram uma lista com os nomes dos principais grileiros denunciados na Assembleia, durante os trabalhos da CPI da terra. São eles: Godofredo Navarro da Silva, Germiniano Teles da Cruz, Roberto Souza Leão, Luís Américo Lisboa, Alberto Nunes, Alexandrino Agostinho de Souza, Genner Pereira da Rocha e Joaquim Castro Lessa. O grileiro Alberto Nunes é apontado, também, como um dos responsáveis pelo assassinio do advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e Conbe, Eugênio Lira.

Condenada a política agrária

"Se o governo continuar com sua política de proteção aos grandes investidores rurais, o Brasil terá de importar os gêneros de subsistência necessários à alimentação da população em pouco tempo. Não podemos cair na mesma situação do Chile de 1973, ou na de Cuba, em que 75% da alimentação eram importados". A advertência foi feita ontem, em Curitiba, pelo professor de Direito Agrário da Universidade de São Paulo, Fernando Pereira Sodero, durante o I Ciclo de Estudos de Direito Agrário, promovido pelo Instituto de Terras e Cartografia.

Segundo ele, nas principais capitais do País, especialmente São Paulo, os grandes investidores estão afastando o cinturão verde que envolve as cidades, expulsando os agricultores para terras mais distantes e menos férteis, encarecendo, inclusive, os produtos hortigranjeiros. "De uns anos para cá — disse — voltou-se à idéia de que só a grande propriedade produz e com isso justifica-se o latifúndio, mas isto não é verdade". 5-10-77

reafirma denúncias

Ao falar sobre "a Pastoral da Terra", em palestra realizada por iniciativa da ala jovem do MDB, referindo-se ao que aconteceu no interior de Sergipe por ocasião da desapropriação de uma fazenda pela Codevasf, o bispo disse que "não se leva o povo em consideração, planeja-se o que bem se entende, promete-se tudo de bom mas, na hora da execução, o povo é quem sofre na própria pele".

O ESTADO DE S. PAULO

Câmara prorroga a CPI

A CPI da Câmara que investiga o sistema fundiário será reconstituída no final deste mês, devendo prorrogar os seus trabalhos por

mais três meses, segundo ficou definido nos entendimentos mantidos entre as lideranças do MDB e da Arena. 15-9

final da CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou problemas fundiários no Brasil encerrou ontem seus trabalhos, em reunião tumultuada pela discussão entre seus membros, quando estava para ser votada em plenário resolução que determinaria sua prorrogação por mais 30 dias. À tarde, a troca de acusações se repetiu no plenário, quando o segundo vice-presidente da Câmara, deputado Ademar Santillo (MDB-GO), acusou o relator da Comissão, Deputado Jorge Arbage (Arena-PA), de haver adulterado o projeto de resolução, impedindo que na prorrogação de seus trabalhos a CPI pudesse ouvir novos depoentes.

Esse episódio foi o fecho de uma série de negociações entre as lideranças da Arena e do MDB com os membros da CPI, iniciadas com um pedido do deputado Jorge Arbage no sentido de que a CPI da Terra fosse reinstalada para que pudessem ser aprofundadas as denúncias ali apresentadas e lhe fosse dado maior prazo para elaboração do relatório final. Embora essa

O ESTADO DE S. PAULO

Bispo denuncia escravidão

A manutenção de regimes de "escravidão branca" no município de Porecatu, norte do Paraná, pelos administradores de uma usina da Copersucar, e na Fazenda Padroeira do Brasil, no município de Matelândia — pelo proprietário Francisco Paulo José Minolli — foi denunciada ontem, em Curitiba, pelo bispo da cidade de Palmas, d. Agosti-

idéia fosse aceita a princípio, denúncias posteriores registradas na comissão envolviam membros do partido do governo, como os senadores maranhenses José Sarney e Alexandre Costa, o que teria levado a direção arenista a cogitar da negação do pedido.

Ém comum entendimento com as lideranças da Arena e do MDB, os deputados Jorge Arbage e Genervino Fonseca solicitaram, considerando impossível a reinstalação, que a CPI tivesse prorrogado seu tempo de duração por mais 30 dias.

O prazo da CPI esgotou-se ontem e até quinta-feira o plenário da Câmara não havia apreciado o pedido. Ontem pela manhã, a comissão se reuniu e o deputado Genervino Fonseca, depois de aprovar um relatório elaborado pelos emedebistas Walber Guimarães e Jerônimo Santana, deu por encerrados os trabalhos, alegando que seu projeto de resolução fora alterado pelo relator e que havia, aquela altura, encaminhado requerimento solicitando sua retirada da ordem do dia. 1-10-77

O ESTADO DE S. PAULO

Bispo denuncia escravidão

nho José Sartori. O teor de suas denúncias está sendo impresso para distribuição aos representantes do clero que exercem atividades nas pastorais rurais do Estado. D. Sartori denunciou, ainda, várias empresas colonizadoras, entre as quais a "Norte do Paraná", de tráfico de influência, abuso de poder e arbitrariedades. 28-9-77

Caíçara perde tudo

"Duzentos anos de trabalho se dissolveram na frente de uma metralhadora", diz um trecho da carta que os caíçaras donos de posses na Praia de Trindade enviaram ao ministro da Justiça, Armando Falcão, e aos escritórios do Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — do Rio de Janeiro e Paraná. Na carta, protocolada sob número 24.019 na Divisão de Comunicações do Ministério, no

Rio, são feitas denúncias de abusos praticados pela empresa Parati Desenvolvimento Turístico S/A., a "companhia", como é conhecida entre os caíçaras. A carta foi entregue acompanhada de 29 depoimentos de moradores da praia relatando espancamentos, prisões arbitrárias e ameaças que vêm sendo feitas pelos "homens da companhia". 11-9-77

11-9-77

O ESTADO DE S. PAULO

Bispo denuncia 'expatriação'

"Mais de cem mil famílias de agricultores, expulsos de suas terras no Brasil, emigraram para o Paraguai nos últimos anos. Essa expatriação torna-se absurda para cidadãos que vivem num país onde há 70 milhões de hectares de áreas aproveitáveis sem qualquer tipo de exploração."

procura mostrar que os problemas enfrentados pela "grande massa de trabalhadores rurais do Paraná têm causas bastante definidas". E cita entre elas "a modernização da agricultura do Estado, implantada por grandes empresas agrícolas, por meio de incentivos fiscais, reconcentrando as terras em mãos de poucos" e ainda "o alastramento do latifúndio sobre as re-

giões mais férteis do Oeste e Sudoeste do Estado, pressionando as famílias de pequenos agricultores a vender suas terras e, em se tratando de posseiros ou de meeiros, expulsando-os da terra, muitas vezes sem justa indenização". Há também, ainda segundo o bispo, "o empobrecimento acentuado dos pequenos agricultores de terras menos férteis do Sudoeste que, sem recursos nem apoio técnico e diante da instabilidade dos preços de seus produtos, ficam expostos à expropriação de atravessadores e comerciantes". D. Agostinho denuncia que "as cooperativas foram empurradas pelos grandes proprietários e estão mais inclinadas a ajudar os grandes agricultores a expulsar os pe-

quenos de suas terras, ao invés de protegê-los". E diz que se refere sobretudo aos projetos de colonização realizados por meio de cooperativas.

D. Agostinho revela ainda que "a política oficial de garantia de preços mínimos tem favorecido muito pouco os pequenos agricultores, por causa das deficiências de armazenagem". E comenta: "As cooperativas que poderiam preencher essa lacuna estão sendo concebidas como empresas comerciais."

D. Agostinho lembra depois que "a maioria dos trabalhadores rurais do Paraná já não trabalha mais com sua família, num pedaço de terra de sua propriedade, plantando o produto para si e para vender". Observa

que "esse tipo de trabalhador, em 1960, representava 62 por cento do total existente no Estado, caindo para 37 por cento em 1972". O bispo diz ainda que os trabalhadores assalariados, que eram apenas 28 por cento do total em 1960, aumentaram para 58 por cento em 1972. "isto é, murais da metade dos trabalhadores existentes no Paraná".

Outros números citados por D. Agostinho: "Em termos de Paraná, o processo de modernização já expulsou, de 1967 a 1972, 19 por cento dos donos de minifúndios, 8,5 por cento de arrendatários, aumentando em 27,9 por cento o número de boiatarrias. Em números, os boiatarrias cresceram de 230.992 para 774.400" 29-9-77

Bispos orientam lavradores

SALVADOR (O GLOBO) — Os bispos de oito dioceses situadas ao longo do Vale do São Francisco vão desenvolver um trabalho com vistas a orientar os lavradores que tiveram suas casas desapropriadas pela construção da barragem do Sobradinho e pelos projetos de irrigação na área. O anúncio foi feito pelo Bispo de Juazeiro, na Bahia, Dom José Rodrigues, depois de uma reunião realizada no último fim de semana, que congregou bispos e outros religiosos da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

No caso de Sobradinho, 50 mil pessoas foram desaloja-

das e, embora a Chesf tenha providenciado sua transferência para novas casas em Bom Jesus da Lapa, a maioria não quis ir e está vivendo nas margens da barragem, em extrema miséria". Eles alegam que ir para Bom Jesus da Lapa seria enfrentar o desconhecido, sem contar a grande distância de Juazeiro, onde teriam de deixar parentes.

Projetos

Quanto à Codevasf, o bispo disse que não existe sequer um plano de recolocação das pessoas que tiveram ou

vão ter suas casas desapropriadas, nos quatro Estados nordestinos banhados pelo rio São Francisco. Informou Dom José Rodrigues que somente em Juazeiro estão sendo implantados três projetos: o "Tourão", que prevê o desenvolvimento do cultivo da cana de açúcar e o desalojamento de 50 famílias; o "Curaçá" e o "Maniçoba", ambos voltados para o plantio de produtos de exportação, prevendo, respectivamente, o desalojamento de 55 e 150 famílias, havendo ainda o "Massangano", cujo número de desapropriações ainda não foi calculado.

— Não há tabela de avaliação de casas, e o valor do pagamento depende da resistência do proprietário. Se este aceita a primeira avaliação, recebe uma quantia ínfima pela sua casa e fica sem ter onde morar — afirmou o bispo.

O trabalho desenvolvido pelas dioceses da região (algumas já começaram) consiste em reunir as comunidades que estão sendo prejudicadas e orientá-las sobre os direitos que têm, de se unir para conseguir o que precisam", segundo Dom José Rodrigues. 11-10-77

Bird defende reformas

O Nordeste ainda é uma das regiões mais pobres do mundo, com renda per capita anual inferior a US\$ 300, apesar dos projetos de impacto, "fáceis de elaborar e de justificar", afirmam os economistas Gary Kutcher e Pasquale Scandizzo, destacados pelo Banco Mundial para fazer uma pesquisa encomendada pela Sudene. A pesquisa utilizou 5 milhões de dados, recolhidos de uma amostra que englobou 8 mil propriedades. O Bird, com base nesse material, recomenda a reforma agrária como pré-requisito para o desenvolvimento da região e condena a monocultura da cana, sugerindo a ampliação do cultivo de cacau, algodão, milho, feijão e arroz. 2-10-77

PRAZO

O prazo para as conclusões dos trabalhos da CPI do Índio foi prorrogado para o dia cinco de dezembro 23-9-77

denúncia

GENEBRA — O etnólogo suíço René Fuerst, que participa da Conferência sobre a Dis-

criminação dos Povos Aborígenes, que se realiza no Palácio da ONU, em Genebra, acusou ontem o Brasil e os Estados Unidos de praticarem o genocídio contra as populações indígenas.

Segundo o etnólogo, o Brasil,

foi o único país a negar visto de saída a uma representação indígena que pretendia assistir à conferência 8-10-77

Delegado diz quem envenenou a água

O delegado Aureliano Pires Vasques, de Teodoro Sampaio, revelou ontem que foram o capitão Benjamin de Souza e os peões Edgard Barbosa e André Joaquim Maria que envenenaram, no dia 22 último, a água de um poço da Fazenda Santa Rita, naquele município, onde 69 famílias de posseiros estão ameaçadas de despejo. Segundo os três, a água foi envenenada com uma lata de creolina por ordem do fazendeiro Justino de Andrade, para quem trabalhavam, e que se diz proprietário dos 293 alqueires da gleba Santa Rita do Pontal. 19-9-77

O delegado confirmou também que se os posseiros não abandonarem a gleba até segunda-feira, quando se esgota o prazo dado pelo juiz Dirceu dos Santos, será usada força policial para garantir o despejo. Vasques informou que os colonos serão abrigados provisoriamente no salão paroquial, no grupo escolar, em um velho cinema, na antiga delegacia de polícia e no clube social de Teodoro Sampaio, até que encontrem novos meios de sobrevivência. 19-9-77

Funai esvazia área para evitar conflito

Todas as famílias de colonos que vivem na localidade de Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal, foram retiradas da área para evitar um conflito de maiores proporções entre brancos e índios carajás. Os índios

estão revoltados porque um carajá foi baleado gravemente durante um conflito e, em represália, queimaram várias casas do povoado, causando pânico na região. 13-9-77

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Três corpos no garimpo

O LIBERAL

A exploração de jazidas de cassiterita em uma área onde não existe polícia nem qualquer órgão público do setor de minérios está provocando um clima de tensão e violência no sul do Pará, na região próxima a São Felix do Xingu, onde em menos de três semanas quatro garimpeiros foram mortos. Ontem a polícia do Pará foi informada de que os corpos de mais três garimpeiros foram encontrados no rio São Sebastião, afluente do rio Xingu, já em avançado estado de decomposição. Eles tinham as orelhas cortadas.

Chico Anta, Nego Cícero e José Maria eram antigos garimpeiros do Xingu, e a morte dos três está sendo atribuída a 12 pistoleiros, que teriam sido contratados por companhias mineradoras instaladas na área, desde que foi confirmada a existência de grande quantidade de cassiterita. Atualmente, existem quase dois mil garimpeiros e três companhias trabalhando na região.

São Félix é a frente pioneira mais recente da Amazônia. 26/8/77.

Posseiro acusa multinacional na CPI dos minérios

O LIBERAL

BRASÍLIA — Ao depor ontem na CPI dos minérios da Câmara o posseiro Edys Xavier, acusou a multinacional Penarroya do Brasil S/A de "implantar o terror na região de Boquira" e fez um apelo ao presidente Geisel, para que mande investigar o que se passa naquela área. Revelou que a situação é grave, tendo ele sido preso e torturado por ordem do chefe político local, José Lins da Costa, que é empregado da empresa e dirigente da Arena.

Um dos posseiros, Rosalvo Rufino dos Anjos, disse que a população local "vive na miséria, sem direito a nada e sem receber os "royalties", que são pagos — na base de Cr\$ 300 mensais — alguns privilegiados". Segundo ele, a quantia a ser paga seria, nos dias de hoje, cerca de Cr\$ 800,00. Desmentiu ainda que haja hospital, escola e um clube social, o "Águia de ouro", à disposição dos posseiros, conforme disseram os depoentes anteriores, revelou que quem quiser fazer consulta tem de pagar Cr\$ 100,00 sem direito a recibo.

Revelou, também, que os trabalhadores da mina — cerca de 600 não têm direitos trabalhistas e que muitos desaparecem misteriosamente, comenta-se prosseguiu o depoente que quando há alguma reclamação procedente, o empregado pode morrer e ser enterrado em sacas de serragem, com os corpos retalhados.

NA CIDADE DO CARVÃO

Versus agosto-setembro 77

Criciúma.

É nas minas de carvão que trabalha a maior parte dos homens negros da cidade: as mulheres, como sempre, são domésticas nas casas de família. «O trabalho nas minas é difícil para todos - diz um mineiro negro - mas na verdade é mais duro para nós que ficamos com os piores encargos, com os mais difíceis».

Um ditado resume o estado de espírito da cidade: «mina que não tem negro não vai para frente». Isto, ao invés de garantir-lhes um emprego, demonstra que a eles estão reservados os trabalhos mais pesados. Se a abolição desobrigou o negro de fazer o trabalho escravo, ele continua responsável por este trabalho, na mente das pessoas. «E o pior, segundo o mesmo mineiro, é que se ganha menos por este trabalho».

O mineiro desce mais de 90 metros abaixo da terra. Lá, em galerias que chegam ter 1,40 de altura, é obrigado a trabalhar curvado seis horas por dia, tempo que geralmente é aumentado, já que é preciso fazer horas extras para garantir um salário maior. O ar respirado no fundo da mina é quente e se confunde com o pó do carvão. O salário é de 1.800,00.

De acordo com os mineiros, o salário real é de 6.000,00, mas os trabalhadores das minas são registrados com serventes de produção, forma encontrada pelos empresários para pagar um salário menor. Às vezes o chão da mina é uma subida. Aí o mineiro é obrigado a empurrar o carrinho cheio de carvão, mais de 500 kgs, com a cabeça. O joelho nua, no chão molhado.

Coisas comuns na sua vida são doença e carvão. O carvão que ele persegue durante toda a sua vida; a doença que o persegue até a morte. Broncopneumonia, doenças de coluna, os ossos das pernas doloridos. Mas o problema maior, segundo eles, não é a doença, mas o medo de acidente que pode ocorrer, o acidente que lhes privou do companheiro.

Nas minas todo mundo sofre, e duro é que quando a gente sai da mina ainda é discriminado em certos lugares, diz o mineiro negro.

De acordo com os negros, pode-se trabalhar em qualquer lugar, todas as portas estão abertas, mas apenas para limpar, lavar ou carregar as coisas.

Na sua opinião, o Ministério do trabalho é omissos ("como toda e qualquer autoridade estadual ou federal") e é grande a tensão na área. O juiz de direito, o prefeito e toda e qualquer autoridade, segundo o depoente, "são dominados pela Penarroya, inclusive o juiz, que mora em casa da empresa".

O posseiro Edys Xavier disse que é comum o trabalhador ser preso e torturado pela Polícia de Boquira ao som "de rádio bem alto, para que o povo não escute os gritos". Ele mesmo foi preso batalhão de Feira da Conquista e torturado porque é considerado inimigo da Penarroya. Garantiu que é comum a invasão de terras por parte da Penarroya, sem que haja satisfação de qualquer espécie. Ele mesmo teve sua terra invadida e a empresa constrói uma casa dentro de seu terreno. Disse ainda que falta água na cidade para a população, mas jamais para as terras da firma e para a piscina da mineração, "sempre cheia de autoridade." O deputado Noide Cerqueira(MDB/BA) disse a certa altura que os depoimentos justificavam "a ida de uma comissão parlamentar à Boquira, pois temos aqui coisas bastantes graves". O posseiro Xavier repetiu que o clima de insegurança em Boquira é "de endoidar". Há poucos dias, segundo revelou aos jornalistas, um soldado matou uma criança e ficou por isso mesmo, "pois ele fugiu para a Vitória da Conquista", sempre com a cobertura da Penarroya".

NO METRO DO RIO

MOVIMENTO 10/10/77

Onde está Jurandir, que desapareceu nas obras do metrô do Rio?

A revolta dos operários do metrô, contra o tratamento desumano a que são submetidos ("Somos tratados como bichos") tem provocado por parte das empresas responsáveis um comportamento a cada dia mais violento.

Em setembro, no Lote 4, na avenida Chile, um operário foi morto a tiros em uma simples discussão sobre vale de refeição. A única providência da companhia foi demitir o morto.

Contratado pela Eci- cel, Jurandir veio do Paraná com mais uma centena de operários e a promessa de bons alojamentos, boa comida e um salário compensador. Ao chegar, revoltou-se, como todos os demais, contra os imundos colchões de palha empoeirados e a comida "que nem cachorro de madame come". "Tem que denun-

ciar aí que o dia que a Saúde Pública veio aqui no lote fazer inspeção mudou tudo. Eles vestiram roupas brancas e botaram toalha nas nossas mesas

Fora as péssimas condições de higiene, o problema mais sério do metrô diz respeito aos acidentes e mortes ("muitos de nos estão enterrados nestas lages de concreto") e a displicência com que as empresas responsáveis tratam do assunto, ("Não houve nada, morreu mais um, dá baixa na carteira e acabou.

Não há qualquer investigação, não se avisa às famílias, nada.").

No último dia 3, mais dois ônibus, transportando 120 operários, chegaram do Paraná. Recrutados em bares e esquinas, sempre ao som de muitas promessas, os trabalhadores vieram procurar melhores oportunidades no Rio e alguns já se preparam para voltar com um único objetivo: "espalhar aos quatro ventos do Estado sobre a violência que existe aqui e sobre as mentiras que eles pregam pra convencer".

Belém: a fumaça da Usina de Lixo

Provincia do Pará

Como numa história enfadonha e desagradável, todo o dia é sempre a mesma coisa. Faça chuva ou não, de manhã, de tarde ou de noite, e até mesmo de madrugada, as nuvens de fumaça expelidas pela Usina de Lixo e pelo Forno Crematório, trazem moscas e outros insetos, e, conseqüentemente, várias doenças. Os moradores, pobres personagens, não dormem sossegados, e comem procurando se livrar de moscas e mosquitos. As crianças, mais vulneráveis em sua constituição física, em sua maioria atacadas de escabiose e de bronquite asmática, atestam bem as aflições existentes no bairro da Cremação.

estão com as pernas tomadas por uma coceira que se alastra rapidamente por outras partes do corpo. Muitas apresentam sintomas de bronquite asmática, assim como constantemente estão com febre.

De longe o odor desagradável identifica o bairro da Cremação, apesar dos pesares um dos mais populosos de Belém. E os que nele moram são unânimes em criticar veementemente a Prefeitura Municipal de Belém.

OS CATADORES DE LIXO

Para o diretor da Limpeza Pública, os catadores de lixo, em absoluto, não existem. João Alves do Nascimento (Passagem Teixeira 303) e Raimundo de Souza Brás (Passagem Santa Lúcia 22), garotos na faixa etária dos 9 aos 13 anos, desmentem isto. Franzinos, ontem à porta do Forno Crematório, esperavam ansiosos a oportunidade de entrar para começar o que fazem vários dias na semana, ou seja, catar vidro, alumínio e outros materiais em meio aos montes enormes de lixo. Alheios ao perigo que correm, explicam que ganham 20 centavos por uma determinada quantidade de vidro (eles não souberam precisar) e 8 cruzeiros pelo quilo do alumínio.

Mas não só de catadores vive o Forno Crematório. Há também os bagulheiros, adultos que de sacola embaixo do braço, procuram encontrar nos montes de lixo, alguma coisa aproveitável. São encontrados às dezenas em frente ao Forno Crematório. Indagamos sobre o que faziam ali, responderam contrariados, que o administrador não estava querendo deixar que eles entrassem para apanhar sobra de produtos comestíveis de um recente incêndio num depósito de supermercado da cidade

"O administrador é barão e não precisa disso. Ele devia era distribuir entre a gente que é pobre". Como um funcionário da PMB se aproximasse, fizeram questão de alterar a voz: "Bando de aproveitadores que só querem para eles. Não custava nada distribuir entre a gente pobre do bairro".

550 cruzeiros para trabalhar com lixo. E sem segurança

Faces enrugadas, mãos lombadas de calos secos, e o cheiro denunciante, os trabalhadores do Forno Crematório disseram que acharam graça quando uma equipe de universitárias lhes perguntou se não tomavam leite para enfrentar a fumaça. "Sabe lá há quanto tempo não vejo leite. Só sei que ele ainda não mudou de cor". Assim, fazendo troça de sua situação, um dos trabalhadores disse que tem 7 filhos e que mora longe da Cremação. "Lá no Guamá"

"Trabalho no lixo e dou duro. Se pego um golpe, fico vazando em sangue. E a assistência médica do DMLP? Só para funcionário barão, seu moço"

os trabalhadores denunciaram o trabalho que fazem. Entre outras coisas, disseram desconhecer os dispositivos de segurança exigidos pelo Ministério do Trabalho para trabalhos classificados como perigosos. Chegam de manhã e jogam os lixos nos escovões usando apenas calção. Como calçados usam chulipas, que sugerem terem sido tiradas do próprio lixo. Levando-se em conta a temperatura que enfrentam a beira da fornalha é fácil deduzir que estes homens estão muito aquém de preencher os requisitos exigidos pela Campanha de Prevenção de Acidentes, desencadeada em todo o País pelo Governo Federal há bem pouco tempo.

PRESIDIARIOS

Presidiarios também são usados no Forno Crematório. Quando há necessidade, a administração do órgão convoca equipes formadas por 8 elementos. Eles têm que se desdobrar para conseguir dar conta do recado. Os trabalhadores espucaram ainda que há vários contratados que ganham mensalmente 450 cruzeiros. Indagados sobre o propalado aumento para os funcionários da PMB, disseram que "esta conversa a gente já vem ouvindo há vários anos", e há vários anos que o salário é o mesmo.

PEÇAS INTEGRANTES

Convivendo há mais de uma década com o lixo, os trabalhadores do Forno Crematório são peças integrantes de tudo o que se faz ali. Em sua simplicidade, este grupo de braços sujeitos às mais variadas doenças é exemplo patente da caótica situação em que se encontra esse órgão da PMB. Situação esta que vem provocando uma série sem precedentes de problemas para todos os que estão às proximidades. E neste todo, estão incluídos milhares de pessoas, entre moradores e trabalhadores, que embora confundidos entre si possuem uma causa comum: a luta pela sobrevivência.

27-7-77

MAIS POLICIAMENTO

FOLHA DE S. PAULO

Os alojamentos construídos pelas empreiteiras do Metrô parecem campos de concentração, cercados por telas de arame. Dentro deles dormem homens de dia e de noite, conforme os turnos de trabalho, angustiados e estafados.

Ali os homens descansam da dura faina das 7 às 19 horas e das 19 a 7, quando comem poeira e vão ficando surdos com barulho infernal das máquinas.

A maior queixa do operário Paulo Roberto Dias Santana, 19 anos, é contra a firma subempreiteira Sideral, que o emprega. "Prometeram muito, não cumprem nada". Ficou doente (pneumonia) e se tratou por iniciativa própria, indo a hospitais.

O Metrô culpa as empreiteiras e estas as subempreiteiras que despedem operários, mas não pagam salários e indenizações no ato. Os encarregados, segundo os operários, são mais carrascos do que funcionários. Nos lotes são constantes as intervenções da Polícia Militar para acalmar os ânimos. No Lote 23 (Tijuca) os elementos de segurança conseguiram demover os operários de fazer uma greve: "iam fazer bobagem, embora passem por situação revoltante", admitem.

Segundo o delegado regional do Trabalho, Luiz Carlos de Brito, a situação dos trabalhadores do Metrô "é inadmissível, não pode continuar".

Brito reclama das empreiteiras que atraem operários do Interior para o Rio com falsas promessas, anunciando altos salários, colchões de mola e até aparelho de TV a cores nos alojamentos. "Isto é desonesto".

Noel de Almeida exigiu que os empreiteiros tratem os operários mais humanamente, dando-lhes mais higiene e melhor comida, sob pena de terem os lucrativos contratos de construção rescindidos. "Não aceito que numa obra de tal porte se economize vitens à custa do conforto do trabalhador".

Foi cordial o encontro do presidente do Metrô com os empreiteiros, tanto que depois de discutirem as condições de alimentação dos operários, todos foram almoçar no Hotel Trocadero.

Condenou também os anúncios com promessas mirabolantes para atrair operários e anunciou policiamento junto aos canteiros de obras, em dias de pagamento, para evitar assaltos. 18-9-77

o relato de metalúrgicos

DE FATO '18

Há muito acidente por pura falta de segurança

Eu trabalho numa empresa de montagem, uma empreiteira, que faz contrato para montar um forno, por exemplo. É serviço de peão mesmo, é inconstante, não existe solidariedade, porque é um entra e sai de pessoas. A gente passa quatro meses em uma cidade, três meses noutra. Somos sindicalizados aqui em Belo Horizonte e saímos por aí viajando e trabalhando para onde a empresa mandar, isso provoca muita desvinculação e não há seções específicas, o que muda muito os companheiros.

A gente é chamado de peão de trecho, a empresa é sempre a mesma, muda o local de trabalho.

Muitas vezes somos obrigados a trabalhar sem a mínima segurança, por exemplo, subir num poste de 30 metros de altura sem o cinto de segurança. Geralmente não tem sanitários, nem refeitórios, a gente come no trabalho em marmitas, não há água tratada nunca. Há muitos acidentes por pura falta de segurança. Sei de um caso de um companheiro que caiu de uma altura de 20 metros, quebrou a bacia, a perna e um braço. Ele era electricista, até hoje está no seguro. A firma não faz nada, só encaminha para o INPS. No caso desse companheiro, mandaram para a cidade mais próxima, a uma hora e meia e ele ainda ficou na dependência de transporte. Este tipo de obras que fazemos, geralmente ficam fora das cidades.

Somos transportados por caminhões, mais de 100 homens em cada caminhão.

«O peão tem mesmo que morrer», «O peão é material de consumo», até

o chefe fala isso. Somos mais de 500 pessoas na obra e um inspetor de segurança não dava para atender todos os problemas de segurança. A lei é de um para cada 100 homens, mas a lei não está de nosso lado, está do lado deles. Pela comissão CIPA - Comissão de Prevenção de Acidentes - a gente pode ser um dos fiscais, mas enquanto ela não for dirigida por nós mesmos, os operários, está tudo errado. Eu fui chamado para ser fiscal e não fui porque não aceito ser boneco deles, depois como fico diante dos companheiros? Se eu fosse deveria ficar exigindo dos companheiros para usar o capacete, quando há mil outras coisas contra eles. Na comissão só tem puxa-saco, ela é dirigida pelos engenheiros, pelos chefes, por eles, para eles.

O pagamento é mensal, trabalhamos oito horas e mais 2 horas extras. As horas extras não são computadas no 13º salário, mas agora já estão sendo computadas porque reclamamos e desta vez vencemos. Essa minha empresa é uma multinacional, tem obra em todo o canto, até em Itaipu. Deve ter uns 5 000 empregados. Os peões são contratados na sede aqui e encaminhados, mas na obra mesmo podem ser fichados. Os que saem da sede tem comida e hotel, mas os do próprio lugar da obra e registrados lá, não tem direito a nada e isso provoca brigas e rivalidades entre os companheiros.

Por fora ninguém vê, mas lá dentro sofremos com muita poluição

Na minha empresa tem seção com condições até que razoáveis, outras são péssimas mesmo. Na de preparação de material, o material para massa tem muito produto químico, tem um pó que penetra em qualquer coisa, é uma espécie de goma mesmo. Não gosto de permanecer nessa seção, vou lá só de passagem. Pra quem é de lá até distribuem leite no refeitório. Os trabalhos são muitos e é difícil, tem moinho, mistura seca e britador, mistura a celulose e um pó de manganês, o «beruti». Na cortagem prepara-se o ferro que é refrigerado com óleo e sobe uma fumaça permanente, lá é escuro mesmo durante o dia e já o barulho é intenso.

Os operários não estão satisfeitos com os salários. Há pouco tempo, me contaram que numa seção os operários pararam 10 minutos e pediram aumento e conseguiram, mas não divulgaram, ninguém mais sabe na fábrica.

Aparentemente os chefes são amigos, mas tem o problema de falsidade. Eles puxam conversa e depois entregam a gente para o patrão. A punição mais usada é cortar o aumento do salário. De 4 em 4 meses, mais ou menos, há um pequeno aumento, os punidos são cortados do aumento. A poluição fica dentro da empresa, por fora ninguém vê, mas lá dentro sofremos. Quem passa na rua vê tudo que é limpeza, a empresa é cercada de jardins, mas lá dentro a poluição é concentrada, envolvendo a gente. E não pagam salubridade, ou pelo menos não recebem.

PELA JUSTIÇA E LIBERTAÇÃO

trechos

Entre muitos brasileiros processados, presos, torturados, condenados e até assassinados, lembrem-se apenas alguns casos mais recentes de perseguição contra religiosos, ocorridos desde julho do ano passado. O assassinato do Pe. João Bosco Burnier ocorreu quando, com D. Pedro Casaldáliga, protestava contra as torturas que estavam sendo infligidas a duas mulheres inocentes pela polícia de Ribeirão Bonito (MT). No momento, continua indiciado D. Estêvão Cardoso Avelar, Bispo de Conceição do Araguaia, no sul do Pará, tendo sido interrogado durante horas a fio, acusado de subverter o povo da região.

Identificação com os oprimidos

O que fizeram esses e outros cristãos para serem perseguidos?

Eles foram presos, expulsos, banidos, torturados e mortos justamente porque lutavam ao lado dos pobres, dos humildes, dos pequenos, dos oprimidos. Sua dedicação desinteressada revela amor pelos oprimidos e denuncia, ao mesmo tempo, diversas formas de opressão. Sua atuação exemplar — ao lado dos índios, de apoio aos pequenos agricultores e posseiros, junto aos operários e marginalizados — desvenda algumas das injustiças instituídas na sociedade brasileira.

A aspiração democrática do povo

Por comungar com as aspirações do povo é que os missionários são perseguidos. Eles sofrem a mesma sina de muitos, brasileiros ou não — operários, estudantes, jornalistas, educadores, políticos e outros — que foram banidos do país ou constringidos a fugir por terem ousado juntar-se ao povo em sua luta contra a exploração e a opressão.

Se alguns missionários estão ameaçados de expulsão e se muitos já foram expulsos, o grande e verdadeiro expulso, já há muito tempo, é o próprio povo, especialmente os mais humildes, banidos de suas terras ou massacrados em suas aldeias, obrigados a esmolar ou sujeitos a salários de fome, morrendo à míngua nas periferias das cidades, constantemente expostos à repressão policial ou à violência dos patrões, proibidos de se associarem, ameaçados e intimidados quando ousam reivindicar os mais elementares direitos.

Não basta exigir que o Governo ponha fim às arbitrariedades contra os missionários. As arbitrariedades continuarão, se continuarem as estruturas de injustiça que as provocam. E essas estruturas só serão modificadas quando o próprio povo puder pro-

por e encaminhar as mudanças a seu favor. É indispensável, portanto, realizar a aspiração democrática da nação, de modo que o povo possa criar e participar livremente de suas organizações, sindicais, profissionais, políticas e outras. Será possível, então, construir uma sociedade baseada no respeito aos direitos de todos e iniciar a caminhada rumo à comunhão e à paz entre os homens. Nosso compromisso é o mesmo dos missionários perseguidos — o de continuarmos com o povo nessa árdua e longa caminhada.

São Paulo (SP), 18 de setembro de 1977

MOVIMENTO JUSTIÇA E LIBERTAÇÃO:

- Comissão Pontifícia Justiça e Paz (SP)
- Coordenadoria Ecológica de Serviço (CESE)
- Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e dos Marginalizados
- Comissão de Ecumenismo da Arquidiocese de São Paulo
- Comissão Arquidiocesana da Pastoral da Periferia
- Comissão Arquidiocesana da Pastoral do Mundo do Trabalho
- Ação Católica Operária (ACO)
- Renovação Cristã de São Paulo
- Frente Nacional do Trabalho (FNT)
- Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos
- Movimento Feminino pela Anistia
- Secretariado Justiça e Não-Violência
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES)
- Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP)
- Associação dos Professores da PUC (APROPUC)
- Associação dos Professores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
- DCE Livre da USP — "Alexandre Vanucchi Leme"
- Diretório Central dos Estudantes da PUC
- Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas
- Comissão Arquidiocesana de Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base

JORNAL
DO BRASIL
19-9-77

Ato da Penha termina em passeata

São Paulo -- Terminou em passeata de estudantes, dispersada pela polícia, comandada pelo Secretário de Segurança Pública, Coronel Antônio Erasmo Dias, o Ato Solene de Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos, que reuniu cerca de 5 mil pessoas, ontem, entre 14h30m e 17h, no Santuário da Penha. Muitas prisões foram efetuadas entre os estudantes — cerca de 2 mil — contra os quais a polícia usou bombas de gás e cassetetes.

O ato foi encerrado ao som de Caminhando, composição de Geraldo Vandré, cuja execução está proibida desde 1968. Nas escadarias da igreja, os estudantes, carregando faixas, se separaram dos demais — entre os quais muitas famílias com as mães carregando filhos — gritando slogans de protestos. Eles descenderam 10 quarteirões, até serem dispersados.

Antes do ato, os estudantes já se agrupavam junto à igreja, enquanto alguns, no interior, ensalavam, com dois violões e um surdo, as músicas, cujas letras, impressas, foram distribuídas.

A porta, jovens distribuíam exemplares do documento Justiça e Liberta-

ção, inclusive aos fiéis que frequentam normalmente a igreja.

Atrás do tablado, onde se localizava a mesa dos oradores, havia faixas com os seguintes dizeres: Abaixo o Custo de Vida, Fim do Arrocho Salarial, Melhores Condições de Vida para o Povo, Solidariedade aos Oprimidos, e, depois de iniciado o ato, Pela Liberdade e Organização dos Trabalhadores e Manifestação aos Oprimidos. Em pé, ficaram duas pessoas da única caravana presente, de Vila Paulistana, empunhando uma faixa que dizia: Vila Paulistana Adere ao Movimento Justiça e Libertação.

A maioria dos presentes era de estudantes e, quando foi mencionado o Diretório Estudantil da Universidade de Brasília, os estudantes se levantaram e aplaudiram. Isso se repetiu sempre que eram citados Presos Políticos (os estudantes gritavam: Anistia) e o nome de Dom Pedro Casaldáliga.

As 5 mil pessoas também aplaudiram bastante o nome do Cardeal Dom Paulo Evaristo. Dom Pedro Casaldáliga foi muito aplaudido, quando anunciado que os

formados da Escola Politécnica da USP o haviam escolhido para paraninfo deste ano.

A POLICIA

Agentes policiais, que aguardavam o final do ato, em carros estacionados na Rua Santo Afonso, filmaram a saída dos participantes, enquanto o dispositivo policial montado nas ruas do bairro acompanhava a passeata. Os estudantes desceram a Rua Santo Afonso gritando: **Libertem Nossos Presos, O Povo Unido Não Será Vencido, Vai Acabar a Ditadura Militar, O Povo Unido Derruba a Ditadura e Um, Dois, Três, Precisamos de Vocês.**

Os estudantes chegaram à

Rua João Ribeiro — sempre seguidos pelas viaturas da polícia — e, a partir do Largo do Rosário, foram se agrupando no Largo 8 de Setembro. Ali, a polícia atirou bombas de efeito moral e começou a correria.

Na correria, com golpes de cassetetes e bombas, muitos estudantes foram presos, inclusive dentro de pastelarias e bares. Na confusão, populares assustados corriam também

O Coronel Erasmo Dias fez, pessoalmente, algumas prisões. Ele obrigou algumas mulheres, que diziam pertencer à comissão organizadora do ato, a seguirem em seu carro oficial, um Galaxie preto, para o DEOPS.

O Padre Olivio Bedin destacou os quatro objetivos do Movimento Justiça e Libertação:

"Desenvolver a consciência crítica de quem não tem acesso aos meios de comunicação. O movimento tem o caráter educativo de levar às bases a manifestarem seus sentimentos, pois o povo deseja liberdade e uma sociedade mais justa; em segundo lugar, denunciar a opressão em que vive o povo e a perseguição sobre os que desenvolvem esforços para libertá-lo; em terceiro, reunir forças que expressem os anseios do povo; e, em quarto, desencadear um processo permanente de continuidade do movimento, nas bases populares".

O LIBERAL - Belém

Chapa de oposição vence

Alcançando uma votação que atingiu mais do dobro da somada pelas chapas adversárias — o Movimento Estudantil Luta Liberdade, a "Mell", e a "Engrenagem" — chapa "Alternativa" venceu as eleições para os centros de Filosofia e Ciências Humanas e Tecnológico da Universidade Federal do Pará (UFPA.), realizadas ontem. Mobilizando um contingente de 4.049 alunos, as eleições se realizaram sob um clima de intensa expectativa. 16 de set. de 1977

ALTERNATIVA

ESTA
É A
REVISTA
DO
MELL

EDIÇÃO ESPECIAL

DE ELEIÇÕES UFPA. SETEMBRO/77

Não há dúvida de que muitas palavras de ordem do MELL são idênticas às palavras de ordem das Chapas Alternativa, como por exemplo "Melhor Nível de Ensino", "Contra o ensino pago", "Por Liberdades Democráticas". Onde estaria portanto as divergências que justificassem a existência de duas chapas diferentes?

Para nós, Chapa Alternativa, a diferença está exatamente entre o dizer e o fazer, entre a conversa e a ação, entre o discurso e a prática. O MELL coloca algumas questões que certamente são condizentes com as necessidades estudantis, porém estabeleceu como método um caminho que jamais possibilitará o atendimento dessas mesmas necessidades, ainda inclusive em contradições e posições oportunistas. Senão vejamos:

DIÁLOGO x MOBILIZAÇÃO

1. O MELL aponta como arma principal de luta o diálogo. Ora, é a forma que duas torças contrárias estabelecem para resolver suas questões. E perguntamos: qual é a força que os estudantes possuem no momento para se sentar e dialogar em condições de igualdade com as autoridades? Por isso, é que as Chapas Alternativa no usar como principal arma de luta a mobilização. Sem menosprezar o diálogo, consideramos que somente com todos os estudantes mobilizados é que as necessidades estudantis serão atendidas. Na medida em que formamos um amplo, sólido e vigoroso movimento, aí sim, é que teremos condições de dialogar e fazer com que as autoridades atendam nossas justas reivindicações. Estabelecer o diálogo como arma principal de luta, se não é seguir as orientações do Sr. Jairbas Passarinho, figura sempre repudiada pelos estudantes, que vive a pregar diálogo;

se não é a ingenuidade de achar viável o diálogo entre o lobo e o carneiro (e no momento, nós, estudantes somos o carneiro, por força dos anos em que estivemos desmobilizados) — é a perigosíssima tendência de burocratizarmos as nossas entidades, estabelecendo em sua diretoria "dialogadores" que sempre receberão o monossilábico "NÃO" e que sempre voltarão para receber outros monossilábicos "NÃOS", num diálogo monossilábico interminável.

ELEITORES E OPORTUNISTAS

2. O MELL estabelece em seu programa que só atuará em cima de problemas meramente estudantis. Ora, desconhecer que os problemas fundamentais dos estudantes só poderão ser resolvidos na medida em que forem também resolvidos os problemas gerais da sociedade; desconhecer porque as Liberdades Democráticas — ponto incluso em seu programa —, ultrapassa os muros universitários, se não é crasso e lastimável ingenuidade, é uma posição eleitoreira e oportunista. Eleitoreira, por que pretende ganhar os votos daqueles que hoje ainda não percebem que os seus problemas mais específicos estão ligados com a própria situação sócio-econômica e política do Brasil. Oportunista, por que ganhar esses votos nega pontos de seu programa, já que para a extinção, por ex., do 477, é necessário que o movimento estudantil não fique tão somente dentro do campus.

AS NECESSIDADES FUNDAMENTAIS

As Chapas Alternativa consideram que as necessidades fundamentais dos estudantes, de uma Universidade Democrática e Popular, só poderão ser atendidas num Governo Democrático e Popular, via uma Assembleia Constituinte Popular. Consideramos, porém que é possível e realizável, hoje, uma série de lutas que amplie a democracia e a popularização na UFPA., e mais ainda: Consideramos que são essas lutas, precisamente. A luta por mais transportes, a lu-

ta pelo restaurante, a luta pela melhor qualidade do ensino, a luta por mais e melhores horários, a luta por uma melhor biblioteca, e a luta por liberdade de expressão e organização das entidades, as lutas que nos propomos imediatamente a desenvolver vitoriosamente, sem contudo, jamais, desmerecer aquelas, como a luta pela Assembleia Constituinte Popular, que atingem a toda sociedade brasileira. E a história do Brasil registra lutas gloriosas dos estudantes, a nível nacional, como foi a luta desenvolvida pela UNE para a entrada do Brasil na II Guerra Mundial.

POLICIALESCOS

3. O MELL, em seu 1o. Programa lançado, dizia-se a favor de uma atuação conciliatória e moderada, contra "os estudantes profissionais" e "radicais" no movimento estudantil, tendendo, pois, para uma posição traidora e policialesca na UFPa., Traidora aos interesses estudantis, porque de conciliação e moderação os estudantes já estão fartos. Conciliação e moderação, sempre foram palavras de pelegos, que não têm a coragem de usar o verdadeiro termo de sua filosofia que é anestésiar. Hoje os estudantes não querem conciliação, mas denodada luta pelos seus interesses. Policialesca, por que falar em

"estudante profissional" é seguir e apoiar as colocações dos setores mais reacionários e fascistas da repressão, que vivem a dizer da "infiltração de estudantes e agitadores profissionais no meio estudantil", justificando-os em suas atitudes repressoras. Indagamos ao MELL: "o que é estudante profissional?"; que se dê nomes aos bois: "quem são os estudantes profissionais na UFPa. E se a resposta for outra que não aqueles estudantes que fazem da ocupação das entidades profissão, utilizando os recursos das entidades para o uso pessoal. (vide caso da corrupção da Diretoria do DCE), o MELL já não somente terá uma "tendência" policialesca, mas de verdadeira força policial, dedo-duro, no campus.

RADICAIS, SIM

Consideramo-nos radicais, sim. Mas radicais na verdadeira acepção da palavra: aqueles que vão às raízes dos problemas. E para nós a raiz do problema é o próprio estudante. Radicais somos, no entendimento de que somente medidas profundas no seio da sociedade satisfarão às necessidades dos estudantes; radicais somos, no sentido de considerarmos que os interesses estudantis deverão ser defendidos vigorosamente, e num movimento amplo, sólido e poderoso.

Radicais, no sentido de que não admitimos, em hipótese alguma, atitudes e ações "porra-loucas", aventureiras e inconsequentes. Radicais, no espírito de que só um movimento bem direcionado, com muito equilíbrio, fazendo constantes balanços nas correlações de força, poderá criar vitórias para os estudantes. Radicais, na certeza, hoje, de que as lutas que realmente correspondem às necessidades e aos interesses mais prementes dos estudantes são as que estão consubstanciadas em nosso programa imediato: quais sejam a luta por mais transportes, pelo restaurante, por melhor qualidade do ensino, por mais e melhores horários, por uma melhor biblioteca. Radicais, enfim, no sentido de que sempre respeitamos a opinião dos estudantes e acatamos suas decisões que jamais encaminharemos posições pessoais, mas sim as determinadas pelos programas de luta, retirados em Assembleias abertas e democráticas. Mantemo-nos numa posição democrática, mobilizadora, dialogadora, firme e decidida, com os olhos voltados para os verdadeiros anseios imediatos e mediatos da ampla coletividade universitária paraense, e quiçá para as necessidades de todo o povo brasileiro.

CHAPAS ALTERNATIVA

PROGRAMA DAS CHAPAS QUE SE APRESENTAM A ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO DCE DA UFMG CHAPA CENTELHA

• *anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos, exilados, cassados e perseguidos políticos;*

• *fins dos atos e leis repressivas;*
• *fim dos aparelhos repressivos do Estado;*
• *liberdade de organização e manifestação política para os trabalhadores e demais setores oprimidos, incluindo liberdade de organização partidária e sindical;*

significa transformação das condições de vida e trabalho para as classes populares:

• *fim do arrocho salarial;*
• *contra a carestia;*
• *por um ensino público e gratuito estendido a toda a população;*
• *assistência médica, reais condições de moradia, transporte, lazer, etc;*

significa a luta contra a dominação imperialista e monopolista:

• *nacionalização das empresas imperialistas, monopolistas e/ou seu controle popular;*

significa ainda:

• *nacionalização das grandes propriedades rurais;*
• *distribuição das terras do campo brasileiro para aqueles que nela trabalham, criando condições de assistência e trabalho para os camponeses.*

E como essa luta não é um mero exercício, mas pelo contrário, deve estar orientada desde já rumo à conquista de um poder democrático e popular. Neste sentido se coloca a convocação de uma Assembleia Constituinte livre e democrática, atendidas as condições que garantam a efetivação dos interesses populares

• *contra a orientação tecnocrática do ensino e pelo ensino voltado para as necessidades do povo brasileiro;*

• *contra o ensino pago, seja através de taxas simbólicas e/ou anuidades ou qualquer outra forma de cobrança de ensino;*

• *por mais verbas para a educação, melhoria das bibliotecas, das instalações, etc;*

• *contra os mecanismos de repressão (regimentos internos, decretos leis 228, 477, etc);*

• *pelo amplo e irrestrito debate dentro da u*

niversidade de todas as questões considera - das importantes pelos estudantes;

• *pela participação decisiva dos estudantes na gênese e desdobramento dos currículos;*

• *pelo fortalecimento dos Diretórios Acadêmicos, contra os mecanismos de controle da universidade como o controle de verbas;*

• *pela criação de centros de estudos como um nível de participação estudantil molecular voltado particularmente para as questões de cursos;*

• *por um DCE democrático, eleito diretamente pelos estudantes;*

• *pelo fortalecimento da comissão metropolitana, discutindo-a amplamente com os estudantes e pela criação da União Metropolitana dos Estudantes de Belo Horizonte - UME;*

• *pelo fortalecimento dos encontros regionais e nacionais setoriais (Arquitetura, Economia, Geologia, Engenharia, Administração, Medicina, Psicologia, etc);*

• *pelo fortalecimento do Conselho Nacional de DCEs;*

• *pela realização do III ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES numa perspectiva de fortalecimento da organização estudantil a nível regional (lutando pela conquista das Uniões Estaduais dos Estudantes) e a nível nacional (lutando pela conquista da União Nacional dos Estudantes).*

VOTA LIBERDADE

Pelas Liberdades Democráticas

- contra o 477
- contra o decreto-lei 228
- contra as aplicações do regimento interno
- contra a censura a atividades culturais
- contra a presença de policiais no campus universitário
- contra as prisões políticas
- contra torturas e assassinatos políticos
- pela anistia total e irrestrita a todos os presos
- pelo direito de greve
- pela liberdade sindical
- contra todas as formas de censura
- pela liberdade de imprensa
- contra o AI-5
- contra a Lei de Segurança Nacional
- pela liberdade de organização partidária
- pela liberdade de organização e expressão

Por melhores condições de vida e trabalho

- .por mais verbas para os serviços públicos (transporte; saúde, moradia, alimentação e educação)
- .contra a carestia
- .por melhores condições de trabalho para professores e funcionários da UFMG

Por melhores condições de ensino e assistência

- .pelo ensino público e gratuito para todos
- .por um ensino voltado às necessidades da maioria da população brasileira
- .contra o ensino pago
- .contra a implantação de estudos sociais e resolução 30.
- .contra o jubramento e todas as formas de seletividade
- .contra a centralização do poder na universidade.
- .contro o crédito educativo.
- .pela participação da comunidade universitária nas decisões pela universidade.
- .por uma creche na UFMG.

J que propomos

- .pelo fortalecimento do DCE/UFMG, forte e democrático.
- .pela democratização das decisões nos D.As. e no D.C.E.
- .pelo fortalecimento dos encontros estudantis regionais e nacionais.
- .pelo fortalecimento dos centros de estudos e gremios.
- .pelo fortalecimento da comissão metropolitana.
- .pela reconstrução das entidades mais gerais como UEEs e UNE.
- .pelo fortalecimento da organização livre e independente.

RECONSTRUÇÃO E LUTA

Por Liberdades Democráticas

- .por uma Assembléias Constituinte democrática e soberana, precídua de: liberdade de organização político-partidária e sindical.
- .anistia geral e irrestrita para presos, cassados, banidos e exilados políticos.
- .por eleições livres.
- .pelo fim das prisões e das torturas.
- .pela abolição total da censura.
- .pelo direito de greve.
- .pela revogação de todos os atos institucionais; decretos-lei repressivos e da Lei de Segur

Reorganizada a UNE

VEJA, 28 DE SETEMBRO, 1977

"O encontro que pretende discutir a reorganização da extinta União Nacional dos Estudantes não será realizado", garantiu Erasmo Dias. E não foi, pelo menos na quarta-feira, graças à mobilização de 15 000 policiais civis e militares.

"E a autonomia universitária?", alguém perguntou ao secretário da Segurança. "Que autonomia?", respondeu ele. "Aqui dentro tem o 16.º Batalhão, com 500 homens, para cuidar da USP. Quando se trata de segurança nacional não tem autonomia, não."

Na manhã de quarta-feira, além da USP, amanhceram cercadas a Fundação Getúlio Vargas e a Pontifícia Universidade Católica. A primeira manifestação ocorreu às 8h35, no trevo que dá acesso à USP, nas margens do rio Pinheiros.

Duzentos estudantes, aos gritos de "abaixo a repressão", tentaram avançar mas foram rapidamente dispersados pela Polícia Militar. Na FGV e na PUC, os diretores manifestavam seu repúdio à medida "discricionária e arbitrária" da polícia, que cercara as escolas. Cientes dos bloqueios, os jovens, em número de 300, encontraram uma alternativa: a Faculdade de Medicina, na avenida Dr. Arnaldo, ao lado do Hospital das Clínicas, no prolongamento da avenida Paulista.

Pombos e urubus — Havia, porém, uma questão que ainda preocupava os dois lados: o III Encontro Nacional dos Estudantes. Entre os 210 presos da Medicina foram identificados raros delegados de outros Estados ao Encontro, e mesmo assim menos expressivos. No DEOPS, os policiais admitiam que os verdadeiros líderes deveriam estar pela

rança Nacional

- .contra a pena de morte e prisão perpétua.
- .pelo retorno integral do "Habeas Corpus".
- .pela criação do comitê "1º de Maio" pela anis

Pela democratização da Universidade

- .abolição dos atestados ideológicos para professores.
- .eleições diretas, com base em programas políticos, para reitor e diretores pelos estudantes, funcionários e professores.
- .pela extinção de penas disciplinares do regimento interno.
- .pela liberdade de funcionamento dos organismos estudantis, de funcionários e de professores.
- .pelo fim à censura a murais, bibliografias, atividades curriculares, permitindo aos estudantes liberdade de criação e acesso a todas as correntes de pensamento.
- .que os auditórios e demais dependências da universidade estejam sempre abertos à utilização de estudantes, professores e funcionários
- .pelo livre debate nas salas de aula.

Por melhores condições de ensino

- .contra a reforma universitária.
- .contra o ensino pago.
- .contra a resolução 30 e estudos sociais.
- .mais verbas para a universidade.
- .contra o vestibular, pelo livre acesso à universidade.
- .por transporte, restaurantes e completa assistência médica e dentária gratuitas.
- .por uma creche na universidade.
- .pela contratação de professores a tempo integral e com salários condizentes.
- .contra o crédito educativo.
- .abolição de taxas e livre acesso ao material didático.
- .por bibliotecas sempre abertas, ampliadas e atualizadas.

Reorganização do movimento estudantil

- .pela construção do DCE-Livre da UFMG.
- .todo apoio à construção de CAS livres e DCEs livres em todo o Brasil e fortalecimento dos já existentes.
- livres em todo o Brasil e fortalecimento dos já existentes.
- .pela constituição da Executiva Nacional Pró-UNE.
- .pela aliança dos estudantes com os trabalhadores.

cidade, organizando o III ENE para o dia seguinte ou mesmo para a própria quarta-feira à noite. E Erasmo Dias já começava a demonstrar irritação com os resultados do dia. "Atiramos nos pombos e acertamos nos urubus", desabafou ele.

A quinta-feira comprovaria essas suspeitas. Escondidos em alojamentos espalhados pela cidade, os delegados ao III ENE programavam o encontro para a sala 225 da PUC. Como fator de desistamento, as lideranças organizaram várias manifestações ao longo do dia. Às 11 horas, 1 000 estudantes reuniram-se em frente à reitoria da USP, aos gritos de "abaixo o reitor, já chega um ditador", e em seguida discutiram a realização de um Dia Nacional de Protesto à Repressão do III ENE. Da USP seguiram para a PUC, onde ao meio-dia começou a Assembléia Metropolitana, en-

quanto outros universitários promoviam manifestações de protesto em frente à Faculdade de Medicina.

Ao final da assembléia, nas escadarias intermediárias que ligam o prédio novo ao da administração, um estudante do DCE Livre da USP anunciou que o III ENE fora realizado, com duração de uma hora e meia e a participação de setenta delegados de dez Estados. Houve um espanto inicial logo transformado em palmas e gritos de "UNE, UNE". Na reunião, informou o estudante, foi aprovada a formação de uma comissão pró-UNE, integrada por todos os DCEs e pelas entidades estaduais e municipais. Essa comissão teria a tarefa de "coordenar as lutas estudantis a nível nacional, fazer propaganda da história da UNE, promover o debate em torno de sua reconstrução, elaborar um periódico nacional e, finalmente, organizar a realização do IV Encontro Nacional de Estudantes, deliberando sua data e local".

Décimo capítulo — A assembléia decidiu pela realização à noite do ato público de protesto, no qual seria lida uma "Carta Aberta à População", assi-

VEJA,

A universidade invadida

"Vamos acabar com essa passeata", gritou o coronel Antônio Erasmo Dias, secretário da Segurança Pública, ao descer de seu carro oficial, o último de um séquito de dez que, com as sirenas abertas, atravessou o aparato militar montado em torno da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na noite de quinta-feira da semana passada. Dentro do campus, 2 000 universitários realizavam um ato público de protesto contra a repressão, no dia anterior, do III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), no campus da Universidade de São Paulo. Eram 22h10. Os 700 soldados de três batalhões de choque da Polícia Militar e os 200 agentes à paisana do Departamento Estadual de Ordem Política e Social esperavam há mais de uma hora pela ordem do coronel. Imediatamente explodiram várias bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, faixas foram queimadas, vidros quebrados e o campus invadido. Nos edifícios residenciais que cercam a PUC, no bairro das Perdizes, acenderam-se quase todas as luzes e centenas de pessoas assustadas surgiram nas janelas.

No campus estabeleceu-se o pânico. Os estudantes buscaram refúgio nas sa-

nada e emitida pelos DCEs que participaram do III ENE. Enquanto os estudantes permaneciam discutindo, as lideranças paulistas e de outros Estados retiraram-se da universidade, insistindo no fato de que, apesar das dificuldades, "a massa estudantil teve condições de interferir na reunião, cuja preparação foi pública e as propostas discutidas amplamente antes da escolha dos delegados".



las e nos corredores dos vários departamentos universitários, no restaurante, no teatro, na biblioteca e na igreja. Inutilmente. Ninguém escapou à ofensiva dos policiais. Brandindo seus cassetetes eletrificados, eles arrombaram portas, quebraram janelas, destruíram equipamentos.

Listas de nomes — Comandando a operação, Erasmo Dias anunciava pelo megafone à desorientada multidão: "Quem for da USP (Universidade de São Paulo) está detido; quem for das outras escolas também; quem for da PUC e não tiver antecedentes, será liberado". Aos poucos, os estudantes foram conduzidos em fila, de mãos dadas, para o estacionamento em frente ao campus.

À entrada do estacionamento, seis moças com ferimentos e queimaduras provocados pelas bombas pediam que alguém chamasse um médico (quinze minutos depois apareceu uma ambulância que as levou para o Hospital das Clínicas, onde, no dia seguinte, agentes do DEOPS foram buscá-las). Com uma lista de nomes nas mãos, os policiais começaram a identificar os presos, um a um. Depois da triagem, 845 deles foram levados em ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos para

Tais acontecimentos certamente contribuíram para irritar os chefes do esquema de segurança organizado por Erasmo Dias. Ciente de que, segundo os estudantes, o III ENE fora realizado, e de que, além disso, haveria uma manifestação pública, o coronel Erasmo Dias montou um novo esquema repressivo e cercou a PUC, acabando por invadi-la decididamente, à noite.

o quartel do batalhão Tobias de Aguiar, na avenida Tiradentes. Os últimos ônibus partiram já depois de 1 hora da madrugada de sexta-feira, enquanto alguns soldados recolhiam nos jardins e nas escadarias do teatro os invólucros das bombas deflagradas. Uma das últimas pessoas a sair da PUC foi Fátima Brilhante, responsável pelo restaurante. "Tivemos prejuízos incalculáveis", disse ela. "Os policiais chegaram lá e em menos de dez minutos quebraram vidros, cadeiras, mesas, invadiram o depósito de alimentos e nós não pudemos fazer nada. Amanhã vamos procurar um advogado, pois sumiu até dinheiro do caixa." Ali perto, um pelotão cumpria a derradeira tarefa da noite: revistar a casa paroquial.

Nos jardins, nas escadas e nas calçadas estavam espalhados lenços, sapatos, bolsas e cintos perdidos ou esquecidos. No interior do prédio, destruídos, aparelhos de televisão, mimeógrafos, máquinas de escrever, roupas de educação física e caixas acústicas. No Departamento Jurídico, armários foram saqueados, arquivos violados e desapareceram fichas de pessoas às quais o órgão presta serviços. Os fios de telefone foram arancados

28 DE SET. 1977

e se fez o ato público

ISTOÉ 5/10/1977

Alex Solnik

Todo mundo estava ansioso em saber como a Polícia de São Paulo iria tratar os estudantes na primeira vez que eles se reunissem publicamente após o episódio da PUC. Estaria proibido ou não o ato público previsto para o campus da USP no dia 29?

Finalmente, na quarta-feira, dia 28,

o governador Paulo Egydio Martins anunciou que o encontro fora permitido. Que acontecera na visita que terça-feira, dia 27, o coronel Antônio Erasmo Dias, secretário da Segurança do Estado, fez a Brasília? Sabe-se que ele foi recebido pelos generais João Baptista Figueiredo, chefe do SNI, Hugo Abreu, ministro-chefe da Casa Militar, e Golbery do Couto e Silva,

ministro-chefe da Casa Civil. Teria sido convidado, mais ou menos peremptoriamente, a moderar a sua linha anti-subversiva?

A Polícia não apareceu no campus — pelo menos não apareceu ostensivamente, já que é normal a infiltração de seus informantes. E a presença de estudantes no prédio da História e Geografia da Cidade Uni-



versitária foi maciça, lembrando as grandes assembléias do primeiro semestre. Havia cerca de 3 mil pessoas.

Mais que ato público, porém, houve um debate sobre os últimos acontecimentos. E um de seus momentos mais destacáveis aconteceu quando um estudante disse, num discurso: "Brevemente voltará a ser ouvida uma velha frase: a UNE somos nós." A assembléia, em coro, repetiu a frase várias vezes.

I.E. *A ação policial na PUC foi a mais violenta do ano? E no entender de vocês, isto seria um sintoma de mudança no comportamento da Polícia para com o movimento estudantil?*

DCE. Foi de um violência extrema. Não teve características de uma ação programada. Acreditamos que ela tenha sido uma ação esporádica e não uma escalada no esquema da repressão, ainda que a violência tenha aumentado gradativamente. No nosso entender, o episódio da PUC teve o objetivo claro de demonstrar, entre outras coisas, que eles estão aí, e que detêm a força — e a força, efetivamente, eles a detêm. Houve, ainda, um sentido de intimidação claro. Prenderam 2 mil estudantes no pátio da PUC, levaram 800 para o Batalhão Tobias de Aguiar. Ficharam esses 800 e ainda acenaram com a ameaça de enquadrar todos os presentes à manifestação na Lei de Segurança Nacional. Por fim, enquadraram, sem nenhum critério, 42 estudantes. O governador justificou que

estes são os que "querem derrubar o governo". Como ele sabe que são esses? E que provas materiais pode apresentar? O simples fato de eles terem sido presos, em manifestações estudantis, uma, duas ou três vezes anteriormente, não é o suficiente. Muita gente que já havia sido presa duas ou três vezes não foi enquadrada. E então? Qual o critério? Nenhum. Os estudantes enquadrados serviram de bodes expiatórios. Foram enquadrados com o intuito de assustar os demais estudantes. Mas isso não nos assusta. É mais uma razão para continuarmos, para se fortalecer o movimento estudantil. Dado o susto, vem a decisão de permitir o ato público do dia 29, na USP. A quem interessa a radicalização do movimento estudantil? Pode-se dizer que aos setores radicais do sistema. Mas poderia interessar também aos setores mais liberais, ou mais comprometidos com um projeto de liberação, para "limpar a área" antes da liberalização.

I.E. *O movimento estudantil entende que pode servir de massa de manobra?*

DCE. Quem tem o poder de criar fatos, hoje, não somos nós. Se alguém serve de massa de manobra a setores mais radicais, então não somos nós. No entanto, o movimento estudantil tem plena consciência de que suas ações podem ser perfeitamente desfrutadas por este ou aquele grupo que disputa o poder. Entre nós tem gente que pensa: "Olha, vamos ficar quietos. Não vamos sair à rua — assim estaremos facilitando o trabalho dos liberais. Caso contrário, serviremos aos radicais". Nesta hora em que se fala tanto em sucessão, é fácil perceber que, no fundo, não há diferenças substanciais entre os candidatos à substituição do presidente Geisel. Mas a preocupação do movimento estudantil não é o debate sucessório.

I.E. *Vocês concordam que o grupo Refazendo segue uma linha moderada e que outros grupos estudantis têm uma linha mais radical? Fala-se até numa "santa aliança"...*

DCE. Essa divisão — moderados e radicais — de forma nenhuma contribui para que a opinião pública entenda o debate que está sendo travado, hoje, dentro do movimento estudantil. Porque essa é uma divisão formal. A gente entende que radical é aquele que faz o movimento avançar. E esta não é característica de qualquer grupo. As propostas que levam os estudantes às ruas, ou a uma assembléia, ou a qualquer tipo de ação, são votadas em assembléias democráticas. Não ganham por serem radicais ou moderadas, mas por serem as mais fundamentadas e aparentemente as mais corretas para a ação do movimento estudantil no momento. Essa é a maneira como nós, do DCE da USP, uma diretoria composta por nove membros de Refazendo, manifestamos nossa posição. E só nós podemos falar pelo grupo.

PRESAS POLITICAS DENUNCIAM VIOLENCIAS E INICIAM GREVE

As presas política de Bangu (R.J.) encaminharam um documento-denúncia aos Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais representantes do Estado do Rio de Janeiro, onde relatam as torturas, os seqüestros, as ameaças constantes, o isolamento, a censura e outras violências a que estão submetidas. Elas reivindicam a transferência de Bangu para o presídio político do Rio de Janeiro, onde estão os prisioneiros políticos que no ano passado fizeram um movimento que culminou com uma greve de fome e que provocou a inauguração deste presídio especial para presos políticos, no complexo penitenciário da Frei Caneca.

O documento-denúncia com data de 2 de outubro é assinado por Rosalice Fernandes, Norma Sá Pereira, Jessie Jane, Maria Cecília Wetter, Elza Maria Parreira Lianza e Maria de Fátima e termina dizendo que: "Gostaríamos que vocês lessem este nosso documento com a máxima atenção. Há tempos estamos levando esta luta pela nossa transferência e, no momento, pensamos ser oportuno divulgar mais e mais as razões que nos levaram a assumir tal posição".

GREVE DE FOME

As seis presas políticas de Bangu que assinaram o documento-denúncia, iniciaram no dia 24 de outubro uma greve de fome com o objetivo de conseguir a transferência para o Presídio da Frei Caneca.

REUNIÃO DE BANDIDOS

Cerca de mil e quinhentos manifestantes percorreram as ruas de Montreux na Suíça para protestar contra o Primeiro Simpósio Latino-Americano Europeu para a Cooperação Econômica, no dia 23 de outubro. O Simpósio foi organizado pelo European Management Forum, com o apoio da CE E, BID, CEPAL e outros. Entre os sessenta e três bancos que convocaram a reunião estão o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Brasilinvest.

A manifestação de protesto contou com o apoio das organizações e partidos políticos representantes das forças democráticas da Suíça francesa. Um dos oradores disse que os banqueiros ali reunidos formavam um grupo de bandidos protegidos pela polícia.

O ESTADO DE S. PAULO

Jornalista é preso

O jornalista Lourenço Diaféria, contra quem o Ministério da Justiça mandou instaurar inquérito com base na Lei de Segurança Nacional, pela publicação de uma crônica que o ministro do Exército considerou ofensiva à memória do Duque de Caxias, foi preso ontem pela Superintendência do Departamento de Polícia Federal em São Paulo. Ele foi procurado em casa, às 17 horas, por um delegado, que portava um mandado de prisão por 30 dias.

Segundo o delegado, o jornal

FSP

Liberado Diáfera

Foi libertado ontem o jornalista Lourenço Diaféria, que estava preso há cinco dias, desde quinta-feira passada, para responder a inquérito sobre sua crônica "Herói. Morto. Nós", publicada em sua coluna diária neste jornal no dia 1.º de setembro.

O delegado que preside o inquérito, Raul Ketter, comunicou sua liberação ao juiz da 2.ª Auditoria Militar, pouco depois de este ter indeferido um pedido de soltura do jornalista, encaminhado pelo advogado Leonardo Frankenthal.

nalista deveria apresentar-se ainda ontem, o que fez, pouco mais tarde, espontaneamente, na Superintendência da Polícia Federal. As primeiras informações revelavam que Diaféria poderia prestar depoimento ainda hoje. O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Audálio Dantas, considerou, ainda ontem à noite, "uma violência" a prisão de Diaféria, "um profissional com longa carreira, com local de trabalho conhecido e residência fixa".

16-9-77

Mudanças na Folha

A edição do jornal *Folha de S. Paulo* que chegou às bancas, na terça-feira da semana passada, trazia uma pequena modificação em seu cabeçalho. Como diretor responsável, em lugar do nome de seu diretor-presidente, Octavio Frias de Oliveira, aparecia o do jornalista Boris Casoy. A aparentemente pequena alteração refletia uma mudança algo profunda na estrutura do jornal. Além da saída de Frias da direção editorial, foi afastado do cargo de diretor de redação o jornalista Cláudio Abramo, há catorze anos na empresa, e foram ainda suspensas as colunas diárias do chefe da sucursal carioca, Alberto Dines, que também deixa de fazer sua crônica dominical "Jornal dos jornais", e do dramaturgo Plínio Marcos.

Os problemas do jornal com o governo

Em reunião com os editores da *Folha* e os chefes das sucursais do Rio de Janeiro e Brasília, na segunda-feira, Frias comunicou as mudanças — e negou que elas acontecessem devido a pressões que estivesse sofrendo. Uma espécie de pressão, de qualquer forma, teria sido a prisão do jornalista Lourenço Diaféria, pela publicação de uma crônica considerada ofensiva à memória do duque de Caxias.

Já no dia seguinte, refletindo as mudanças executadas, os editoriais da página 2 e as colunas de artigos da página 3, até então carregadas de opiniões diversificadas sobre os mais variados assuntos, passavam a cuidar de temas menos delicados, muitos deles referindo-se à política internacional. Boris Casoy, jornalista de 36 anos que há três trabalha na *Folha*, revelou a VEJA que foi chamado às pressas de Araxá, onde passava férias, para assumir o novo posto. "Visivelmente emocionado, Frias me traçou um quadro da situação", lembra ele, "e fez um apelo para que eu aceitasse o cargo." Casoy disse também que na primeira conversa com o patrão ficou claro que o jornal se absteria de emitir opiniões, passando a ser predominantemente noticioso, "como se espera de um bom jornal".

VEJA 28-9-77

JORNAL DO BRASIL

Primeira vez

O Prêmio Casa das Américas, promovido anualmente pelo Governo de Cuba, é considerado um dos mais importantes concursos literários latino-americanos, estará em 78 abrindo suas portas pela primeira vez a brasileiros.

Participam do concurso obras de ficção, ensaio,

testemunho, livros infantis, juvenis e de poesia.

Para o júri do concurso do ano que vem serão convidados, ao lado de algumas das mais representativas figuras das artes mundiais, os brasileiros Ignácio de Loyola Brandão, Chico Buarque, Antônio Callado e Antônio Candido.

1-9-77

O ESTADO DE S. PAULO

Polícia descobre plano subversivo em Nova Iguaçu

A Delegacia de Polícia Política e Social centralizada em Nova Iguaçu anunciou ontem ter desarticulado um movimento de natureza esquerdista que estaria sendo desenvolvido na Baixada Fluminense, para mobilizar um dos mais importantes sindicatos de trabalhadores da região, e de Transportes Rodoviários, que reúne cerca de 30 mil associados, com vistas a uma greve geral e à formação de "uma frente antiditadura pelo socialismo". Os agentes prenderam em Nova Iguaçu quatro universitários e o proprietário de uma gráfica que imprimia um jornal considerado pelas autoridades "perigoso ao regime".

A polícia apreendeu 8 mil exemplares do jornal estudantil "Quilombo dos Palmares", cuja manchete de primeira página era "Soltem nossos presos", seguindo-se vários artigos consi-

derados contestatórios. A publicação, que custou 10 mil cruzeiros ao Diretório Central dos Estudantes da PUC do Rio, foi recolhida logo após sair da Gráfica e Editora Desteque e o seu proprietário, Manoel Goes Telles, foi detido.

A polícia disse que se tratava de um plano de infiltração comunista que também pretendia atingir outros sindicatos de trabalhadores da Baixada Fluminense. Segundo um manifesto apreendido, uma das metas era a constituição de "comitês de luta clandestinos em cada empresa, capazes de proteger os ativistas proletários da ação repressiva do Estado burguês".

Segundo esse documento, "a ação coletiva dos comitês" deveria "eliminar os pelegos e preparar novas greves, operações tarugas e outras mobilizações em defesa dos interesses da classe".

29-9-77

O ESTADO DE S. PAULO

Em Minas operário é preso e torturado cb

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Apesar do secretário de Segurança de Minas, Washington Flores, afirmar que todas as informações sobre o inquérito que apura as torturas e violências policiais contra o operário Jorge Defensor Vieira serão liberadas à imprensa, até ontem à noite os jornalistas nada conseguiram saber a respeito da reunião realizada anteontem, de portas fechadas, com todos os delegados de polícia da grande Belo Horizonte. Também não foi liberado à imprensa o texto do depoimento que Jorge Defensor Vieira prestou ao procurador Alberto Pontes, nomeado pelo Procurador Geral do Estado, Pedro Rola Sobrinho. O secretário de Segurança também havia prometido que o franquearia hoje.

COMISSÃO DE SINDICANCIA

Foi instaurada ontem a Comissão de Sindicância da Assembleia Legislativa mineira para investigar o caso. Esta comissão está assim constituída: presidente, deputado João Navarro, da Arena; relator, Emilio Haddad, do MDB; e os deputados Emilio Gallo e Morvan Acaíaba, da Arena e Milton Lima Filho, do MDB.

INTERROGATORIO

O operário afirmou que em seu depoimento confirmou todas as denúncias feitas à imprensa. Disse que somente forneceu o nome de quatro dos 17 policiais que o torturaram porque não se lembrou o nome dos outros. São eles o detetives João Bosco, Jandir, Fiel e Adélmo, este último lotado na delegacia da Cidade Industrial.

O quarto do operário no hospital está sendo vigiado por soldados da PM, pois recebeu a visita de policiais que o ameaçaram de morte. 3. 9. 77

FSP

Exames mostram que operário foi torturado

BELO HORIZONTE (Sucursal) — O operário Jorge Defensor Vieira que está internado no Hospital São Francisco, vítima de torturas e espancamentos praticados pela Polícia Metropolitana (Metropol), foi submetido a exames de corpo delicto que comprovaram as denúncias feitas.

Dois médicos do Instituto Médico Legal fizeram os exames e deverão enviar relatório às autoridades responsáveis pelo inquérito instaurado por ordem do governador do Estado, Aureliano Chaves. 4. 9. 77

Policia criticada cb

O procurador do Estado e coordenador do Ministério Público de Minas, Alberto Pontes, que colheu o depoimento do sergente de pedreiro Jorge Defensor Vieira, no qual a polícia é acusada de torturá-lo, ressaltou, em entrevista à imprensa, a gravidade do fato de o operário ter sido preso pela Polícia Metropolitana no dia 29 de abril e "até sexta-feira passada", quando esteve com a vítima, sua prisão não ter sido ainda comunicada à autoridade judicial.

O procurador explicou que somente o juiz pode mandar prender, tendo observado aos jornalistas que a Metropol, ao requerer a prisão preventiva de Jorge Defensor, voltou a agir novamente de forma ilegal "pois não informou ao juiz o paradeiro dele".

O sergente de pedreiro está internado desde o dia 6 de maio no Hospital São Francisco, em Belo Horizonte, onde foi apresentado aos médicos como vítima de atropelamento. O procurador Alberto Pontes disse que a vítima confirmou o que dissera antes aos repórteres, afirmando que fora levado ao hospital pelo delegado do 12º Distrito, Miguel Bichara, da Metropol, tendo repetido também nomes de policiais que o serviciaram nas delegacias do Barreiro e da Cidade Industrial.

Por isso, o procurador informou que mandou fazer o levantamento da escala de serviço dos policiais lotados naquelas duas delegacias no período compreendido entre 29 de abril e 6 de maio para investigar possível envolvimento dos policiais denunciados. Determinou também a realização de perícia na delegacia da Cidade Industrial, onde há um muro, do qual o sergente de pedreiro teria caído quando tentava evadir-se, sendo versão dada pelo superintendente da Metropol, delegado Ignácio Prata Neto.

O procurador Alberto Pontes lamentou ainda declarações de policiais que procuraram desculpar companheiros, afirmando que Jorge Defensor Vieira não é nenhum operário padrão, mas um marginal e estuador de menores.

Detido ferroviário de 82 anos cb

RIO (Sucursal) — O capitão José Augusto de Barros, encarregado do inquérito que apura atividades subversivas nos meios ferroviários, comunicou ontem ao juiz Teóclito Rodrigues de Miranda, da 1ª Auditoria da Aeronáutica, a prisão de Manoel João da Silva, de 82 anos de idade, residente no beco do Caximbo, na cidade de Três Rios, está incomunicável no 1.º Batalhão de Polícia do Exército. Após a conclusão das investigações, o inquérito será encaminhado à 2.ª Auditoria da Marinha.

FSP

ONU busca asilado chileno que desapareceu no Brasil

RIO (Sucursal) — Funcionários do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - Acnur - estão diligenciando junto ao governo brasileiro no sentido de localizar o asilado chileno Rolando Sanches Euclides, de 30 anos de idade. Há a suspeita de que ele tenha sido preso no Brasil e transferido para o Chile, depois de entendimentos a nível diplomático entre os dois países.

De acordo com informações liberadas pelo Acnur, o embaixador do Chile no Brasil, Hector Bravo Munoz, enviou dia 11 de agosto último carta a Eduardo Rico, do Departamento de Estrangeiros da Polícia Federal, dizendo ter sido comunicado pelo cônsul geral do Chile no Rio "sobre a prisão do cidadão chileno Rolando Sanches" e pedindo "todas as facilidades para a atuação do senhor cônsul, já que ele tem instruções do secretário-geral do Governo de meu país e minhas próprias".

A Polícia Federal negou, entretanto, a prisão de Rolando Sanches Euclides. Rolando Sanchez é agora o 503 nome na lista de desaparecidos publicada no Chile pelo cardeal arcebispo de Santiago Raul Silva Henríquez. 3-9-77

O ESTADO DE S. PAULO

Geisel expulsa latino americanos cb

Brasília — O Presidente Ernesto Geisel assinou decretos ontem expulsando do território brasileiro o chileno Manuel Anibar Albares Torres e o uruguaio Pedro Miguel de Oliveira, ambos com 33 anos de idade, por "atentado à Segurança Nacional", de acordo com processos instaurados pelo Ministério da Justiça.

Manuel Anibar Albares Torres, que também usa os nomes de Manuel Anibal Alvares Torres e Manoel Torres, reside no Estado do Rio de Janeiro, e Pedro Miguel de Oliveira residia em São Paulo e se encontra em local incerto e não sabido.

A expulsão se baseia nos Artigos 100 e 103 do Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970. 6. 9. 77

O ESTADO DE S. PAULO

Apontada restrição a presos

Mães, esposas, nônicas e parentes dos presos políticos do Ceará encaminharam ontem ao presidente do Diretório Municipal do MDB, vereador Bianou de Andrade, um documento denunciando medidas tomadas recentemente pela direção do Instituto Penal Paulo Sarasate, e que "importam em restrições arbitrárias a direitos" dos que se encontram recolhidos nesse estabelecimento. As restrições referem-se à assistência médica, ao trabalho, à recreação e às visitas. Cópias do documento foram enviadas ao cardeal-arcebispo de Fortaleza e presidente da CNBB, d. Aloísio Lorscheider, e ao Comitê Nacional para Anistia.

De acordo com a denúncia, as restrições, impostas pela direção do presídio — e que contrariam determinação da Justiça Militar — tomadas com o "exclusivo objetivo de tornar insuportáveis as condições de sobrevivência na prisão".

Até agora, a direção do Instituto Penal Paulo Sarasate era autorizada a providenciar a imediata transferência do preso para hospital ou clínica, em caso de necessidade de atendimento médico de urgência. Com as medidas adotadas recentemente, a assistência médica de emergência só será concedida depois que o médico do próprio Instituto, ali chamado para tal fim, declarar que o caso de fato requer pronto atendimento e é necessária a remoção do preso.

Quanto ao trabalho artesanal, antes eles tinham facilidades para executá-los e a produção era exposta livremente, negociada e difundida. Agora a parte anterior da galeria ocupada pelos presos políticos será destinada às oficinas de trabalho, só franqueadas nas horas determinadas pela direção, e apenas flores ou outros motivos semelhantes podem ser objeto de gravura.

VISITAS

Também foram impostas restrições quanto às visitas: a entrada de qualquer pessoa que deseje visitar um preso político só será permitida mediante a apresentação da carteira de identidade especial, emitida pelo próprio presídio, não tendo validade a carteira expedida pelo Instituto de Identificação da Secretaria da Segurança Pública.

Além disso, as visitas serão, a partir de agora, rigorosamente revistadas e os próprios presos serão submetidos à minuciosa revista, antes de receber os visitantes. Após a saída deles, serão novamente revistados. Foram canceladas as visitas aos domingos, restritas apenas aos sábados. Finalmente, foi proibido o uso da área anteriormente destinada à recepção dos visitantes, e que contém salão, sanitários, alpendres e pátios arborizados.

17-9-77

FSP

Mães de presos políticos apelam a dom Paulo

Uma comissão de mães de presos políticos, detidos no Rio por supostas vinculações com o Movimento de Emancipação do Proletariado, entregou ao cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, uma carta denunciando "tratamento desumano por aqueles a quem cumpria protegê-los". Dom Paulo encontrava-se ontem em Barretos, onde presidiu a cerimônia de posse do novo bispo daquela cidade, dom Antonio Maria Mucclolo, mas prometeu solidariedade às mães que o procuraram.

4-9-77

FSP

OAB divulga depoimentos de presos políticos

Os advogados Luís Eduardo Greenhalg e Márcia Ramos de Sousa explicaram ontem que, ao enviar à OAB no Rio de Janeiro, as denúncias de torturas sofridas pelos presos Aldo Silva Arantes e Haroldo Borges Rodrigues de Lima, pretendiam municiar com novos documentos aos advogados Heleno Frago, Emy Moreira, Lino Machado Filho e Humberto Jansen de Mello, que denunciaram recentemente a ocorrência de torturas no Doi/Codi do I Exército.

Estes documentos — relatos manuscritos dos presos denunciando ter sofrido torturas no Doi/Codi do I e do II Exército e no Deops de São Paulo, foram divulgados ontem pelo presidente da OAB, Raimundo Faoro, que prometeu enviá-los ao ministro da Justiça. Estes relatos, que fazem parte dos autos do processo do PC do B instaurado a partir da descoberta de um aparelho na Lapa, foram enviados à OAB do Rio de Janeiro há uma semana, juntamente com uma carta, em que Luís Eduardo Greenhalg e Márcia Ramos de Sousa colocam-se à disposição dos advogados que fizeram as denúncias de torturas no Doi-Codi do I Exército. A decisão foi tomada em sinal de solidariedade, quando estes advogados paulistas constataram a intenção da seccional da OAB do Rio de Janeiro de abrir sindicância para apurar aquelas denúncias.

Igreja não se surpreende

RIO (Sucursal) — Fontes da Igreja admitiram ontem que as denúncias de torturas a que teriam sido submetidos Aldo Silva Arantes e Haroldo Borges Rodrigues Lima não chegam a surpreender, como também não causa surpresa a afirmação de ambos no sentido de que os órgãos de segurança teriam tentado obter deles acusações contra bispos.

Na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que evitou declarações oficiais, informou-se que a Igreja tem conhecimento, "através de outros depoimentos não publicados" de que seria uma preocupação constante a tentativa de se tirar, de presos políticos, denúncias de subversão contra membros do episcopado.

FSP

Presa reclama direitos

RIO (Sucursal) — Rosalice Magaldi Fernandes, condenada a 1 ano e 6 meses de reclusão por atividades consideradas subversivas e cumprindo pena no Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu, pediu ontem ao juiz José de Siqueira Júnior, da 2.ª Auditoria da Marinha, transferência para o anexo especial de presos políticos do Presídio Helió Gomes, alegando falta de cumprimento das normas a serem dispensadas aos condenados por motivos políticos. Pede ainda, que seja ouvido o diretor geral da Desipe, Augusto Frederico Tompson.

No pedido, Rosalice Fernandes, ex-suplente de deputado pelo MDB de Volta Redonda, juntou cópia de documentos remetidos ao juiz Mário Moreira de Souza, da 1.ª Auditoria da Aeronáutica, assinado por Jessé Jane Vieira de Souza, Maria Cecilia Bwetten,

Maria de Fátima Martins Pereira, Norma de Sá Pereira Júnior e Elza Maria Parreira de Souza, que cumprem pena também por motivos políticos no Instituto Penal Talavera Bruce e que igualmente protestam contra o tratamento a elas dispensado.

Rosalice Fernandes afirma que na sentença que a condenou o Conselho determinou que a pena deveria ser cumprida sem rigor carcerário, o que não vem sendo respeitado. Reclama da falta de tratamento médico, do não cumprimento do regulamento que disciplina as regalias dispensadas aos presos políticos, denunciando que a aplicação das normas fica a critério dos guardas e muitas vezes acaba sendo boicotada, fazendo com que vivam à mercê dos carcereiros, sem um corpo de normas regulares e estáveis para que possam se basear.

27-9-77